

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM TRINTA DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E TREZE:** =====

===== *Aos trinta dias do mês de Abril do ano dois mil e treze, pelas dezassete horas no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e **José Alves da Silva** - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:*=====

===== **Ponto um:** *Votação das atas n.ºs 24, 25 e n.º 26;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;*=====

===== **Ponto três:** *Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativo ao 2.º semestre de 2012 - Apreciação;* =====

===== **Ponto quatro:** *Certificação legal das contas individuais do Município – Parecer do Revisor/ Auditor externo – Conhecimento e apreciação;* =====

===== **Ponto cinco:** *Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas Individuais do Município/ 2012;* =====

===== **Ponto seis:** *Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2012 – Aprovação;* =====

===== **Ponto sete:** *Certificação legal das Contas consolidadas do Município – Parecer do Revisor /Auditor externo – Conhecimento e apreciação;* =====

===== **Ponto oito:** *Apreciação de Contas Consolidadas do Município do Exercício de 2012;* =====

===== **Ponto nove:** *2.ª Revisão ao Orçamento e PPI/ 2013 – Aprovação;* =====

===== **Ponto dez:** Relatório final de acompanhamento e execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31/12/2012 – Após encerramento das contas municipais – Apreciação; =====

===== **Ponto onze:** Fornecimento de refeições para alunos do 1.º Ciclo e Jardins de Infância do concelho para o ano letivo 2013/2014 – Autorização de repartição de encargos em mais do que um ano económico; =====

===== **Ponto doze:** Prestação de serviços – Atividades Complementares à Ação Educativa – Autorização de repartição de encargos em mais do que um ano económico; =====

===== **Ponto treze:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, para a realização do evento “Queima das Fitas 2013” – Autorização/ Ratificação; =====

===== **Ponto catorze:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação de Pais da Escola de Macieira de Sarnes, para a requalificação do parque infantil – Autorização; =====

===== **Ponto quinze:** Protocolo de colaboração a celebrar com o Grupo Recreativo, Associativo e Cultural de Cidacos, para a realização do evento “Era uma vez... XVII Mercado à Moda Antiga” – Autorização; =====

===== **Ponto dezasseis:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Comissão de Festas de La Salette 2013, para a realização das Festas de La Salette 2013 – Autorização; =====

===== **Ponto dezassete:** Alteração ao regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais de venda ao público e de prestação de serviços – Aprovação; =====

===== **Ponto dezoito:** Regulamento Municipal de Publicidade – Aprovação; =====

===== **Ponto dezanove:** Alteração ao Regulamento Municipal de Instrução de Operações Urbanísticas e Atividades Conexas em Formato Digital – Aprovação; =====

===== **Ponto vinte:** Alteração ao regulamento de taxas relacionadas com a atividade urbanística e operações conexas – Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e um:** Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e dois:** *Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e três:** *Regulamento de Gestão da Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro – Aprovação.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel da Costa Alves Rosa, Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva, António da Silva Xará, José Francisco Brandão Oliveira, Marco António Guimarães de Castro Azevedo, Helga Alexandra Freire Correia, Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto, Francisco Borges de Almeida Alves, José Filipe da Silva Carvalho, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, Diamantino Melo de Almeida, José da Silva Santos, André Lourenço Pereira Ribeiro, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Manuel Rebelo da Costa, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes Silva, José António de Pinho Santos, Carlos Manuel de Pinho e Silva, Ilídio Barbosa Lopes, Pedro Joaquim da Silva Ribeiro, Hugo Manuel Gomes Silva Pereira e António de Jesus Silva.*=====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Pedro Luís Paiva Dias, Fernando Manuel Pais Ferreira, Helena Maria Dinis dos Santos, José Ramos da Silva, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Manuel José Tavares Soares, Ana Raquel Simões Teixeira, Bruno Armando Aragão Henriques, José António Domingues Marques Lourenço, Cristina Maria Valente de Pinho, Rui Jorge da Silva Cabral, Armindo Fernando Martins Nunes e Bernardo Amaro Moreira Simões.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela, João Carlos Amaral Osório Nunes Silva.* =====

===== **Independente:** *Rodrigo Moreira da Silva.* =====

===== **Ausência dos Membros:** *Isabel Maria Fernandes G. Ferreira de Vilhena, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, José Domingos Campos da Silva, Rui Filipe Fernandes Nunes, do Partido Social Democrata (PSD); Manuel Francisco dos Santos Valente, do Partido Socialista (PS).*=====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: Jorge Fernando da Rocha Pinto de Paiva, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Prof. Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena – Primeira Secretária; Marco António Guimarães de Castro Azevedo que marcou*

presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves; Helga Alexandra Freire Correia, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido José Domingos Campos Silva e Pedro Luís Paiva Dias, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido Manuel Francisco dos Santos Valente, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. =====

===== PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO) =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão: =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Manuel Rebelo, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo. ==

===== Senhor Presidente da Câmara, iniciei-me neste papel político há cerca de quatro anos, iniciei uma nova fase da minha vida abraçando este desafio, não pelo gosto da política mas sim pela comunidade Nogueirense que represento, hoje devo dizer que me sinto satisfeito no papel desempenhado, embora ambicione mais para o meu povo e para a minha vida, pois é por eles que dedico todo o meu esforço realizado até aos dias de hoje. Contudo, não podia deixar de agradecer, ao meu executivo que me tem acompanhado, à Profª. Patrícia Neves, ao Dr. Manuel Moreira pela forma em como colaboraram e cooperam neste projeto, agradeço também ao Engº. José Sousa Presidente da Assembleia de Freguesia bem como a todos os que dela fazem parte, pelo excelente contributo que prestaram ao longo destes últimos quase quatro anos. Mas, Senhor Presidente da Câmara, sem a vossa ajuda e sua equipa não conseguiria desenvolver todo o trabalho que desenvolvemos, como exemplos: a Rua João da Silva Correia, a Avenida 25 de Abril, Rua da Arroteia, Rua de Campo Longo, reestruturação da estrada regional 227, Avenida dos Descobrimentos, onde aqueles que por ali passam sentem uma mais-valia; Na área da educação, onde demos apoio às escolas com o término da Biblioteca Maria Godinho e na cobertura do pré-fabricado no Largo da Feira; Na área da cultura, com a candidatura à ADRITEM para requalificação de um edifício e transformação em Centro Associativo de Nogueira do Cravo, por forma a dignificar o associativismo dando-lhes melhores condições para se organizarem; No desporto, com a construção de uns balneários e um campo de futebol de sete, além do de onze, no campo de futebol do Club Real Nogueirense, no pavilhão Gimnodesportivo onde inicialmente colaboramos financeiramente e hoje apelamos pela primazia na finalização deste edifício, muito mais há para fazer, assim como a recuperação de algumas vias que se encontram em péssimo estado de conservação. A Reorganização Administrativa, como é de conhecimento de todos, por vontade de quem de direito e de uma unidade técnica criada para o efeito, a posição foi a de criar a união das freguesias Nogueira do Cravo/Pindelo, a junção mesmo contra a vontade de quem representa as freguesias é uma realidade, sabemos o quanto nos custa esta Reorganização, não pelos povos, mas sim pela perda

da identidade, teremos de ser ainda mais dinâmicos e ativos a fim de fazer não esquecer costumes e tradição. Quase a terminar Senhor Presidente, quero agradecer todo o empenho dado pela arquiteta Filomena Farinhas e sua equipa, no desenvolvimento de todo o processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira de Azeméis em que Nogueira do Cravo estava marcada com fortes penalizações, mas, após apresentações várias, quer por parte de particulares, quer por parte da Junta de Freguesia de pedidos de alteração com justificação várias áreas foram solucionadas e atendidas. Finalizo esta minha intervenção, desejando a todos os presentes que disfrutem das mais nobres condições que a nossa freguesia apresenta e desejo a continuação de um bom trabalho.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora Ana Raquel, do PS. =====

===== Excelentíssimos Senhores, à semelhança de muitos outros municípios Oliveira de Azeméis é um concelho de fortes tradições e com importantes registos que perduram no tempo e que a todos nos orgulham, dado a sua extensão e localização, o seu território foi ocupado por diferentes povos constituindo um centro de passagem e permanência por quem se deslocava em busca de melhores condições ou pura e simplesmente de quem por aqui passava. Escuso de referir todos os casos, até porque esta não é a minha área de formação, mas para qualquer um de nós não é difícil de perceber a existência de vestígios de mamoadas, os Castros dispersos por vários locais do concelho, os traços de vias romanas e o facto de aqui ter nascido a indústria do vidro assim como o grande escritor Ferreira de Castro. Falo de importantes marcos e factos que nos devem interpelar ao estudo à preservação daquilo que constitui um legado que temos obrigação de cuidar e manter disponível para gerações futuras, pois também são parte da nossa entidade. Ora, também à semelhança de outros municípios e dos outros organismos do Poder Central e Regional é também notório que nem sempre temos valorizado e potenciado esse património. Sem querer ser exaustiva lembro a solução que permitimos para a antiga fábrica do Centro Vidreiro cujo paradeiro do espólio ainda desconhecemos. O estado em que se encontram vários edifícios do património municipal, sejam a Casa Sequeira Monterroso, o edifício do Salão Nobre ou o edifício das antigas finanças. É certo que me poderão dizer que há exemplos contrários e que houve algumas recuperações do edificado, porém, olhando à nossa volta é fácil perceber que são exceções que confirmam a regra a pouca atenção que temos prestado ao legado que os nossos antepassados nos deixaram. Vem esta introdução a propósito de alguns acontecimentos registados no nosso concelho envolvendo intervenções a nível de património e para as quais gostaria que o Senhor Presidente pudesse prestar as devidas explicações a esta Assembleia. A primeira tem a ver com a intervenção no Castro de Ossela, de acordo com o que se consta, esta ação decorreu da execução de obras inscritas no Plano Anual de Atividades da Junta desta Freguesia a qual terá solicitado a autorização para as executar mas, porque não obteve qualquer resposta do município, entendeu proceder à sua execução o que se traduziu na

destruição de parte das ruínas deste importante Castro. Senhor Presidente da Câmara, gostaria de ver esclarecidas algumas questões, uma vez que a Junta de Freguesia de Ossela informou o Município da intenção de proceder à realização das obras, o que é que aconteceu para que não fossem atempadamente impedidas as obras do movimento de terras dado que tal é claramente proibido num local classificado como é o caso? Quem é o dono da obra que se propõe a realizar a Junta de Freguesia de Ossela pois consta do seu plano de atividades neste mandato? E qual é o papel do Município ou da Junta de Freguesia de Ossela a nível da concessão e autorização para execução das obras? A segunda ocorrência tem a ver com o estado em que se encontra a Casa Museu Ferreira de Castro e com o abate indiscriminado de árvores em terrenos anexos a esta casa. É notório o aspeto de abandono que este importante edifício assim como as áreas envolventes e biblioteca apresentam. Dado a memória e dimensão de Ferreira de Castro é por demais evidente, também, nestes casos que temos tido, não temos tido o devido cuidado de preservar o que faz parte da nossa história. Senhor Presidente, gostaria também que nos esclarecesse relativamente a alguns importantes aspetos relacionados com esta Casa Museu, face à importância dos edifícios da Casa Museu e da Biblioteca anexa os quais temos a obrigação de perpetuar a divulgação da vida e obra de Ferreira de Castro, já foi elaborado algum estudo técnico com vista a recuperar e dinamizar estes espaços? Recentemente foi efetuado o abate indiscriminado de árvores nos terrenos anexos a esta Casa entre os quais vários exemplares de carvalhos, pinheiros e um salgueiro que segundo testemunhos locais era uma das árvores preferidas de Ferreira de Castro, quem ordenou o seu abate? Com que critérios mandou proceder a este abate? E finalmente, onde se encontra o dinheiro apurado? Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Senhor Manuel Rebelo, permita-me que o cumprimente de uma forma muito especial e ao seu elenco agradecendo a forma como nos recebeu. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa Assembleia, mais uma vez parabéns pela deslocalização da Assembleia. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores presentes, Membros da Assembleia, funcionários da autarquia, estimado público, comunicação social. O assunto que nos trás aqui hoje é como alguns de vós já deviam esperar, a situação que ocorreu em Ossela, mais propriamente no Castro de Ossela em abono da verdade importa clarificar a posição do CDS/PP neste processo e separar as águas onde estas devem ser separadas para que não existam dúvidas. É verdade que fomos alertados por três arqueólogos oliveirenses que algo de errado se passava no Castro de Ossela e que seria importante verificar a realidade das ocorrências e apurar a gravidade dos factos. Também é verdade que um desses arqueólogos é militante do CDS/PP e que trabalha ativamente com a nossa comissão política. Contudo, também será

verdade que o próprio solicitou um afastamento partidário nesta situação. Acontece, que tendo a comissão política do CDS/PP efetuado uma visita a Ossela no dia 24 de março, no fim desloquei-me com mais dois elementos da comissão política e o arqueólogo nosso militante, ao local do Castro para in loco avaliarmos a extensão dos danos causados. Na altura verificamos a existência de uma máquina retroescavadora que se ausentava do local e que mais três populares se encontravam no local apoiados por tratores particulares participando em algumas obras na zona. A participação do CDS/PP no local foi pacificadora e passo a esclarecer porquê. O arqueólogo, com reação emotiva, pretendia chamar as autoridades para denunciar as ocorrências que tínhamos verificado e que ocorriam no momento. Acredito, e na altura fiz ver isso ao arqueólogo, que não existia maldade nas ações que estavam a ser perpetradas naquele local, por aqueles populares não existia a noção da gravidade do que se está a fazer. Aliás, no dia anterior, na última Assembleia no dia 23 de março, o Dr. Ricardo Tavares havia-me informado que a obra já estaria embargada e foi o que transmiti aos populares que lá se encontravam. Que baralhados nos informaram que a Junta e a Câmara sabiam que eles estavam lá a trabalhar e que os autorizavam nessa intervenção. Confiei no que me foi transmitido pelos populares que lá se encontravam, que nada mais seria feito e ausentei-me do local ligando de imediato ao Dr. Ricardo Tavares que me agradeceu a informação e disse que tomaria as medidas necessárias. Tentei ligar-lhe por mais algumas vezes nos dias seguintes, por forma a tentar acalmar os arqueólogos e a tentar mediar de alguma forma uma solução rápida e que fosse positiva para todos, não consegui contactar mais pelo que tive de deixar os acontecimentos seguir o curso que seguiram entretanto. Resumindo: o CDS/PP interveio no sentido de apaziguar os ânimos; o CDS/PP percebe o profundo desconhecimento da população relativamente ao património; o CDS/PP não entende a falta de intervenção técnica nesta e noutras obras por parte da autarquia; o CDS/PP defende a execução de obras como esta, contudo, com devido acompanhamento para que exista a salvaguarda de achados arqueológicos relevantes durante a execução das obras; o CDS/PP defende o equilíbrio entre o fazer e o fazer bem respeitando as normas, não fomos nunca contra estas obras em particular, reforço, somos sim a favor de que as coisas sejam feitas segundo as normas. Espero que desta forma seja entendida a nossa posição e porque não, justiça seja feita ao empenho do meu Partido na solução pacífica mas cabal perante esta situação. Não procuramos culpados, nem fazemos aproveitamento político à custa de situações destas, procuramos sim a preservação do património e o bem-estar das populações. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng. Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Uma saudação especial ao Nogueirenses, na pessoa do Senhor Manuel Rebelo. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público, comunicação social. Nos últimos tempos

muito se tem falado dos Castros existentes em Oliveira de Azeméis, como é óbvio, a nossa cultura e o nosso património tem e deve ser preservado, pois um concelho, no caso, que não tem história não terá futuro. Temos vistos alguns sítios classificados e outros que sem o serem nos remetem para momentos importantes da nossa história a serem intervencionados para melhoria das condições, das acessibilidades e da sua preservação. Contudo, também existe alguns abusos aos quais a autarquia e todos nós temos de estar atentos, não podemos permitir que por abuso premeditado ou por desconhecimento se coloque em causa esse legado que herdamos. No caso concreto, do Castro de Ossela, pelo que me foi dado a conhecer iniciaram-se obras que estavam a colocar o mesmo em perigo e feito o alerta, as mesmas obras foram imediatamente embargadas e foi iniciada uma avaliação do impacto da intervenção realizada com a colaboração da Direção Regional da Cultura do Norte. Importa destacar a rapidez e prontidão do embargo da autarquia, mas também os alertas feitos por peritos e estudiosos dessas matérias que também pela sua formação estão mais despertos e atentos a essa realidade. A forma como a autarquia reagiu, mostra, na nossa opinião, que temos um poder local empenhado na preservação do nosso património que felizmente é riquíssimo. Essa preocupação e atenção ao património ficou também bem patente no passado dia 18 de abril, nas comemorações do dia Internacional dos Monumentos e Sítios que realizou em conjunto com o Grupo de Historia do Agrupamento Soares de Basto. Comemorações essas que tiveram um concurso de fotografia, aberto a toda a comunidade escolar de Oliveira de Azeméis, subordinado ao tema “O património histórico da minha freguesia”, para além das exposições de réplicas de peças em ferro forjado no centro da nossa cidade, trabalhos realizados por uma turma do ano 93/94, bem como visitas ao Arquivo Municipal contando a história do edifício, bem com a presença do Senhor Júlio Mateiro que contou um pouco da história do edifício e da sua vivência no mesmo durante várias décadas. Mas sendo um pouco mais detalhado, concluímos que não podemos analisar todos os casos como sendo iguais, pois cada um tem as suas características e a sua classificação, por exemplo: o Monte de S. Marcos, em Fajões, foram recolhidos indícios que referem a existência de vestígios megalíticos e de um povoado da idade do ferro e para sua preservação o PDM em vigor criou uma área de sensibilidade arqueológica. Todos nós, cidadãos oliveirenses, temos que estar atentos e vigilantes ao que é nosso, temos a responsabilidade de preservar o que é nosso e sobretudo não devemos politizar ou partidizar o que é do bom de bem comum, pois este tipo de atitudes são lamentáveis e não engradem a nossa cultura, o património e conseqüentemente o nosso concelho. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, colegas da Assembleia Municipal e na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo cumprimentar todos

os Nogueirenses e agradecer a maneira como nos receberam aqui hoje, colaboradores da Câmara Municipal, comunicação social, oliveirenses. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, venho aqui, hoje, para voltar abordar um assunto já aqui tratado e que nos causa a nós, Partido Socialista, e julgo que a todos de uma forma geral alguma preocupação. O assunto que tem a ver com o Shopping, Azeméis Grand Plaza. De facto, já cá abordamos este assunto numa outra Assembleia onde alertamos para o facto de se ter pago uma verba considerável pelo terreno e agora que não se construiu nada, segundo as regras aprovadas em sede de Assembleia Municipal os terrenos correm o risco de voltar à posse dos anteriores proprietários (cláusula de reversão), no que resultaria uma perda enorme para o Município. Nessa altura, alto e bom som e com algum prazer até o Senhor Presidente da Câmara Municipal fez distribuir cópia da escritura que aparentemente nos poderia descansar a todos, pois lá está escrito - livre de qualquer ónus ou encargos pela parcela de terreno. No entanto, a nossa preocupação mantém-se porque na mesma escritura e essa parte o Senhor Presidente não leu, mais à frente também está escrito – declara o segundo outorgante, Câmara Municipal, que em nome do seu representado, o Município de Oliveira de Azeméis em conformidade com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal em reunião de 30 de Agosto e 23 de Outubro de 2007 e em sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 6 de Setembro de 2007, aceita a venda e quitação nos termos exarados. Pois bem, a nossa preocupação reside precisamente aqui, a cláusula de reversão quanto a nós mantém-se. Apresentou o Partido Socialista, em reunião de câmara, uma proposta para revogação desta cláusula de reversão, proposta esta aprovada por larga maioria, julgo que apenas com uma abstenção. Que entendo, que assim porque é claro para todos o perigo é real, a proposta então aprovada, repito, por larga maioria, dizia expressamente, “o Executivo Municipal delibera submeter à Assembleia Municipal a revogação das outras condições especiais constantes na proposta de venda à Prediaz – Predial de Azeméis, Ldª e objeto de deliberação de autorização da aquisição pela Assembleia Municipal”- ora, aqui estamos, este assunto que consideramos da maior importância não aparece agendado nesta ordem de trabalhos, estranhámos e estranhámos tanto mais que o assunto inicialmente foi tratado em sessão de Assembleia Municipal Extraordinária. Gostaríamos, assim, de saber porque razão este assunto não faz parte da ordem de trabalhos e assim se resolver com a maior brevidade? Urge esclarecer e resolver isto. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor António Luís Grifo – Segundo Secretário da Assembleia Municipal. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas da Assembleia, comunicação social, meus queridos amigos Nogueirenses. Boa tarde a todos. Venho falar sobre Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro Terras de La-Salette, que decorreu no Cine-teatro Caracas, no Salão Nobre da Câmara Municipal, na Academia de Musica e na Biblioteca Municipal Ferreira de

Castro, nos dias 22 a 26 de Março, que culminou com a Gala de Laureados no dia 28 do mesmo mês no Cine-teatro Caracas. Quero manifestar o agradecimento por este grande evento cultural realizado na nossa cidade e agradecer às famílias oliveirenses que sempre nos têm apoiado no que concerne ao alojamento de muitos dos músicos concorrentes, aos voluntários que nos ajudaram a manter de pé e para que tudo corra bem durante todo o concurso, aos patrocinadores e ao júri. E dizer que, este evento é uma parceria entre a Câmara Municipal e a FAMOA, este ano quando se pensava que as coisas não iriam correr tão bem como em anos anteriores, (vou usar o chavão que é habitual) dada a crise e dado que para se concorrer a este concurso que já alcançou um nível em que os próprios participantes têm de pagar a sua inscrição. Isso é uma das notas que dá ideia de quanto este concurso desperta em todo o nosso país e também no estrangeiro, porque este ano, mais uma vez, é o segundo evento internacional. E dizer que estivemos na companhia de 376 visitantes, que estiveram a concorrer nos quatro salões do nosso município e estavam divididos por 224 instrumentos de madeira e 152 de metais. E nas categorias de infantis, tivemos 130 concorrente, nos Juvenis 113, nos Juniores 75 e nos Séniores 58. Estiveram em Oliveira de Azeméis representantes de 131 municípios do nosso país e ilhas, da ilha da Madeira, e dos países de Brasil, Espanha, França e dos Estados Unidos. Quero-vos dizer que como oliveirenses estiveram a participar 11 e o concelho mais representado foi Loures. Pela primeira vez tivemos já permeados estrangeiros e assim França arrecadou o primeiro lugar, ou antes o representante de França arrecadou o primeiro lugar de Bombardino Juvenil e um concorrente de Espanha o segundo lugar de Flauta Sénior. Só para congratularmo-nos e pedir, aqui, como cidadão e como Deputado e como Presidente da Federação das Associações, que a Câmara Municipal saiba manter e se possível uma ajuda um bocadinho um pouco maior para que cada vez mais este grande evento leve longe e bem longe o nome de Oliveira de Azeméis. Boa tarde a todos e muito obrigado.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Dr. João Osório, do CDS/PP. =====

===== Muito boa tarde. Feitos os agradecimentos ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Senhor Manuel Rebelo Costa, muito obrigado pela sua receção. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, caros colegas, estimado público, comunicação social, a todos uma boa tarde. Estamos hoje reunidos em Nogueira do Cravo, o que para mim me dá muita alegria, estamos hoje reunidos numa freguesia onde vivem e trabalham homens e mulheres de grande capacidade empreendedora que ao longo de anos e anos muito têm contribuído para o progresso da sua terra, do nosso concelho, do país. Seja-me pois permitido recordar todos aqueles que em todos os setores da sociedade, do ensino, da cultura ao desporto, do comércio ao turismo fizeram das suas vidas um exemplo para todos nós, ainda mais relevante se torna quando temos a

consciência de que, hoje, o país vive um momento particularmente difícil. E seja-me finalmente igualmente permitido que simbolicamente, aqui, recorde, hoje, uma dessas personalidades que já não está fisicamente entre nós mas que certamente está nos corações de muitos, refiro-me a Álvaro Augusto da Cunha Figueiredo, benemérito desta terra que tanto amou, é para ele, para o recordar na sua memória que peço a todos, com a permissão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, uma salva de palmas. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente a Assembleia aplaudiu. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Ramos, do PS. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, caros colegas, imprensa, público, uma saudação especial para todos os Nogueirenses. Venho aqui hoje transmitir a opinião do Partido Socialista sobre o assunto dos estaleiros municipais. Quando em 2004 e á brilhante decisão tomada pelo PSD de vender os estaleiros e de imediato toma-los de arrendamento, desde essa data dos cerca de um milhão de euros de receita da sua venda pagamos quase a totalidade desse valor em rendas a o longo destes nove anos. Nestes anos perdemos um ativo que eram os estaleiros municipais e perdemos o dinheiro proveniente da sua venda, num dos brilhantes atos de gestão do PSD que ilustram a gestão municipal. Agora, o Executivo Municipal encontra uma alternativa transitória com o arrendamento de dois mil euros mensais que tenta minorar o impacto da decisão anterior mas, que se não for definitivo e sem se saber qual o valo das benfeitorias a que se obriga a fazer, pode mais uma vez vir a ser um mau negócio. Acresce ainda que o prédio em causa jamais poderia ser arrendado a uma outra qualquer entidade por não ter licença para tal, estando a Câmara Municipal a obrigar-se a conferir com este arrendamento a licença de utilização. Contudo, se estas situações poderiam ser minoradas ou ultrapassadas, importa reter a motivação que esteve subjacente à venda dos Estaleiros Municipais e passo a citar o Senhor Ápio Assunção, então Presidente da Câmara Municipal, na sessão da Assembleia de 30.06.2004 - “Decidimos por esta proposta, porque entendemos que é um espaço de boa qualidade na Zona Industrial, onde há falta de espaços e que temos tido ao longo do tempo alguns problemas, mesmo com as habitações ao lado, porque os materiais que normalmente se movimentam no estaleiro são materiais que incomodam as populações da parte de baixo. Já tivemos em tempos necessidade inclusive de construir o muro de suporte e o muro de vedação para evitar que o pó de pedra e certos materiais entrassem para a propriedade dos vizinhos e penso que este espaço é o espaço que pode ser perfeitamente aproveitado com grande qualidade para melhorar e continuar a melhorar a nossa Zona Industrial. A Zona Industrial que tem qualidade, perde a qualidade com este equipamento lá instalado.” Foram cerca de nove anos que o Município demorou para encontrar uma solução alternativa aos estaleiros, apesar de na altura terem

anunciado que o pretendiam fazer no espaço de um ano e mesmo assim, é curioso que dois dos principais argumentos utilizados para alienar os Estaleiros não sejam tidos agora em conta e que se mantenham os estaleiros em plana Zona Industrial e, acima de tudo, que se escolha uma localização nas imediações de um conjunto significativo de habitações de oliveirenses com potencial degradação dos seus níveis de qualidade de vida conforme foi assumido pelo PSD em 2004. A nova situação é aparentemente menos grave do ponto de vista financeiro, mas pode vir a traduzir-se num mau negócio dependendo do grau de investimento necessário e do tempo, mas continua a ser uma péssima solução por manter a localização em local nobre na Zona Industrial e por se encontrar em clara agressão a um conjunto de municípios. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Permita-me que em primeiro lugar, Senhor Presidente, Senhores Secretários faça um cumprimento muito especial ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo e aos demais autarcas desta freguesia, ao público presente, cumprimento também os Senhores Vereadores da Câmara Municipal, os Senhores Membros da Assembleia Municipal. E dizer-vos que, uma vez mais, também, nos congratulamos e damos os parabéns à Mesa da Assembleia Municipal pela iniciativa de descentralizar a realização destas Assembleias Municipais num registo de proximidade e onde também as pessoas dessas mesmas freguesias ou das freguesias limítrofes têm oportunidade de poder assistir a uma Assembleia Municipal. Senhor Presidente as primeiras intervenções quer da Senhora Deputada Ana Raquel, do Senhor Deputado Miguel Portela e do Senhor Deputado Filipe Carvalho abordaram a questão do nosso património arqueológico, focando as três a questão do Castro de Ossela, mas em todas elas foi manifestada essa preocupação, relativamente á permanente, constante, valorização do nosso património arqueológico e também das nossas questões culturais. Naturalmente que essa é uma das preocupações, para além de muitas outras, uma das preocupações do executivo camarário. Mas permitam-me também dizer com toda a clareza, porque às vezes se procura criar, não é contra informação, mas, alguma informação menos clara e deixem-me dizer, aliás, fruto daquilo que a Senhora Vereadora a Dr.ª Gracinda Leal me transmitiu, porque ela esteve no terreno com a Direção Regional da Cultura do Norte e, aquilo que nos foi transmito, foi, porque às vezes as pessoas podem pensar que nestes zonas ou à volta destas zonas que estão classificadas no PDM, que foi recentemente aprovado, nada se pode fazer e portanto são zonas onde não se pode fazer qualquer intervenção. Não é verdade. As intervenções podem ser feitas, têm é que ser feitas com regras e tem que ser pedido também essa autorização a quem as tutela e neste caso concreto, à Direção Regional da Cultura e no nosso caso, à Direção Regional da Cultura do Norte. Foi também informado, aliás foi visível, aqui ao ouvido do lado esquerdo pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia,

Senhor José Alves da Silva, no caso de Ossela, que a única coisa que tinha inscrito no PPI nesta zona era o calçetamento de uma via e nada mais, portanto só para que fique claro, pelo menos eu estou a vende-la como a comprei, foi aqui à vossa frente, foi-me dito isto pelo Senhor Presidente da Junta. Dizer-vos também que, a nossa permanente preocupação com esta matéria, ainda na última reunião de Câmara Municipal aprovamos um pedido parecer prévio relativamente a um investimento a fazer no Crasto de Ul. Uma intervenção por Georadar, na sequência de um protocolo que temos com uma Universidade, para ser feita essa mesma prospeção para perceber se vale a pena ou não e de que maneira fazer depois a intervenção seguinte. Aproveito também para dizer, na questão do Crasto de Ul, numa candidatura que foi feita pela Junta de Freguesia de Ul à ADRITEM, há também a valorização destes espaços em rotas pedonais e não só para que quem nos visite e que visita a Freguesia de Ul, que foi classificada como Aldeia de Portugal, não se fique pelo Pão de Ul, mas que possa ter oportunidade de visitar também um património valiosíssimo como é o Crasto de Ul. Temos também intervenções previstas na perspectiva de valorização destes mesmos espaços, no Castro de Recarei em S. Martinho da Gândara e portanto, a preocupação de manutenção e permanente valorização. Agora, naturalmente que, não pode ser feito tudo de uma vez, mas, a sensibilidade existe e a preocupação também existe. Quanto à questão que foi falada pela Senhora Deputada Ana Raquel relativamente à Casa Museu Ferreira de Castro, nós sabemos e temos orgulho naturalmente no espólio invejável que aquela Casa contém. Aliás, muito daquele espólio, alguns manuscritos que lá estão, sempre que há oportunidade pela Câmara Municipal de Sintra e por quem tem responsabilidades na Casa, no Museu que está em Sintra, há sempre em tom de brincadeira- eu gostava era ter isto, ou ter aquilo que está em Ossela e de Ossela se diz a mesma coisa do que está em Sintra e como sabem, também, o escritor José Maria Ferreira de Castro pediu para ser sepultado na Serra de Sintra e portanto há também uma relação não só na terra onde nasceu, em Ossela, mas também na terra onde escolheu para ser enterrado, em Sintra e também há um Museu uma Casa que está também muito bem cuidada, se calhar até maias bem cuidada que a nossa, mas que é também um motivo de orgulho para todos nós. E portanto este trabalho de Ferreira de Castro é um trabalho que tem que ser feito e portanto, essa preocupação existe e vai seguramente ser levada a cabo. Quanto a questão do abate indiscriminado das árvores, já na reunião de câmara foi levantada também essa situação, eu aguardo a chegada de um relatório sobre essa matéria, tendo a certeza absoluta que, da Câmara Municipal e julgo que posso falar sobre essa matéria de forma clara e inequívoca, não foi dada nenhuma autorização para abater nada que não pudesse ser abatido. Portanto se há abates que foram feitos, conforme disseram, de forma indiscriminada e se foram abatidas árvores que foram mal abatidos, tenho a certeza absoluta, mas não queria estar a arriscar sem ter o relatório dos serviços, que isso não foi feito com a nossa autorização. Aliás, sobre essa matéria, eu julgo que, nós, é uma matéria muito séria e acho que sobre isso dos abates das árvores, nós havíamos fazer aqui pacto, havíamos-nos de entender, havíamos-nos entender sobre essa matéria porque, é ler os jornais, nós temos n exemplos de autarcas que têm sido

constituídos arguidos e alguns têm sido julgados e condenados, por não cortarem árvores, o caso mais recente é da Câmara Municipal de Porto Santo. Porque, nós estamos aqui, é tudo muito bonito e felizmente que no nosso concelho não tem acontecido nenhuma tragédia mas pode acontecer. E uma árvore de grande porte pode cair em cima de uma camioneta de crianças, pode cair em cima de um passeio de idosos, pode cair em cima de um cidadão que vai a passar num sítio qualquer e eu acho muito bem que as pessoas que falam sobre essa matéria tenham a noção clara do que é que aqui está em causa. Eu acho que ninguém tem prazer em cortar uma árvore. Aliás, até foi objeto, eu não tenho aqui porque o Período de Antes da Ordem do Dia nós não sabemos o que é que nos vão perguntar, mas se calhar para a próxima Assembleia Municipal eu vou trazer um esclarecimento que foi feito pela pessoa que é considerada a maior especialista nessa matéria que diz, - nunca se deve dizer às crianças que uma árvore não se pode cortar, porque as árvores têm que se cortar, porque as árvores nascem, são plantadas, nascem, crescem, têm vida e depois também morrem, elas não vão durar toda a vida. E quando uma árvore cai e mata uma pessoa, ou mata uma criança, ou mata um idoso, é sempre um problema e aí, é aquela coisa, - pois, já deviam era ter cortado, - já estamos fartos de avisar. Mas, quando se corta, é sempre um problema também. E portanto eu acho que nestas matérias, com toda a franqueza, acho que não vale a pena estarmos aqui a tentar tirar partido político de quem corta árvores ou de quem não corta árvores. Eu ainda vi, esta semana, em Lisboa, uma manifestação contra o António Costa porque tinha cortado as árvores na Ribeira das Naus, frente ao Rio Tejo, que aquilo era um crime e depois vi o António Costa (e eu a dizer assim - bem te percebo) a dizer: - Mas eu tenho a informação que aquelas árvores têm de ser cortadas. É em frente ao Tejo, é o sítio da sombra, não sei há quantos anos que as pessoas passam ali, mas o desgraçado do António Costa teve que as cortar. O corte de árvores não é ideológico, o corte de árvores é feito por informações técnicas. Ninguém se lembra nem se levanta de manhã e vai cortar árvores, isso são os madeireiros, mas isso é os eucaliptos e essas coisas todas que é o negócio deles. Agora, quem tem a responsabilidade de gerir espaços públicos, só faz isso, não por capricho ou por prazer mas quando tecnicamente é aconselhado a fazer e é tecnicamente aconselhado por quem estudou estas matérias naturalmente, não é? Normalmente as pessoas têm todas grandes conhecimentos sobre isso, mas quando a árvore cai e provoca prejuízos. Pois, essa por acaso já devia ter sido cortada, há muito tempo, agora a outra é que não. Eu julgo que isto terá que ser motivo de reflexão de todos nós. O Senhor Deputado Miguel Portela falou da visita que o CDS fez e uma das pessoas que visitou o Castro de Ossela ser militante do CDS. Vamos lá a ver se a gente se entende também sobre isso, nós também, a Câmara Municipal tem que agradecer, eu julgo que são três arqueólogos de Oliveira de Azeméis, três jovens licenciados em arqueologia que, também nos fizeram chegar um conjunto de preocupações e também nos alertaram para situações que estavam a acontecer no Município de Oliveira de Azeméis e que no entender deles não eram as mais corretas e nós só temos que agradecer, sejam eles de que partido for, isso é um ato de cidadania que merece ser valorizado naturalmente, porque há pessoas que, não dizem nada, às vezes vêm as coisas a

correrem mal e não querem dizer nada e portanto, nós temos de enaltecer, nesta matéria não há o partido A nem há o partido B há um ato de cidadania que nós só temos de agradecer essa forma de estar na sociedade. Naturalmente que, são especialistas nessa matéria, têm uma sensibilidade diferente do comum dos mortais, estudaram aquela matéria. Portanto quando o Miguel Portela diz, que as pessoas vivem muito aquilo. Pois, naturalmente, então é a sua atividade profissional, temos naturalmente que perceber essas situações e só temos que agradecer que nos alertem e deixem-me dizer, até que nos dêem conselhos, que nos ensinem para nós aumentarmos permanentemente a nossa sensibilidade para essas matérias. Na Câmara Municipal também existe um serviço de arqueologia, que é tutelado pela Dr.^a Gracinda Leal e que faz o seu trabalho, mas como em todas as outras atividades e todos os outros setores aquilo que vem da sociedade civil é sempre muito bem-vindo e portanto não pode ser interpretado de outra forma a não ser de forma bastante positiva. Quanto á questão do Senhor Deputado Ricardo Bastos. Eu vou fazê-lo publicamente para que não subsistam dúvidas. Eu vou pedir ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para ver se, definitivamente, deixámos também de falar sobre isto, independentemente de eu ter um parecer dos serviços da Câmara que me dizem que não há necessidade nenhuma de fazer aquilo que o Senhor Deputado Ricardo Bastos aqui veio dizer que era preciso fazer. Eu não tenho nenhum capricho sobre essa matéria, nem tenho nenhum problema e pedia ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para na próxima Assembleia Municipal realize-se ela onde se realizar, possa inscrever na Ordem de Trabalhos este ponto para ver se tranquilizamos as pessoas. Agora, a questão da cláusula de reversão ficou totalmente esclarecida, a partir do momento em que na escritura pública não consta. É isso que toda a gente me diz. Os Senhores insistem, sim senhor, não há problema nenhum, nós fazemos uma Assembleia Municipal, na próxima Assembleia Municipal voltamos a discutir. É verdade que foi aprovado, o Senhor Deputado Ricardo Bastos tem razão, foi aprovado na reunião da Câmara Municipal uma proposta do Partido Socialista relativamente a essa matéria. Portanto, há que a trazer à Assembleia Municipal, sim senhor, “mea culpa”, virá à próxima, Senhor Presidente aqui fica já depois de lha fazer oficialmente, mas já fica aqui o compromisso de trazer à próxima Assembleia Municipal. Quanto á questão do Senhor António Grifo, sobre o concurso de Instrumentos de Sopro Terras de La-Salette, eu apraz-me registar que o convite foi feito, julgo que até na última Assembleia Municipal, houve muitos Membros da Assembleia Municipal, muitos Presidentes de Junta que foram passando pelo Cine-teatro Caracas que não era lá só que decorriam as provas, mas estiveram presentes no concerto de Laureados e foi um grande momento cultural no Município de Oliveira de Azeméis, um momento alto e é claramente um motivo de orgulho para todos nós a qualidade dos músicos que se inscrevem neste concurso, bem como também os professores, o júri e toda a envolvente criada, para além dos patrocinadores e das famílias oliveirenses que são acolhedoras e portanto acho que é importante. Quanto à questão que o Senhor António Grifo coloca de podermos aumentar a participação financeira, deixe-me dizer que se isso for sinonimo de aumentarmos ainda mais a qualidade, de podermos atrair outras pessoas, tendo em conta também as dificuldades

económico-financeiras que o Município tem, mas julgo que é possível fazermos mais um esforçozinho cortando noutros sítios, acho que é possível fazer mais um esforçozinho e portanto pode contar na próxima edição vamos ver se conseguimos colocar lá mais uns pozinhos para melhorarmos ainda mais o Concurso de Terras de La-Salette. Quanto à intervenção do Senhor Deputado João Osório, é evidente que o Senhor Álvaro Figueiredo é uma personalidade incontornável no município de Oliveira de Azeméis, foi um grande empresário, criou riqueza, criou postos de trabalho e naturalmente que também sempre podia era amigo das associações, colaborou com muitas associações e portanto julgo que foi oportuna a sua referência e portanto aqui fica também o meu agradecimento por se ter lembrado de tão ilustre personalidade. Quanto à questão que foi colocada pelo Senhor Deputado José Ramos, relativamente à questão dos estaleiros municipais. Deixem-me dizer-vos, que eu acho que o sítio é um bom sítio para colocarmos os estaleiros municipais. É um sítio (posso, é que vamos voltar à clausula de reversão se calhar). Quanto à questão dos estaleiros municipais dizer-lhe que, nós entendemos que a localização é boa, tem excelentes acessibilidades, está como vos digo bem localizado. Esta é daquelas matérias que reparam, a oposição anda permanentemente e de duas em duas Assembleias Municipais havia um pedido de inscrição no Período de Antes da Ordem do Dia a pedir: - Então, mas, como é que é os estaleiros? Quando é saem de lá? Os senhores, isto; Os senhores, aquilo. No dia em que saem, no dia em que saímos: - Bem, porque o sítio não é bom; - Porque o negócio é mau. Isto é aquela coisa, é preso por ter cão e é preso por não ter. E portanto, aquilo que eu vos posso dizer é que, a renda é de dois mil euros por mês, há uma poupança efetiva muito grande da solução que tínhamos para a solução que temos. Segundo as informações técnicas que tenho relativamente às obras que temos que fazer, porque elas quase todas podem ser feitas por administração direta, elas não chegam aos cinco mil euros. É a informação técnica que tenho. Ouça, José Ramos, você está a torcer o nariz, eu sei que você ia torcer porque se eu disse-se vinte mil você ia torcer na mesma. Portanto, vamos aguardar, é que vocês parecem que querem, vamos aguardar, se eu lhe estou a dizer que a informação técnica que eu tenho é esta. Se eu fosse a ter a reação que você tem, estávamos desgraçados, sempre que a gente pede uma informação na Câmara, tínhamos de estar sempre a torcer o nariz. E portanto, vamos aguardar. E relativamente à questão de podermos definitivamente adquirir aquele espaço, temos essa possibilidade daqui a dois anos, com o preço fixado agora de trezentos e cinquenta mil euros, está no contrato e parece-me um bom preço. E deixe-me dizer-lhe uma coisa, parece-me um bom preço, mas isso temos de perguntar ou fazer uma avaliação, mas parece-me um bom preço. Eu percebo pouco de imobiliária, mas segundo as indicações que eu tenho parece-me que é um bom preço, naquele local, trezentos e cinquenta mil euros. E também deixe-me dizer o seguinte, a opção não foi comprar agora porque não temos dinheiro, porque senão a opção era comprar já. E portanto como não temos dinheiro agora, porque como sabe temos de tratar das contas e temos um Plano de Saneamento Financeiro que temos que cumprir, e portanto, como sabe, agora com a lei dos compromissos para fazer alguma compra temos que provar que tínhamos a receita para cumprir para pagar dentro dos próximos noventa dias, esta

opção é pagar a renda de dois mil euros por mês e procurar cria condições para que daqui a dois anos possamos adquirir definitivamente este espaço pelo valor que foi acordado na data de hoje, ou na data da assinatura do contrato, de trezentos e cinquenta mil euros. E portanto, naturalmente que uns estaleiros municipais, hoje, fazem coisas muito diferentes daquilo que faziam há dez anos, há vinte anos e portanto essa preocupação com a vizinhança, eu aceito-a naturalmente, mas também Senhor José Ramos para não haver problemas com os vizinhos tínhamos de colocar os estaleiros em Vilarinho de S. Luís ou num sítio qualquer que não fosse lá ninguém. Porque repare, se colocarmos os estaleiros numa zona de boa acessibilidade, etc..., tem sempre esse risco. Mas, segundo também as informações que tenho, até pela atividade industrial que há ali à volta, não há queixas, pelo menos na Câmara não há queixas de nada. Não há. Tivemos esse cuidado, tivemos esse cuidado. E julgo que também não vai haver. E portanto porque, nós temos que perceber, sabe que às vezes, eu percebo essa questão de procurar arranjar problemas, sabe que há aquele velho ditado que as pessoas dizem muito que é assim, “quando a gente não tem problemas inventa-os”, não é? Eu ainda me lembro muitas vezes as pessoas dizerem, - epá, aquela malta dos estaleiros entra sempre tarde. Portanto, não vão entrar às seis da manhã, nos estaleiros municipais continuam a ser as mesmas pessoas e já vos ouvi dizer muitas vezes que entram tarde e trabalham pouco e não fazem nada e tal. E portanto, não se preocupe com essa coisa do barulho, agradeço a sua chamada de atenção, mas seguramente que não vai ser por aí que vai haver problemas, até como eu lhe disse a função dos estaleiros tem vindo a evoluir e como sabe muitas coisas são feitas também por outsourcing, ou seja, feitas fora da Câmara Municipal, e depois é preciso também não esquecer o que é que lá havia, não é? E portanto tínhamos lá comércio de cimento a granel e tínhamos camiões pesados a sair a altas horas da manhã. E eu nunca tive nenhuma queixa, não há lá nenhuma queixa registada na Câmara. E isso sim faz barulho e hoje não vai sair lá nenhum camião às três ou às quatro da manhã, porque a essa hora não trabalha ninguém na Câmara, não é? Portanto, é preciso percebermos, Agora, é como eu digo, eu posso estar aqui duas horas a dar-lhe vantagens para a localização dos estaleiros naquele local e você a dar-me duas de desvantagens para a localização naquele local, mas isso é as regras, é mesmo assim e fosse qual fosse o local eu tenho quase a certeza que íamos ter esse debate. Portanto, naturalmente que agora aquele argumento do negócio ruinoso, da gestão não sei quê, esse agora acabou já não pode ser repetido porque agora há uma outra solução, não é? E acho que isso nos devia deixar a todos satisfeitos. Eu percebi que não, mas é a vida. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Pedro Paiva, do PS. =====

===== Expressos os meus cumprimentos e um abraço fraterno ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, que hoje nos recebe em sua casa, naquela que também considero ser minha casa uma vez que também sou conterrâneo, á Mesa da Assembleia

Municipal na pessoa do Senhor Presidente, Executivo nas pessoas do Senhor Presidente e Vereadores, Deputados Municipais, jornalistas munícipes presentes e fregueses. Em primeiro lugar reforçar a homenagem ao nosso amigo e querido, falecido já, Álvaro Figueiredo, alguém bairrista, Nogueirense, suprapartidário, que nunca olhou às cores políticas, que olhou sempre as pessoas de acordo com as necessidades dessas pessoas e dessas associações, convivi pessoalmente com ele, todos aqui ou grande parte das pessoas que estão aqui conviveram com ele e reconhecem nele qualidades que infelizmente hoje começam a escassear nas pessoas. Nesse sentido, a minha mais profunda homenagem e do Partido Socialista a mais profunda homenagem a este Nogueirense já falecido. Motiva a presente intervenção a preocupação com os dados apresentados pelos serviços municipais, que revelam um aumento exponencial de contraordenações e conseqüentemente as receitas provenientes destes processos. Em concreto, só em Janeiro de 2013 foram propostos 378 novos processos e as receitas provenientes já renderam em janeiro de 2013 onze mil oitocentos e vinte e sete euros e sessenta e dois cêntimos (11.827,62€), o que representa um aumento de cerca de 500% em relação aos valores cobrados durante todo o ano de 2012. Ora é certo que relativamente a estas receitas obtidas em 2013 a maioria dos valores dizem respeito a processos que decorreram durante ano de 2012 e concluídos no presente ano, mas não deixa de ser significativo e preocupante o seu aumento. Ora assim sendo os referidos dados demonstram que os oliveirenses passaram, quase que de forma generalizada, de respeitadores a incumpridores das boas normas e regulamentos municipais. Na verdade, a perceção deste cumprimento poderia justificar até a criação de uma polícia municipal e serviços especializados na reeducação e ressocialização dos prevaricadores não deve ser o caso e estou certo que os oliveirenses continuam a ser pessoas de bem. Mas devemos preocupar-nos com os comentários que vamos ouvindo dos oliveirenses - que estamos perante uma prática de caça à multa por parte do município. Ora decorre da experiência e vivência comum quando uma Lei, uma Norma ou uma Regra não é cumprida pelos visados, tal significa uma de duas coisas: ou a Lei não presta, ou povo não conhece a Lei, no presente caso parece-me que pode suceder ambas coisas, sendo que somente uma análise concreta aos processos de contraordenação, nomeadamente relativos à sua natureza e causas, é que se poderá obter uma conclusão. Pensamos no entanto ser urgente analisar a presente situação e encontrar a causa dos problemas e agir devidamente em prol de um serviço ao cidadão e não de um serviço ao município enquanto entidade. No que diz respeito a estes procedimentos de contraordenação, gostaria de partilhar com os presentes, situações que me têm vindo a ser denunciadas por vários oliveirenses. Se são verdadeiros ou meramente mitos urbanos, inclino-me para a primeira opção uma vez que as pessoas falam na primeira pessoa convalidas pelas agressões que se sentem vítimas. E questionam-me de que situações poderei eu estar a falar? E de quem é o presumível autor? Respondo: O Município na cobrança das taxas de estacionamento e aplicação das coimas relacionadas com a eventual falta de pagamento das referidas taxas de estacionamento ou avisos de infração. Concretizando, sucede que, por razões várias, condutores que estacionam nos arruamentos da cidade são avisados com bilhetes para

pagamento da infração de estacionamento no montante de seis euros (6,00€), zelosos, liquidam pelos meios previstos e em devido prazo, os montantes previstos nos referidos avisos. Sucede porém, que decorridos meses, são premiados com processos de contraordenação para a liquidação das referidas coimas, como se não tivessem pago os referidos avisos e inquiridos se efetivamente liquidaram e se o fizeram em devido tempo de forma generalizado os visados dolentes reforçam a certeza do seu civismo, sendo que em grande parte pagam a referida coima de trinta euros (30,00€) porque somente é mais caro contestar ou porque já possuem ou não se lembram onde guardaram o respetivo comprovativo de pagamento, não tendo agora como comprovar o pagamento, no final, pagam duas vezes pela mesma infração, à qual acresce as custas. Há que verificar o que se encontra a suceder e a retificar urgentemente. Ora muito bem, a razão muitas vezes apontada para tal, é que o condutor liquida a respetiva a infração já após o prazo disponibilizado para o efeito. Mas se então o prazo se encontra prescrito, não deveria ser admissível o pagamento usando as referencias fornecidas. Assim, o infrator saberia com o que pode contar atuando em conformidade. É básico e elementar que não se tem que pagar duas vezes pela mesma infração. É básico e elementar que cabe ao Município verificar se o cidadão liquidou ou não e mesmo que tenha liquidado o referido aviso após o prazo dado e o Município aceitou esse pagamento não pode depois exigir e alegar que o cidadão incumpriu. É elementar Senhor Presidente, que se eu lhe devo seis euros e lhe tenho de pagar até amanhã, mas se somente lhe pago depois de amanhã e o Senhor aceita, que nada lhe fico a dever. Incompreensível que depois me venha exigir que pague mais trinta euros no mínimo. Não se trata somente de abuso do qual nos podemos defender se previamente desconfiássemos da atuação, chama-se a isso má-fé, atitude que é inaceitável na atuação do Município. Em jeito de conclusão e precavendo o risco de não se recordar do atrás dito, defendemos uma análise concreta e atenta aos procedimentos de contraordenação, sendo que se deve definir um plano de ação, não somente para a sensibilização dos cidadãos, do cumprimento das regras, mas essencialmente perceber e agir com o devido zelo na instalação dos processos de contraordenação. Para além destas questões procedimentais, reforça-se também a necessidade da reflexão dos regulamentos municipais e a sua abrangência, pois, se a título de exemplo, os cidadãos não pagam as taxas de estacionamento, tal somente se pode dever a um mau planeamento da mobilidade e organização do estacionamento na cidade, nomeadamente pela falta de estacionamento gratuito na cidade como é direito dos cidadãos. Senhor Presidente as regras são para serem cumpridas e são criadas com essa finalidade e os processos de contraordenação deverão ser excecionais e não perspectivados para a obtenção de receita. Uma segunda parte e aproveitando a nossa passagem por esta freguesia, gostaria de abordar ainda outra questão, que penso que a todos nós preocupa, especialmente aos Nogueirenses, que são as obras no pavilhão da Associação a NOZ, ou, mais concretamente, a falta delas. Enquadrando sucintamente o assunto, à que referir que construção no pavilhão gimnodesportivo em Nogueira do Cravo, com várias valências, já vem vindo a ser pensado e concretizado desde a década de 80 do século passado. Inicialmente o projeto foi desenvolvido pela Junta de Freguesia, principal

promotor do projeto e da obra, posteriormente na década de 1990 a Junta de Freguesia promoveu o projeto em conjunto com o Município e a Associação a NOZ, cabendo a esta, última, encabeçar o projeto na perspectiva da obtenção do maior financiamento por parte do Estado e no maior apoio financeiro por parte da população em geral. Com o empenho, dedicação e trabalho da Junta de Freguesia, Município e Associação o projeto começou a concretizar-se no terreno já na década de 2000. Elogiaram o apoio fornecido pelo Município, liderado pelo Presidente Ápio Assunção que, acompanharam, e que acompanhou pessoal e presencialmente o desenvolvimento da obra e que eu pessoalmente também assisti e acompanhei. Sucede que no início da década de 2010, a obra do pavilhão para na fase correspondente à de pedreiro. Desde Junho de 2011 até ao presente momento o esqueleto de betão mantém-se inalterado e abandonado. As razões e as justificações poderão ser várias, insolvência de um dos empreiteiros, falta de dinheiro, crise, etc..., mas é nossa convicção de que apenas se tratam de desculpas, o essencial, ou seja, a concretização da obra, deve-se a outros fatores. Não conseguimos compreender como uma obra com uma participação de dinheiros públicos de 90% e com contratos programa aprovados, possa permanecer em letargia, o Estado não apresenta obstáculos á entrega do dinheiro correspondente à participação que se aproxima dos 65%, também pretendemos que acreditar que o Município e a Junta de Freguesia não quererão negar na sua participação, então questionamos: O que falta então? Onde se encontra o problema? Desconheço em concreto, porque não acompanho a obra diretamente, as razões da inércia. No entanto, observo, pelo que ouço e leio que entre as instituições envolvidas tem-se criado cisões, verdadeiros fossos de desentendimentos e alguns mesmo reais. A culpa, penso, é de todos nós, tanto pelo que fazemos como pelo que omitimos, mas a responsabilidade recai sobre quem exerce os respetivos cargos. Em concreto, aparentemente, e reforço aparentemente, o Município abandonou a associação com o bebé nas mãos, o apoio político e logístico do município à construção da obra tão presente no início, parece, ao presente momento, não existir e sem esse apoio, sem custos para o Município, é de todo impossível concretizar a obra. Aparentemente, o Senhor Presidente encontra-se de costas viradas e com as portas do seu gabinete fechadas para o trato do assunto. Aparentemente, ao contrário do seu antecessor, o Senhor Presidente não se interessa pelo projeto. Desejo acreditar que tudo seja somente aparente, mas a miragem de construção do pavilhão como qualquer miragem é suscetível à criação de aparências, entre o oásis e a ilusão caberá a si Senhor Presidente deslindar. É nosso entendimento que a Câmara Municipal terá que, reassumir, orientar e promover a concretização de uma obra que servirá não somente os fregueses mas a todos os oliveirenses e pessoas que o venham a utilizar, pois trata-se de uma obra assumidamente essencial para o desenvolvimento do Município e a qualidade dos munícipes. É essencial e ainda é possível salvar este nado-morto. O pavilhão não é, nem será de uma associação, mas da comunidade que o utiliza e usufrui do mesmo. A Câmara Municipal é corresponsável na concretização do projeto e nessa medida, tem a obrigação de intervir. Muito obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Marco Azevedo, do PSD.* =====

===== *Muito boa tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Secretários da Mesa da Assembleia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e restantes Vereadores e Excelentíssimos colegas da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Presidentes de Junta, e um agradecimento especial ao caro amigo, Manuel Rebelo, por nos receber tão bem aqui e sempre em Nogueira do Cravo, jornalistas aqui presentes e Oliveirenses e particularmente também aos Nogueirenses que aqui nos acolhem. Gostaria de dar uma palavra muito simples sobre a mobilidade ferroviária do nosso concelho do nosso município. Sendo eu um adepto da mobilidade elétrica com as imensas vantagens que trás, é com particular atenção que vejo as mais recentes ou algumas evoluções da Linha do Vouginha. Semanas atrás li que havia, houve, testes de equipamentos potencialmente interessantes para a própria linha. Qualquer município nosso vizinho e nós mesmos em Oliveira de Azeméis temos diariamente, semanalmente estudantes e profissionais que diariamente se deslocam para o Porto, sendo que a expensas próprias se torna cada vez mais, com o aumento dos combustíveis, bastante oneroso. Seria, em termos teóricos, uma mais-valia caso esta nossa linha pudesse permitir uma mobilidade mais rápida, mais moderna, mais dinâmica para a cidade do Porto ou as áreas limítrofes. Sei que não é fácil. As linhas de investimento são reduzidas. O endividamento das empresas de transportes eram muitos e agora mais recentemente com as SWAPS ainda mais difícil se torna. Portanto o contexto não é fácil. De qualquer das formas, atendendo ao Presidente já ter falado no passado sobre isso, gostaria de eventualmente questionar na minha humilde pessoa se houve alguns desenvolvimentos ou trabalhos a serem feitos sobre essa matéria?* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Lourenço, do PS.* =====

===== *Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, Excelentíssimo Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, caros colegas, imprensa, público em geral. Este ano de 2013 ficou já marcado pelo encerramento compulsivo por imposição do Governo PSD/ CDS-PP da Fundação La-Salette e vai ficar marcado também pela imposição de encerramento da GEDAZ - Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis. São duas das bandeiras do PSD local, que o PSD nacional decidiu que não tinham condições para continuar com a atual gestão. Se da parte da Fundação já se dissecou o suficiente, da parte da Gedaz temos uma gestão que ao longo destes quatro anos apresentou entre subsídios à exploração e cobertura de prejuízos os seguinte montantes: 550.000,00€ em 2010; 704.000,00€ em 2011 e 560.000,00€ em 2012, num total acumulado de 1.814.000,00€. Para que tenhamos uma noção dos números, a Câmara*

Municipal de Oliveira de Azeméis transfere para a totalidade das 19 freguesias, por ano, cerca de 555.000,00€ para investimento. Significa isto, que a Gedaz representa para o Município tanto como todas as 19 freguesias juntas. Importa pois perceber que a Gedaz é um custo significativo nas contas municipais, que não constam nas contas de 2012. Se parte deste prejuízo resulta da vertente social da empresa pela via da disponibilização gratuita do pavilhão a associações e com taxas nas piscinas abaixo do seu preço de custo muito deste défice resulta das opções de política de show-off municipal com eventos como: a Volta a Portugal em Bicicleta; as Finais de Futsal, etc..., etc..., etc.... Assim, é esta política de show-off que torna esta empresa municipal claramente deficitária, sem que os seus recursos próprios sejam superiores a 50% das despesas e que, independentemente do retorno mediático que os eventos geram, as dívidas ficam para os Oliveirenses pagarem, uma vez que não se nos consta que os credores aceitem ser pagos com cheque ou por transferências mediáticas. Para o PS se resultado destes prejuízos fossem um resultado claro de uma aposta séria e inequívoca numa verdadeira política desportiva global e transversal a todos os oliveirenses, lamentaríamos esta decisão de encerramento. Como para nós é claro que a aposta numa política desportiva foi trocada por uma política de eventos e promoção e show-off, a internalização das piscinas municipais e pavilhão desportivo na esfera municipal é uma situação normal que se traduz num cartão vermelho à gestão que foi promovida. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora Helga Correia, do PSD. =====

===== Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Senhor Presidente da Junta de Nogueira do Cravo, Manuel Rebelo, restantes Presidentes, comunicação social, público em geral. O Parlamento Europeu instituiu o ano de 2013 como o ano Europeu dos Cidadãos e a Câmara Municipal a exemplo do que tem vindo a fazer, nos últimos anos, resolveu aderir assinalando um vasto programa de atividades. A cidadania europeia foi institucionalizada em 1992, em Conpenhaga, quando foi assinado o Tratado da União Europeia, desde essa altura, todos os que integram esta grande comunidade europeia têm á luz desta decisão um estatuto comum com os direitos e deveres que a Comissão Europeia pretende neste ano estimular. A Câmara Municipal e a Rede Social de Oliveira de Azeméis num vasto conjunto de ações que já apresentaram e já começaram a realizar mostraram, uma vez mais, a vitalidade deste concelho, que discute, que se informa, que mobiliza, mas que trabalha e que propõe, tem sido esse mote das ações que integram o programa municipal do Ano Europeu dos Cidadãos, das quais destaco os espaço de discussão que tem sido realizado nas 19 freguesias do concelho, mas que têm a preocupação de envolver Escolas IPSS e Associações tocando em todas as faixas etárias. No momento em que a União Europeia vive dias conturbados e confusos da sua ainda recente história, é fundamental a participação cívica de cada um de nós participando á medida de cada um na construção de uma

europa forte mas coesa, grande mas equilibrada no que diz respeito ao acesso ao trabalho, à educação, à cultura e ao bem-estar social. No próximo dia 9 de Maio, o Município de Oliveira de Azeméis comemora o dia da Europa, no Cine-teatro Caracas. Acontecimento que vai permitir uma melhor valorização e promoção da literacia Europeia e tal como o próprio lema do Ano Europeu enuncia, tem a ver com a europa, tem a ver consigo, participe no debate, apelo a que possamos todos nós acompanhar este esforço global participando, não só nesta próxima iniciativa mas também estimulando outros a fazê-lo. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, amigo Manuel Rebelo um cumprimento muito especial de boa vizinhança da Junta de Freguesia de S. Roque. Eu queria fazer um pequeno reparo Senhor Presidente. Há dias, no dia 6, recebi uma informação reencaminhada pelo Senhor Presidente sobre duas queixas, apresentadas por uma munícipe, relacionadas com um muro construído à face da estrada e de uma casa em construção alegadamente sem respeitar os devidos afastamentos. Compreendo a munícipe, que reclamou formalmente e as muitas pessoas que por diversas formas nem sempre as mais corretas e construtivas lhe fizeram e fazem chegar o seu desacordo por estas construções, pensa naturalmente que a responsabilidade é nossa Junta de Freguesia e se não é, que seja. Sem por em causa a legalidade das construções, nem a legitimidade de quem as licenciou, pedia só que estes conhecimentos ou pedidos de parecer como antigamente se chamavam nos pudessem ser facultados em tempo útil para podermos se possível ou oportuno negociar com os proprietários. Acontece que depois do licenciamento, a negociação e os acordos de alargamento resultam sempre mais difíceis e sempre em prejuízo da autarquia. Podia ilustrar com vários casos, eles estão lá para ver. Um dia, achei um alinhamento de muro tão agressivo que questionei o empreiteiro se não tinha vergonha do que estava a fazer, sugerindo que suspendesse a construção convicto que, eu estava, aquele licenciamento era impossível. Passadas duas horas, chega à Junta, a dona da obra com a licença na mão. Pasmei. Pedi-lhe desculpa e agradeci-lhe por não me exigir indemnização pelas horas de suspensão. O muro está lá, para nossa inquietação e vergonha. Mas, isto já vem de trás, no mandato anterior, assisti à implantação abusiva de uma garagem em cima de um muro implantado num terreno retirado à rua e em desrespeito total pelo alinhamento existente. Nem os protestos por unanimidade da Assembleia de Freguesia tiveram acolhimento. Seria conveniente, agora, que infelizmente há menos obras e a curto prazo menos freguesias, rever estes procedimentos que apoucam e minimizam as competências dos autarcas. Obrigado, Presidente. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora Dr.^a Ana Luísa Mendonça, do PSD.* =====

===== *Boa tarde a todos os presentes. É preciso ter lata. Realmente é preciso ter mesmo muita lata, mais precisamente, 20949 de enlatados: 12051 latas angariadas pelas equipas; 6000 doadas pela - Bom Petisco; 2898, doadas pelo público, foi este o número de latas de comida doadas a 22 instituições no âmbito de um projeto de raízes americanas, Canstruction, que decorreu pela primeira vez em Portugal de 23 a 27 de Março e que foi promovido pelo Agrupamento de Escolas de Fajões. Um desafio à criatividade, numa iniciativa solidária contra a fome. Equipas constituídas por alunos e professores, deram largas à imaginação e, exclusivamente a partir de latas de conserva, criaram verdadeiras obras de arte: esculturas de baleias construídas com 890 latas; o farol da barra, representado pela escultura a luz solidária, para o qual foram necessárias 1000 latas; remar, remar, contra a fome a escultura vencedora nas categorias melhor refeição e melhor escultura, entre outras maravilhas “enlatadas” que contribuíram para alimentar instituições de solidariedade social indicadas pelas equipas. Foram 8 comunidades educativas e 8 esculturas. O concelho de Oliveira de Azeméis participou nesta Canstruction, com esculturas construídas pelos Agrupamentos das Escolas Soares de Basto com a escultura latamolition que foi constituída por 1500 latas e o Agrupamento de Fajões com a escultura “missão”, uma missão que necessitou de 1648 latas e que recebeu o prémio de melhor uso de rótulos. A Gala de entrega de prémios decorreu na Escola Básica e Secundária de Fajões e reuniu centenas de estudantes que, de modo arrojado ou se preferirem também com muita lata, se envolveram numa causa solidária contribuindo para angariar toneladas de produtos alimentares. E os vencedores foram: Centro Social Dr^a Leonilda Aurora da Silva Matos de Fajões; O Centro Infantil e Social de Cesar; O Centro Paroquial de Nogueira do Cravo; O Centro Social Cultural e Recreativo de Pindelo; O Centro Social Cultural e Recreativo de Carregosa; A Comissão de Assistência Social de Carregosa e o Agrupamento de Escolas de Fajões, que receberam 500 a 600 latas de comida cada. É preciso ter lata, deixa a esperança da capacidade da esperança união das sociedades realidade mais justa e fraterna, foram as palavras do autarca Hermínio Loureiro que assegurou já o apoio à segunda edição desta iniciativa cheia de lata.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS.* =====

===== *Só uma nota de rodapé. Mas antes, não posso deixar de o cumprimentar Senhor Presidente e lhe agradecer a complacência que teve comigo, não obstante eu ter chegado atrasado, mas a minha intervenção vem no seguimento de uma outra intervenção aqui do Senhor Presidente da Câmara e cingia-se praticamente. Antes mais, quero cumprimentar a Vereação a Mesa, a restante Mesa, os meus colegas Membros da Assembleia Municipal, Presidentes de*

Junta aqui presentes, Autarcas de Nogueira do Cravo e gente de Nogueira do Cravo que é um prazer estar aqui, eu sou natural de uma freguesia vizinha, portanto, a freguesia de Nogueira do Cravo, tenho um especial carinho e um especial afeto e uma especial proximidade pela da freguesia de Nogueira do Cravo. Bem-haja os Autarcas e bem-haja também os Nogueirenses. Feito isto, eu quero fazer aqui uma nota, Senhor Presidente da Câmara é obvio que o que me trás aqui ainda é a chamada clausula de reversão e no seguimento da exposição feita aqui pelo meu colega Ricardo. Eu não quero alongar o obviamente debate, não quero tecer aqui considerações jurídicas, não estou aqui nessa qualidade, deixe-me que lhe faça uma sugestão e tenho a certeza que a acolhera. No preciso momento em que o Senhor dando expressão e corpo à deliberação do executivo camarário que deliberou revogar aquelas condições especiais da proposta de venda à Prediaz, aqui deliberado. Deixe-me só que lhe diga uma coisa Senhor Presidente, procure, junto da Prediaz obter a anuência quanto às deliberações tomadas através da revogação dessas condições e quando trouxer aqui o assunto traga também e enalteça-nos com esse comportamento, traga também a posição expressa da Prediaz no sentido da revogação dessas tais condições especiais que no seu entendimento a questão é líquida. Não podia deixar de fazer aqui um apelo, normalmente, estamos habituados no Partido Socialista a ver, de facto, uma série de intervenções que aqui são feitas pelos Membros da Bancada do Partido Social Democrata e normalmente muitas delas, embora meritórias, contêm algum panfletismo partidário inerente a isso. Mas a última intervenção das tais latas e do “É preciso ter lata” sensibilizou-me, confesso que sensibilizou-me, eu próprio vi aquilo que se fez, fez-me lembrar, obviamente, a Joana Vasconcelos, com o devido distanciamento, mas de facto sensibilizou-me, é uma iniciativa que merece ser apoiada e merece continuar a existir até pelo fim social que isso representa. Bem-haja. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== Muito boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo e os Nogueirenses aqui presentes também e de outras freguesias oliveirenses, muito boa tarde a todos. A minha primeira intervenção, curta, neste Período de Antes da Ordem do Dia, é para de algum modo colocar ou recolocar aquilo que é a “paixão” do Senhor Presidente de Câmara e da Câmara Municipal, relativamente a alguns temas que aqui são colocados como cartões vermelhos à gestão municipal. Eu digo isto porque, não tenho dúvidas, conheço, o Presidente da Câmara, o Herminio Loureiro, há uns anos e tenho a plena noção que ele nunca foi um apaixonado pela Fundação La-Salette ou pela Gedaz, tenho a plena noção de que sempre foi um grande apaixonado e um grande defensor do Parque de La-Salette por um lado e sem dúvida alguma, todo o seu trajeto de vida o demonstra, um grande defensor e grande promotor da acessibilidade ao desporto e à prática desportiva e essas,

inequivocamente, estão bem defendidas, têm sido bem defendidas e sê-lo-ão seguramente, enquanto ele for Presidente de Câmara de Oliveira de Azeméis. E portanto, esses veículos que foram escolhidos num determinado momento, em determinadas circunstâncias como tantos outros municípios o fizeram, foram-no seguramente ponderados e feita a sua análise, feitas as escolhas, as melhores escolhas em cada momento. Obviamente que hoje o sentimento poderá ser outro, mas aquilo que gostava aqui de referir e por isso falo de paixão, porque creio que são duas grandes paixões particulares de Hermínio Loureiro, Presidente de Câmara de Oliveira de Azeméis, o Parque de La-salette é hoje alvo de uma enorme intervenção, uma intervenção que seguramente ficará a altura, naturalmente com o devido respeito, altura daquilo que foi o empreendimento dos nossos Oliveirenses saudosos de há 100 anos atrás ou cento e poucos anos e que ficará seguramente marcado na história deste Parque daqui a muitos anos e portanto, isto sim, é, efetivamente, sinal de uma paixão. Quanto ao papel que a Gedaz tem desenvolvido nesta sua curtíssima vida, também que não fique qualquer sombra de dúvida que esta é simplesmente uma via, um veículo, para atingir um bem maior que é não servir a freguesia de Oliveira de Azeméis ou as 19 freguesias, mas é através da sua atuação na gestão das piscinas, na gestão do pavilhão municipal, na dinamização de espaços públicos por todo o concelho e de iniciativas por todo o concelho é servir 72000 mil habitantes no concelho de Oliveira de Azeméis. E portanto este é mérito deste espaço e seguramente que, que o diga quem não concordar, ter uma estrutura de gestão desportiva municipal que assegure a prática desportiva a todos os oliveirense, e portanto, é sem dúvida nenhuma um grande mérito de um trabalho que tem sido excepcional desenvolvido pela Gedaz. A minha outra componente da minha intervenção é para uma vez mais pedir ao Senhor Presidente, porque creio que ainda há poucos dias o fiz, mas são de tal forma relevantes estes quatro temas de que lhe vou pedir ponto de situação que nunca é demais perguntar-lhe em todas as oportunidades que tenho, o seu ponto de situação. É visível a evolução das obras no Parque de La-Salette, gostava que nos atualiza-se, o que está feito, o que falta fazer e do que falta fazer quando é que se iniciará, ou quando é que prevê que se inicie? É visível a evolução desta grande obra emblemática e de grande importância estratégica para Oliveira de Azeméis que é o Campus Universitário, em Santiago de Riba-Ul, a obra está evoluir, está a evoluir em bom ritmo, gostávamos também de saber Senhor Presidente, qual o ponto de situação, quais as perspectivas, daqui a quanto tempo é que, os estudantes que escolhem Oliveira de Azeméis para fazer a sua formação superior, poderão vir a ocupar este espaço de ensino de excelência? Outra obra que é visível a sua evolução em bom ritmo é a Área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro, também aqui lhe pedia um ponto de situação e sobretudo quando é que a infraestrutura que está a ser desenvolvida estará em pleno para acolher os muitos empresários que esperamos que venha a acolher? O último ponto desta interpelação, é para saber o ponto de situação uma vez mais do processo pendente á concessão da água e saneamento para o nosso concelho, uma obra que lhe é cara também, e portanto, pretendemos saber, que nos informe, qual o ponto de situação deste processo? Muito obrigado. =====

=====
Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
Muito obrigado, Senhor Presidente. Agradeço naturalmente as questões que foram colocadas e eu vou procurar responder a todas de forma sucinta e mostrando disponibilidade para esclarecimentos mais pormenorizados, atendendo às questões que foram colocadas. Nomeadamente a questão colocada pelo Senhor Deputado Pedro Paiva, naquilo que diz respeito aos números de processos que o preocupam bastante um grande número de processos, sabendo, não o dizendo, mas sabendo, até por formação, que se referem a questões relacionadas com o trânsito, o grande número de processos que temos. E nós nesta matéria também não devemos ter dois pesos e duas medidas, ou seja, nós quando vamos a outras cidades, quando vamos a outros concelhos temos o estacionamento pago, chegamos e pagamos, mas na nossa terra gostamos parar e não pagar. E portanto, há uma e até julgo que pode marcar uma reunião, o Dr. Pedro Marques vai tomar a devida nota de o chamar lá, até porque é advogado e vai enriquecer seguramente a sua capacidade argumentativa, porque nós somos verdadeiramente surpreendidos com as mais esquisitas razões para justificar o não pagamento, aquilo até faz bem do ponto de vista da criatividade e então como jurista o Senhor Dr. vai agradecer seguramente esses momentos, porque vai enriquecer o seu portefólio argumentativo também enquanto profissional do direito. Quanto às questões que colocou, naturalmente não há sistemas perfeitos e há sistemas que falham em algumas situações, mas isso, não sei se também recebeu, olhe eu também recebi, eu já tinha pago o selo do carro de 2009 e também recebi uma carta das finanças para voltar a pagar o selo do carro, eu já o tinha pago e por acaso tinha lá o papel se não tivesse tinha de o voltar a pagar e isto tínhamos aqui 200 exemplos de situações que nos acontecem a todos nós na nossa vida por imperfeições do sistema. Naturalmente que, aquilo que nós procuramos e tendo em conta as limitações que temos no exercício destas funções de fiscalização é cumprir com as regras que estão definidas e que estão aprovadas e não haver aqui nenhum abuso, não é? O Senhor Deputado disse que a nossa fiscalização andava na caça à multa. Nós recebemos imensos email's a dizer o contrário, a dizer que a fiscalização não ligava nenhuma. E portanto aquilo que o Dr. Pedro Marques e a Dr^a Vera Silva, que têm a responsabilidades sobre isso, é que pedem aos fiscais para cumprir a sua missão. E portanto, isto de opiniões: Há uns que dizem que fiscalizam muito; Há uns que dizem que eles não fiscalizam; Há uns que dizem que são perseguidos, isto é como tudo na vida. Agora, repare, há muitos municípios até aqui vem perto de nós, eu então imagino o que seria a sua intervenção, aqui bem perto de nós há municípios que têm bloqueadores e têm reboque e isso é uma chatice. E nós chegamos lá? E lá a gente nunca se esquece de meter moeda, porque se nos esquecermos, pimba, temos o carro bloqueado. Mas é aqui ao lado, às vezes até aqueles concelhos que são dados sempre como exemplo. Nós achamos que não devemos caminhar para isso. Devemos fazer um trabalho de sensibilização para ordenar o estacionamento na cidade. Senhor Deputado não

é verdade que não existam locais para estacionar sem pagar. Existem. Existem parques onde se paga muito pouco, muito pouco mesmo e é no tal famoso “cláusula de reversão”, portanto até devíamos pôr esse nome para ver se era mais apelativo o parque e está lá muita gente. E há muita gente que estaciona o carro em locais onde não se paga e portanto esta questão é uma velha questão, não vamos andar sempre toda a vida, se nós não assumirmos e se não tivermos a noção das responsabilidades que temos no exercício destas funções, havemos de andar toda a vida a discutir isto, toda a vida, a oposição a dizer sempre isto e poder a dizer o contrário, vai ser toda a vida se nós não formos responsáveis. O Senhor até já falou na Polícia Municipal. Eu posso-lhe trazer na próxima reunião, não tenho aqui, mas posso-lhe trazer um estudo para implementar a polícia municipal. Logicamente que se houvesse condições financeiras para o fazer. Aliás, está nos programas políticos, nos programas partidários, de todos os candidatos à Câmara Municipal nas últimas eleições a criação da polícia municipal, mas naturalmente que é preciso ter condições financeiras para o fazer. Agora, se a gente criasse a Polícia Municipal iam dizer: - mas para quê criar, se tem lá os fiscais? Vamos ver se em algumas matérias nos conseguimos entender e perceber que é um esforço de todos, sensibilização de todos, que temos responsabilidades, para que toda a gente cumpra, se todos cumprirem não há problemas, se todos pagarem não há processos, não há contraordenações, não há essas coisas todas e portanto eu acho que isto é um trabalho pedagógico. Naturalmente é uma posição que contém algum panfletismo a sua, permita-me usar o termo do Senhor Deputado Pais Ferreira, porque, ainda por cima, o Senhor é advogado e o Senhor defende o direito e defende que se cumpram as leis e portanto há regras. E naturalmente os nossos serviços, aquilo que nós queremos é que eles façam também o seu trabalho. Olhe, está aqui gente dentro desta sala que, faz esse trabalho, trabalha nesse setor e que o faz de forma profissional, naturalmente sem estar aqui a ter abuso de poder ou a fazer coisas que não pode ou que não estão na legislação. Erros, Senhor Deputado, todos temos e não há nenhum sistema que não tenha erros. E portanto o Senhor pode-me dar, eu tenho porque recebo a correspondência, pessoas a dizer que pagaram e que fizeram. E quando a prova é clara e inequívoca, assume-se o erro e faz-se a devolução do dinheiro, não tenho nenhum problema sobre essa matéria. Agora, há situações, como o Senhor sabe e bem, sabe e bem, que há situações de pessoas que abusam, não é? E portanto, acho que aqui é um trabalho de todos de sensibilização para cumprir. Quanto à questão que o Senhor Deputado colocou sobre o pavilhão da NOZ. Eu não percebi, eu não gosto de usar aquela coisa do aparentemente e eu acho que, consta que, eu gosto de falar de coisas concretas, eu não percebi se o Senhor Deputado, porque o Senhor Deputado depois na parte final estava empolgado, eu não sei se o Senhor Deputado sugeriu que a Câmara Municipal ficasse com a obra? Não foi essa a sugestão que fez, pois não? É que o Senhor Deputado diz, que a Câmara Municipal, isto, a Câmara Municipal, aquilo, é preciso perceber quem é o dono da obra, não sugeriu a Câmara Municipal a ficar com a obra? Pronto. Como o Senhor depois falou muito em aparentemente, aparentemente. Deixe-me dizer-lhe que quem fiscalizou a obra foi o Engº Manuel José, da Câmara Municipal, e fê-lo de forma completamente gratuita, a NOZ não pagou

nada, houve até uma altura em que houve um problema com viaturas não havia viaturas e eu até disse, ao Eng^o Manuel José: - “Olhe, leve a sua e meta os quilómetros, não vai agora cobra os quilómetros à NOZ por fazer esse trabalho”, estava a representar a Câmara Municipal no trabalho de fiscalização e julgo que fez, pelo menos, aparentemente, um excelente trabalho. Dá-se também a feliz, é uma situação não é toda negativa porque o pavilhão da NOZ, por muito esforço da NOZ, por muito esforço da NOZ o pavilhão ficou coberto, porque a paragem que o Senhor Deputado aqui falou de 2011 até hoje, se aquilo não estivesse coberto já se tinha deteriorado e portanto, valha-nos que aquilo ficou coberto. É preciso também perceber que, este pavilhão e esta estrutura que é de grande qualidade e de grande necessidade para esta região, aquele pavilhão tem potencialidades para ser um pavilhão da região, não é só para Nogueira do Cravo, para Nogueira do Cravo, para S. Roque, para Cesar, Para Fajões porque é um pavilhão de grande dimensão, mas, isso faz com que o financiamento desse pavilhão, porque esta obra já é muito antiga, ainda seja um financiamento PIDDAC de uma instituição chamada DEGOTDU que julgo que nesta coisa das uniões e fusões já se chama outra coisa, mas o compromisso ainda existe. E tivemos a oportunidade, eu e o Senhor Martins dirigente da NOZ, de irmos à Comissão da Região Norte e estarmos com a Dr.^a Fátima Araújo, que já não é hoje a diretora jurídica, mas era na altura a diretora jurídica, e procurar encontrar uma solução, uma solução para o problema que existia que era a falência ou insolvência do empreiteiro. E percebemos que, porque o concurso foi feito pela NOZ não foi pela Câmara, portanto o dono da obra é a NOZ, percebemos que aquela empresa que tinha ganho a construção do pavilhão era um consórcio, ou seja, tinha 95% e havia 5% de uma outra empresa, chamada ABV, essa empresa foi contactada e visitou a obra, eu também estive aqui, eu já ali fui muitas vezes e depois ABV apresentou um caderno de encargos do ponto de vista financeiro para acabar a obra, que do ponto de vista de quem garante o financiamento era incomportável, era incomportável para a NOZ, para a Câmara, para a Junta de Freguesia. E portanto, nós temos de procurar encontrar solução de financiamento para a obra, porque o dono da obra, a NOZ, seguramente que não vai assumir nem garantir que tem dinheiro para acabar a obra e aqui tem de senhor um trabalho a três, a três não, a quatro, CCDRN, Câmara Municipal, a NOZ e a Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo. E aí eu estou consigo, temos de encontrar uma solução. E não tenha dúvidas, até pela minha vocação desportiva que é tão criticada por todos vós, não tenha dúvidas que a acho um crime ter aquilo assim, porque quantos mais espaços tivermos para a prática desportiva, melhor para o concelho, eu aí sou coerente e portanto não me diga que eu quero aquilo esteja assim porque não está a ser correto, eu, Câmara Municipal, naturalmente que queremos que aquela infraestrutura termine e mais do que nós a NOZ, mais do que nós a NOZ Associação porque é dono da obra e seguramente que quer concretizar essa velha aspiração e nós também queremos e portanto vamos em conjunto ter que arranjar uma solução sem andarmos a atirar pedras uns aos outros porque isso então é que não resolve nada. Se nós optarmos por atirar pedras uns aos outros, não se resolve nada, não partimos os vidros porque aquilo não tem vidros, mas não resolve nada. O que importa é resolvermos as questões, às vezes

deixarmos de lado questões pessoais e trabalharmos para resolver o problema, e aí pode contar comigo, pode contar comigo para que isso aconteça. Agora, não é por irmos vinte vezes à CCDRN e não é por reunirmos trinta vezes com a NOZ que as coisas se resolvem. Isto é muito simples, meu caro, o problema é dinheiro. Muito simples, se houver dinheiro a obra acaba. Isso não tenha dúvidas. E portanto, com a NOZ, com a Junta, com a Câmara Municipal o problema é o financiamento e temos que o assegurar. E não se caçam, como aquele velho ditado, “não é com vinagre que se apanham as moscas”. E portanto acho que aqui todos nós devemos estar imbuídos de um espírito positivo para resolvermos o problema, que é realmente um problema que importa resolver e que aquela infraestrutura faz falta ao concelho, isso aí estamos totalmente de acordo. Quanto à questão do Senhor Deputado Marco Azevedo, a questão da mobilidade ferroviária. A REFER e a CP colocaram em circulação, mas não nos comunicaram nós fomos surpreendidos parados numa passagem de nível com, carruagens diferentes daquelas que estavam a ser utilizadas. Carruagens mais leves, que atingem outro tipo de velocidade e que consomem menos energia. Mas há quem diga que são menos seguros. Nós colocamos esse problema imediatamente à CP e à REFER, que nos deram garantias naturalmente da segurança daqueles equipamentos como não podia deixar de ser. A questão aqui que está em cima da mesa e o compromisso que temos, verbal, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis não tem nenhum compromisso escrito, sei que em sede de Assembleia da República foram feitos requerimentos e a resposta aos requerimentos é, vale o que vale, mas é melhor do que uma informação verbal, é que o troço Oliveira de Azeméis para norte vai ser integrado na concessão da CP Porto, isso é uma coisa extraordinária porque permite a acessibilidade ao Porto por via ferroviária e também o que nos foi dito, foi que, as obras de requalificação da linha mais complicadas eram na zona de Santa Maria da Feira, nomeadamente em Paços de Brandão, e que na zona de Oliveira de Azeméis não precisava de muitas obras e portanto que era a eletrificação da linha. E a exemplo daquilo que aconteceu há uns anos na concessão CP Guimarães, fazer a mesma coisa. Portanto, quando abrir a concessão Porto, incluir o troço Oliveira de Azeméis ao Porto. Este troço tem a particularidade de ter por exemplo o mesmo título em termos de bilhética, ou seja, o sistema andante que nós podemos utilizar no Porto, nos STCP, na Metro do Porto e também noutras já empresas privadas que fazem ligações ao Porto, o exemplo que nos foi dado é que alguém de Oliveira de Azeméis queira ir ao Hospital S. João, tira o bilhete em Oliveira de Azeméis, vai de comboio, apanha o Metro para o Hospital S. João e o bilhete é o mesmo pode tirar esse mesmo bilhete em Oliveira de Azeméis. Portanto é um sistema interessante e acho que é uma alternativa às autoestradas que têm portagem caríssimas e ao tráfego absolutamente incomportável que temos na estrada nacional número um, portanto acho que é uma boa alternativa e continuaremos a trabalhar nessa matéria. Quanto ao Senhor Deputado José Lourenço, permita-me, não leve a mal que faça uma correção à sua intervenção, com todo o respeito o Senhor Deputado disse o PSD nacional chumbou o PSD local, e eu queria dizer-lhe, só para o corrigir, permita-me esta correção não leve a mal, mas é que há o Executivo Municipal e há o Governo de Portugal e o Governo de Portugal até é um Governo de coligação

entre o PSD e o CDS. Mas eu julgo que o Senhor Deputada podia habituar-se a essa terminologia, eu sei que o Senhor Deputado gosta muito de dizer o PSD é uma palavra que lhe é cara, que o Senhor gosta de utilizar muito, mas existe um Executivo Municipal que é a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis que não tem PSD em lado nenhum e há um Governo de Portugal, há um Governo de Portugal que também não diz lá à frente Governo de Portugal PPD/PSD/CDS-PP como no passado também não se dizia Governo de Portugal PS. Quanto à questão que o Senhor Deputado colocou, não entenda isto como uma perseguição, mas o Senhor Deputado tem uma tendência para se meter em caminhos apertados que é uma coisa brutal, então nas três últimas Assembleias Municipais escolhe sempre temas bastante interessantes. Em primeiro lugar deixe-me dizer-lhe que não vai encerrar nada. O Senhor Deputado disse, vai encerrar. Não vai encerrar nada. A Piscina Municipal vai continuar a funcionar e vai continuar a prestar um serviço de grande qualidade reconhecida por todos e que o Senhor Deputado não foi capaz ali de reconhecer. Quanto à questão dos eventos, deixe-me dizer-lhe que os eventos também vão continuar. Os eventos também vão continuar porque faz parte da estratégia de Oliveira de Azeméis, a questão dos eventos desportivos. E não falou, falou na Volta a Portugal e falou noutras coisas que costuma falar, mas não falou por exemplo do Memorial Bruno Neves que tem bastante importância aqui para Nogueira do Cravo e que é uma prova que perpetua a memória de um grande Nogueirense e também vai continuar a organizar-se. Portanto, não vai acabar nada. Porque às vezes tenta-se: ai agora vai acabar isto. Não, não acaba nada. Vamos continuar a fazer. E o Senhor Deputado depois falou que não há política desportiva em Oliveira de Azeméis ou que a GEDAZ não fazia política desportiva. Senhor Deputado, sinceramente, eu já não sei o que lhe dizer sobre a política desportiva. Eu posso agora estar aqui uma hora a dar excelentes exemplos de política desportiva, de sucesso desportivo que vai desde a mais tenra idade até aos mais velhos. Ainda esta semana, eu não sei se o Senhor Deputado sabe, mas ainda esta semana tivemos uma alegria enorme de um Oliveirense chamado João Domingues que ganhou ao melhor tenista Português que é o Frederico Gil. Ouça, é Oliveirense não é? Vai-me dizer, mas ele não faz. Não faz? Até lhe vou dizer o seguinte: Ele até procurou, ele e outras pessoas procuraram o Município de Oliveira de Azeméis, para poder melhorar a sua performance desportiva nas instalações da GEDAZ. Mas podia estar aqui, isto é para não falar naquelas modalidades mais conhecidas, podia dizer um jovem que anda agora de mota no campeonato nacional de 125, o André, política desportiva não é só aquela modalidade que o Senhor julga. O NAC em atletismo, desde os veteranos até aos escalões de formação. Mas então Senhor Deputado, o Hóquei em Patins do Cucujães não subiu agora à 2ª Divisão. A Escola Livre não ganhou a semana passada ao Cambra, em hóquei em patins, até vai jogar com o Oliveirense um dérbi extraordinário, uma equipa modesta mas com uma história brutal. Olhe, ainda no domingo, o Bustelo e o Cesarense conseguiram ficar na 2ª Divisão, já viu o concelho de Oliveira de Azeméis tem estas duas equipas na 2ª Divisão. O senhor tem de procurar aí por muitos sítios e encontrar um concelho que tenha por exemplo duas equipas na 2ª Divisão. E não há política desportiva, fará que houvesse, se houvesse nem sei como é que isto ia acontecer. Nos

Nacionais, de juvenis, de juniores, de iniciados aí pelos clubes espalhados pelo nosso concelho das mais diversas modalidades, como lhe disse ia ser cansativo estar-lhe aqui a explicar essas matérias mas portanto é só para lhe dizer que Senhor Deputado não tem razão quando diz que vai encerrar. O que vai acontecer é verdade, a integração da GEDAZ, a internalização da GEDAZ na Câmara Municipal. Isso às vezes podia-se pensar que agora Piscina vai fechar, ou pavilhão vai fechar, não. O pavilhão continua a estar à disposição das associações sem se cobrar rigorosamente nada. Para o Senhor Deputado como dizia que não se apoiava as associações, bem, os transportes, íamos estar aqui muito tempo e eu não vou estar a maçar as outras pessoas sobre a matéria. Relativamente à questão, da Senhora Deputada Helga Correia, sobre o Ano Europeu do Cidadão. Nós temos várias iniciativas. Iniciativas descentralizadas, ou seja nas 19 freguesias, envolvendo toda a comunidade e isso é muito importante e as Junta de freguesia, as nossas associações, nomeadamente, a Rede Social é muito importante no trabalho que faz da mobilização para que se assinalem de forma digna e de forma participada estes mesmos Anos. Quanto à questão que o Senhor Amaro Simões colocou. Permitam-me que eu faça aqui um esclarecimento até porque temos várias testemunhas que o podem comprovar. A intenção, muitas vezes quando nós recebemos muitas queixas, muitas sugestões que vem diretamente para a Presidência da Câmara, nós temos no correio eletrónico há um site – Presidência. E. quando faço, quando dou conhecimento ou reencaminho para os Presidentes de Junta, não é nenhuma outra intenção a não ser dar conhecimento. Por amor de deus, não é responsabilizar. O que acontece é que, muitas vezes vem lá escrito com conhecimento e vê-se que o mail foi enviado para as Juntas de Freguesia e noutras não. Porque às vezes como os Senhores sabem há histórias antigas e às vezes há situações em que a gente diz ao munícipe: - olhe, passe na Junta, fale com a Junta. Ai, eu à Junta não vou, não quero mais conversa coma a Junta. E a minha sugestão nessa matéria é, e intenção, dar conhecimento ao Presidente da Junta porque às vezes ele não tem. Porque é muro do vizinho. Porque é isto. Porque é árvore que está mais alta. E portanto é só nessa perspectiva Senhor Amaro, não é de nenhuma responsabilização. Quanto à questão da participação das Juntas de Freguesia no processo decisório, ela vai naturalmente aumentar agora com as novas regras do PDM e que também vão ser aprovadas hoje aqui em sede de Assembleia Municipal, vai aumentar a responsabilidades de Juntas e na minha opinião bem. Como disse e bem, muitas vezes vocês num registo de proximidade de maior conhecimento resolvem muitos problemas que se evitam depois noutra matéria. Senhor Amaro, já agora, deixe-me dizer-lhe uma coisa sobre os alinhamentos, também agora fruto do novo PDM já tem ido á reunião de Câmara um conjunto significativo, os serviços não podem levar tudo ao mesmo tempo como imagina, de alinhamentos, de alinhamentos para o futuro. Ou seja, onde já estão demarcados, aprovados e de onde os proprietários dos terrenos não podem depois fugir para evitar essas situações que o senhor diz dos alinhamentos estarem mal feitos e nessa perspectiva também as Juntas de Freguesia vão ser também chamadas a dar a sua participação. Quanto à questão da Senhora Deputada Ana Luísa Mendonça e ao “É preciso ter lata”. Eu acho que foi pena, se calhar nem todos os oliveirenses se aperceberam do que é

que ali estava em causa. Não numa perspectiva solidária, porque eu acho que do ponto de vista solidário aquilo já foi muito interessante e superou todas as expectativas, mas numa perspectiva de perceber o alcance daquilo que ali estava para ver, porque aquilo era mexer connosco, ou seja o envolvimento da comunidade escolar, dos professores dos alunos, estarem escolas dos Açores pelo Skype a falar para Fajões no dia em que o Senhor Secretário de Estado da Educação ali esteve e a alegria que todos os professores das escolas que participaram sentiam naquele projeto e a explicação que davam do envolvimento dos alunos e dos pais na questão do alimentos que traziam para fazer, como disse e bem, verdadeiras obras de obras. E portanto o seu a seu dono, a Câmara Municipal apoiou sim senhor e disponibilizou-se para apoiar a 2ª edição, mas há aqui um nome que não deve deixar de ser referido que é do professor Denis Conceição, ele sim foi o verdadeiro impulsionar desta iniciativa em Portugal, porque esta iniciativa já se realiza noutros países, nomeadamente nos Estados Unidos e ele sim foi o grande impulsionador e ele próprio estava completamente surpreendido pela dimensão daquilo que numa primeira fase era uma brincadeira mas pelas proporções que aquilo atingiu e estou certo que na 2ª fase ainda vai superar claramente a 1ª edição. Quanto ao Senhor Deputado Pais Ferreira, tomei boa nota da sugestão que deu, relativamente à questão da famosa cláusula de reversão. Quanto ao Senhor Deputado António Rosa dizer-lhe o seguinte, relativamente ao Parque La-Salette, nós vamos levar à próxima reunião de câmara a adjudicação do Núcleo Central e do Parque de Eventos. Portanto o concurso público já se realizou, o júri já fez o seu trabalho e portanto na próxima reunião de câmara vai ser aprovada a adjudicação, quer do Núcleo Central, quer do Parque de Eventos. Naturalmente que temos prazos a cumprir e portanto há que recuperar aqui algum tempo. Quanto à nova Mata Nascente, ela está em obra neste momento, já se pode ver a quantidade de árvores que foram ali plantadas e também o fazerem-se novos caminhos e portanto a nova Mata vai ser também motivo de atração como foi também o novo Parque de Merendas. Portanto fica por lançar o concurso do Centro de Interpretação do Vidro, que teve algum atraso do ponto de vista do projeto, mas estamos a ultimar esforços no sentido de lançar o concurso do Centro de Interpretação do Vidro. Quanto ao Parque do Cercal, a obra decorre a bom ritmo, sendo certo que a chuva foi terrível quer nessa quer na Área de Acolhimento Empresarial porque estar a fazer movimentação de terras com a chuva e com os dias seguidos, os meses seguidos de chuva, foi difícil, mas mesmo assim julgo que nós vamos concluir os prazos. Portanto tivemos recentemente a visita do Senhor Reitor da Universidade de Aveiro que ficou surpreendido com aquilo que viu e naturalmente que a obra decorre a bom ritmo. Nós temos agora, no próximo dia 9 de Maio, uma reunião de obra com o empreiteiro, com o projetista, com a fiscalização e com a Câmara Municipal porque a Comissão de Coordenação tem-nos pedido informações sobre o andamento da obra quer dessa quer da área de acolhimento Empresarial. Quanto à concessão da água e saneamento, infelizmente não lhe posso dizer a mesma coisa, porque a Câmara Municipal como sabe está obrigada a aguardar pelo parecer da entidade reguladora, o ERSAR, é um parecer que é obrigatório e a única coisa que recebemos da ERSAR foi: Não decidam nada, porque nós,

brevemente, mandaremos o nosso parecer. E isto já lá vai quase um mês e como sabem, lá está a tal coisa de cumprir as leis, eu até pensei que alguém ia falar nisso, porque o ERSAR não está a cumprir a lei, o ERSAR tem trinta dias para emitir parecer e já lá vão quase noventa e não diz nem água vai nem água vem, e portanto, nós temos pressionado, já escrevemos ao ERSAR, já pedimos reuniões. O ERSAR diz que, tem agora novas competências, tem muitas mais coisas para fazer e não tem mais pessoas para trabalhar e têm-nos andado a dizer isso. E portanto, nós não podemos dar passos sem ter aquele parecer, logo que o parecer chegue teremos de andar e rapidamente recuperar o tempo perdido. Muito obrigado, Senhor Presidente.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor José Lourenço, do PS. =====

===== Senhor Presidente de Câmara, eu de facto tenho de lhe dar a mão à palmatória, eu não percebo mesmo nada de política, admito até mesmo que fico mesmo mal junto do Senhor Presidente. Mas e fazendo um aparte, se me fossem atribuídas habilitações ou créditos obviamente que não passaria da instrução primária na política, mas também não fico triste não preciso da política para viver o meu rendimento mensal provem do meu trabalho não nesta área felizmente. Mas Senhor Presidente, relativamente e fazendo um bocadinho a defesa daquilo que focou sobre a minha pessoa e sobre a matéria que trouxe cá hoje, aquilo que foquei e aquilo que quero referir é as escolhas que têm sido feitas, independentemente da paixão, o que é um facto que gerou e tem gerado para o Município muitas centenas, senão milhões, de euros de prejuízo ao erário público. Quem é que paga? São os Oliveirenses. Eu penso que disto ninguém tem dúvida. Obviamente que, eu também acredito que as Piscinas não vão encerrar, o Pavilhão não vai encerrar. Bem-haja, a construção e a manutenção e a subsistência desses equipamentos. Agora, aquilo que eu referi foi o encerramento de uma empresa municipal que tem sido altamente deficitária e creio que nisso também não me contrariou. E também, já agora, só para esclarecer, o encerramento desta dita empresa dá-se por critérios definidos pelo seu governo, PSD, chame-se lá o nome que seja, em coligação, seja lá como for, mas é o Governo que temos atualmente, portanto foi os requisitos para a manutenção e subsistência das empresas municipais, foram as linhas orientadoras deste governo que determinaram que : se uma empresa não for subsistente tem que encerrar. E é um facto que vai acontecer com a nossa empresa. Obviamente que não podemos encerrar os equipamentos. Obviamente que aquilo que se lamenta e também todos nós lamentamos e temos vindo a lamentar, é a política do show-off. Toda a gente, é muito lindo as voltas a Portugal, mas o que é um facto é que quem paga isso é somos nós se formos a ver e se formos perguntar, fala-se muito nos comerciantes, isto realmente os comerciantes têm as costas largas, mas se formos perguntar a cada um dos comerciantes – Que retorno é que os Senhores têm? Realmente, olhe, por uma tarde a televisão, Oliveira de Azeméis, o pão de Ul, que retorno é que isto nos trás efetivamente? Eu gostaria de concretizar referindo também só mais um aparte, eu sei que o Senhor Presidente gosta muito do jornal “A Bola”, mas

se vir o “Record” de hoje verá que o Frederico Gil, no ranking ATP está uns furinhos abaixo, já não é o melhor Português. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Eu já estive nas funções que o Senhor Presidente está, hoje, mas reconheço que não tinha a capacidade que o Senhor Presidente tem para o exercício dessa função. E nunca, mas nunca em nenhuma circunstância recusei um pedido de defesa da honra, porque quando se pede a defesa da honra é uma coisa séria e houve muitas vezes pedidos de defesa da honra e é um expediente que pode ser utilizado por qualquer um dos Senhores Deputados e quem é o Presidente para dizer que a sua honra não foi ofendida porque cada um sabe da sua. Agora, o que ficou claro na intervenção do Senhor Deputado José Lourenço é que eu não o ofendi rigorosamente nada, rigorosamente nada. Aliás, a intervenção que ele fez, percebeu-se claramente que ele quis vir aqui outra vez. A única coisa que eu disse, que podia de alguma forma ser suscetível de alguma situação mais complicada para o Senhor Deputado José Lourenço, é que ele escolhia caminhos apertados. Eu não disse que ele não percebia nada de política, eu não disse nada disso. Eu disse: o Senhor Deputado escolhe caminhos apertados. O Senhor é que veio ali dizer que não percebe nada de política. Isso é uma autoavaliação, isso é um problema seu. Agora, eu não disse isso, nem nunca direi de ninguém. Sabe que eu gosto de viver em liberdade e acredito muito na liberdade. Agora relembro-lhe, Senhor Deputado, que quando não havia piscinas em Oliveira de Azeméis nós eramos um concelho atrasado que não tínhamos piscinas. Agora, temos piscinas. As piscinas custam dinheiro. Quando tivermos o Pavilhão da NOZ construído, Senhor Deputado Pedro Paiva, vai custar dinheiro, a manutenção daquela obra vai custar dinheiro não tenha dúvida. Como toda a gente que aqui está, que é dirigente associativo, sabe perfeitamente que a gestão dos espaços desportivos tem um problema com a manutenção. Ainda por cima uma gestão de Piscinas têm custos padrão e a piscina de Oliveira de Azeméis felizmente que se encontra naquelas que até tem custos energéticos mais baixos. Aliás, não é por nada que vêm muitas câmaras à GEDAZ e agora vão passar a vir à Câmara Municipal, ver como é que foi construída aquela piscina do ponto de vista energético. Mas isso é só para que se perceba que nós também temos e queremos ter infraestruturas de qualidade, nem que isso tenha custos, porque naturalmente tem custos. E não deixa de ser interessante até na Assembleia Municipal de hoje, onde vamos discutir a prestação de contas e onde eu já adivinho que se vai dizer: porque nós continuamos a não ter isto, aquilo, mais isto, mais aquilo e mais isto. Mas agora esta contradição é termos umas piscinas, mas piscinas têm que dar lucro. Oh meu caro, uma piscina para dar lucro demora muitos anos. E portanto também se precisar, não leve a mal este concelho, também se precisar marque com o Senhor Deputado Pedro Marques ele pode-lhe dar os números da gestão, não da piscina de Oliveira de Azeméis, de outras piscinas e depois o Senhor compara. Quanto à questão do show-off e dos

comerciantes. Quanto à questão do show-off não vou naturalmente fazer nenhum comentário. Quanto à questão dos comerciantes, quem me falou nisso, por acaso não foi o Presidente da Associação Comercial, foi o Vice-presidente o Senhor Manuel, é que me disse assim: Oh Presidente olhe o evento que os comerciantes mais gostam em Oliveira de Azeméis é da Volta a Portugal, - foi ele que me disse, não fui eu que disse, foi ele que me disse. Agora, para ele me dizer isso? Ele até é muito crítico, ele que até é muito crítico, mas ele falava em nome dos comerciantes. Eu não voto lá, eu não tenho direito a voto, porque eu não sou comerciante não posso lá votar e como sabe eu não interfiro nessas coisas e os comerciantes escolhem quem quiser, mas foi o Senhor Vice-presidente que me disse isso. E eu acho que o comércio. Ouça, basta andarmos na cidade também, agora é uma altura que muita gente está de férias e se calhar não está cá, mas as pessoas que cá vêm são de fora. Muito obrigado, Senhor Presidente.

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito:=====

===== Eu só quero antes de terminar o Período de Antes da Ordem do Dia dizer que: O PSD tem direito a 36 m e 30 s e gastou 19 m; O Partido Socialista tem direito a 19 m e 30 s e gastou 31 m; O CDS/PP tem direito a 03 m e gastou 05m. O Presidente da Assembleia Municipal, para o bem e para o mal, sou eu. Sou acusado nas redes sociais de ser ditador, mas estes números parece que falam um bocadinho em minha defesa. Eu não queria deixar de referir pela importância que tem no dia 9 de Maio de 2013, como focou aqui a Deputada Helga Correia, o Ano Europeu dos Cidadãos um fórum municipal dia da Europa, a realizar pelas 21 horas no Cine-teatro Caracas e fazia aqui um apelo para que todos os que pudessem estarem presentes, porque eu penso que cada vez mais e hoje mesmo se impõem que este fórum seja muito participado e que toda a gente possa assistir e participar neste fórum que eu penso que tem grande importância. Estão todos sem exceção convidados. Tinha aqui dois votos de pesar e que eu acho que poderíamos fundir num, são diferentes, um do PSD: “Tendo falecido recentemente o Senhor Estanislau Tavares, foi Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Gândara. Onde sempre se pautou pelo aprumo e dignidade no desempenho das suas funções na legítima defesa dos interesses da Freguesia. O PSD propõe um voto de pesar pelo falecimento e bem como seja guardado um minuto em sua memória.” E um Voto de Pesar do Partido Socialista que: “ Manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do destinto cidadão Oliveirense Rufino Graça Costa. Homem e desportista com altos valores que sempre tentou transmitir aos mais novos e colegas de sucessivas Direções. Fê-lo enquanto praticante da sua grande paixão, hóquei em patins e durante muitos e muitos anos no seu grande Clube local, Escola Livre de Azeméis. Por esta perda e pela sua pessoa que era, propomos a realização de um minuto de silêncio em sua homenagem.” =====

===== *Colocados à votação os votos de pesar e o minuto de silêncio, pelo falecimento dos Senhores Estanislau Tavares e Rufino Graça Costa, foram os mesmos aprovados por unanimidade.*=====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== *No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia disse: “Portanto, temos agora a Ordem de Trabalhos desta Sessão Ordinária, foi feito o “Período de Antes da Ordem do Dia”, segue-se a o “Período da Ordem do Dia”. Mas seguindo a sugestão do Deputado Pais Ferreira, que me fez um sinal a dizer que estava cheio de fome, eu durante vinte e cinco minutos, temos vinte e cinco minutos, às oito menos um quarto iniciávamos o “Período da Ordem do Dia” e entretanto íamos fazer aquilo que o Senhor Rebelo e a sua mulher e a Junta de freguesia preparam ali nos acalmar mais um bocadinho.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia retomou os trabalhos.* =====

===== ***PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)*** =====

===== *Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia.* =====

===== ***Ponto um:** Votação das atas n.º 24, nº25 e n.º 26;* =====

===== *Presentes para aprovação as seguintes atas: n.º 24 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 28.12.2012; n.º 25 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 28.02.2013; n.º 26 Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 22.03.2013.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 24 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 28.12.2012 foi aprovada por unanimidade.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 25 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 28.02.2013 foi aprovada por unanimidade.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 26 da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 28.03.2013 foi aprovada por unanimidade.* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;*=====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Foi distribuída essa mesma informação e à semelhança daquilo que fazemos nas outras Assembleias Municipais, estarei à disposição para prestar algum esclarecimento que seja necessário.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.*=====

===== *A Assembleia tomou conhecimento da referida informação.* =====

===== *No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia disse: “Eu ia sugerir à Assembleia que, do ponto três inclusive ao ponto dez, fosse tratado só num ponto e se inscrevessem as pessoas que assim entendessem. Portanto, do ponto três ao ponto dez, não íamos trata-los em separadamente, mas íamos trata-los todos na mesma alínea. Ninguém se opõe? Então, iremos fazer dessa maneira sugerida.”* =====

===== **Ponto três:** *Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativo ao 2.º semestre de 2012 - Apreciação;* =====

===== *Presente o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativo ao 2º semestre de 2012, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu vou procurar ser sintético e pedia depois autorização ao Senhor Presidente para que estando presente o Chefe de Departamento da Equipa Multidisciplinar, o Dr. José Figueiredo Faria, ele depois pudesse também fazer uma apresentação relativamente à questão das contas. Queria agradecer também a presença do Dr.*

Nuno Gomes, do Dr. Carlos Maia e da Dr.ª Margarida Mota Ferreira que estão aqui connosco na Assembleia Municipal, para, caso seja necessário, poderem auxiliar ou dar qualquer esclarecimento relativamente às matérias em apreço e aos pontos em discussão. Relativamente à questão da prestação de contas, começar pelo valor que o Município de Oliveira de Azeméis nas contas de 2012 atingiu em termos de resultados líquido, ou seja, estamos a falar de mais de 4 milhões de euros, 4.114.403,94€ foi este o valor resultado líquido. Dizer-vos também porque importa salientar, eu vou-vos só falar dos grandes números para não vos maçar e para que a discussão possa fluir, a dívida total do Município reduziu no ano de 2012, mais de oito milhões de euros, mais concretamente 8.115.130,00€. Relativamente ao endividamento líquido Municipal redução no ano de 2012 foi de 7.343.703,00€, portanto também claramente acima do limite mínimo de redução que é imposto pela legislação, nomeadamente pelo nº 2, do Artigo 37º, da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro. Aliás, estas questões também são reconhecidas pelos relatórios dos auditores e dos revisores oficiais de contas. Relativamente ao endividamento com empréstimos bancários de médio e longo prazo a redução do Município em 2012 foi de 4.641.781,00€ também claramente, aqui não é o nº 1 mas é o nº 3 do Artigo 39º também da mesma Lei 2/2007 de 15 de Janeiro. Ou seja, resumindo: A dívida total do Município em 2011 era de 47.6 milhões de euros; Em 2012 a dívida é de 39.5 milhões de euros, ou seja, mais concretamente 39.570.503,00€. O endividamento líquido municipal em 2011 era de 34.561.099 e o endividamento líquido municipal em 2012 é de 27.217.397. Naquilo que diz respeito ao endividamento de empréstimos bancários a médio e longo prazo em 2011 eram 36.603.878 e em 2012 esse mesmo endividamento é de 31.962.097. Quería também dar-vos nota que naquilo que diz respeito ao investimento no ano de 2012 há um decréscimo relativamente ao ano anterior. Importa referir e explicar também essa mesma questão do investimento. Quanto ao prazo médio de pagamento a fornecedores, também já foi motivo em outros anos de grandes discussões, o prazo médio de pagamentos em 2011 era de 123 dias e em 2012 passou para 76 dias, também aqui uma redução muito grande que tem a ver com este esforço todo que tem vindo a ser feito para equilíbrio, consolidação e sustentabilidade das nossas contas. Naturalmente que e porque pode haver algumas intervenções preparadas e depois podem dizer que eu não disse, eu vou fazer questão de o dizer, que as nossas contas de 2012, para além de desta performance que eu acabei de enunciar, elas também foram influenciadas naquilo que diz respeito à receita por exemplo, elas foram fortemente influenciadas pelos cortes orçamentais. Ou seja, pelos cortes que são feitos pelo Governo de Portugal, neste caso concreto pelo Governo do PSD e do CDS e portanto também aqui há uma influência, porque pode às vezes alguém já ter escrito a dizer que o Presidente não disse que o Governo fez isto ou fez aquilo. Eu faço questão de me antecipar relativamente a essa matéria. Mas apesar desses cortes, nós conseguimos, como disse, ter as nossas contas já muito próximo também daquilo que vem sendo reclamado pela oposição ao longo dos últimos anos no Plano de Saneamento Financeiro. Portanto, não sei o que é que hoje irá ser dito, mas se lermos as atas, mas vou já saber, sendo certo que não irei ser muito surpreendido, mas os argumentos se lermos as atas das últimas Assembleias Municipais de Abril

vamos perceber que vai haver aqui qualquer coisa que não vai bater certo, mas vamos aguardar não queria também estar a adiantar. Não posso deixar de dizer Senhor Presidente que este foi um ano de grandes dificuldades, naturalmente, em termos económicos, em termos financeiros, não só do ponto de vista da conjuntura mas como sabe também todo o contexto que o país vive e Oliveira de Azeméis não é uma ilha. Eu não podia deixar de fazer duas referências que julgo que são extraordinariamente importantes, mas para além de importantes são justas e são merecidas, por um lado aos 19 Presidentes de junta de freguesia e aos 19 sem exceção pela compreensão manifestada e reconhecendo claramente as dificuldades. Todos querem mais, todos querem melhor para as suas freguesias e estão no seu legítima direito e dever, mas naturalmente que sempre em momentos críticos foram compreensivos tendo em conta a situação e, se por um lado faço este agradecimento aos Presidentes não o posso deixar de fazer também ao Movimento Associativo do Município de Oliveira de Azeméis. Nós temos uma pujança enorme do ponto de vista associativo, temos mais de 200 associações, todas elas com grande atividade, com enormes planos de atividades, algumas a construir infraestruturas, a fazer sedes, a fazer melhorias nas suas instalações e para atingir e superar muitos dos objetivos que estavam definidos no início do ano de 2012, muito se deve, ou fundamentalmente se deve, também à compreensão extraordinária dos Presidentes de Junta de Freguesia e do Movimento Associativo. Dizer-vos que, o ano de 2013 é um ano para continuarmos do ponto de vista da procura, como disse, da sustentabilidade das nossas contas, sustentabilidade e consolidação ou seja, nós temos de continuar a trabalhar e não podemos ser tentados à proximidade do ato eleitoral. Isto é válido para quem está no poder e é válido para quem está na oposição. Portanto, é fácil agora prometer tudo a todos, mas temos de ter a noção clara que não podemos ter sol na eira e chuva no naval, ou seja, o dinheiro não estica e portanto nós vamos ter de continuar a fazer uma rigorosa gestão para procurarmos atingir os números, que temos esse compromisso e que permitam ao Município de Oliveira de Azeméis continuar a ter cada vez mais qualidade de vida. Se o Senhor Presidente da Assembleia desse a autorização, eu pedia agora ao Dr. José Figueiredo, para nos fazer uma breve apresentação das contas mais pormenorizada.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Dr. José Figueiredo Faria, Diretor-Chefe da Equipa Multidisciplinar Gestão e Administração Geral de Projetos Autárquicos. =====

===== Boa tarde a todas e a todos os presentes. Vou apresentar, aqui, uma breve síntese das maiores grandezas das contas de 2012, numa perspectiva de: uma óptica orçamental; na óptica económica e na óptica financeira e patrimonial. Nesse sentido e tendo em conta o quadro presente, verifica-se que numa óptica orçamental e na componente da receita, que a receita total efetiva arrecadada se situou nos 32.576.819,00€, corresponde a uma taxa de execução orçamental face à dotação final de 83,6%. Passando agora numa perspectiva comparativa,

verifica-se uma diminuição anual da receita total efetiva de 2,1% face a 2011, correspondendo a uma diminuição de 694.476,00€. Tendo em conta a execução da receita do ano de 2012, a mesma é influenciada pela redução dos impostos diretos, das transferências correntes, das transferências de capital em 1.956.095,00€. Por outro lado, verifica-se uma variação positiva ocorrida nas vendas de bens e serviços correntes, nos passivos financeiros e nas vendas de bens de investimento em mais de 877.055,00€, o que nesta componente não dá para, no fundo, anular a diminuição que resulta das componentes atrás referidas. Passando para as variações mais significativas da receita e em termos comparativos, verifica-se que, as transferências correntes, receita em 2012, atingiu 10.173.683,00€, correspondendo a uma diminuição face a 2011 de 605.685,00€, menos 5,6%, tendo contribuído para este facto: as diminuições do Orçamento de Estado em 367.639,00€; as transferências da DREN menos 228.594,00€ e em respeito ao processo eleitoral menos 53.527,00€. Em termos de impostos diretos a receita arrecada no ano de 2012 situou-se nos 8.745.941,00€, tendo ocorrido uma variação negativa de 307.436,00€, correspondendo a menos 3,4%, os fatores que influenciaram isto foram: por um lado, a diminuição do IMT em menos 416.786,00€ e a Derrama em 314.126,00€, tendo por outro lado havido um aumento do IMI em mais 251.901,00€ e do Imposto Único de Circulação em mais 153.166,00€. Em termos de Vendas de Bens e Serviços Correntes: Houve um pequeno aumento face a 2011 de 5.618,00€ que corresponde a aumentos e à Concessão de Exploração de Energia Elétrica, Parque de Estacionamento e Quotas de Serviço, não obstante, a Venda a Água baixou 153.455,00€ e as Rendas de Habitação menos 28.517,00€. Em termos de Transferências de Capital, a receita total atingiu 5.162.159,00€, correspondendo a uma quebra face 2011 de 1.548.592,00€, portanto menos 16,9%, portanto isto deve-se: á diminuição das Comparticipações do FEDER no âmbito do QREN, das medidas da AGRIS do FEOGA que corresponderam a menos 586.693,00€; nas Transferências do Orçamento Estado menos 270.459,00€ e, referente à Administração Central - Cooperação Técnica e Financeira, portanto os contratos programa, menos 116 440,00€ e referente a Outras Entidades Públicas menos 75.000,00€. A nível de Taxas multas e outras penalidades: A receita em 2012 atingiu os 755.375,00€, portanto ocorreu uma variação positiva face a 2011 de mais 67.321,00€, correspondendo a uma taxa de 9,8%, deveu-se ao aumento das Taxas Diversas, Multas e Penalidades, Juros de Mora, mas também houve uma diminuição nas Taxas respeitante a Loteamentos e Obras menos 46.406,00€ e Taxas de Apreciação de Projetos e Certidões menos 22.710,00€. Passando agora, ainda na óptica Orçamental mas para a componente da Despesa verifica-se que a despesa total efetiva realizada se situou nos 33.145.089,00€, correspondendo a uma taxa de execução orçamental face à dotação final de 80,82%. Passando em termos comparativas também, verifica-se que aumento anual da despesa total efetiva, um aumento de 3,4%, face a 2011, correspondendo a 1.097.428,00€, sendo que a variação da despesa 2011 versus 2012, reflete por um lado o aumento verificado nas despesas de capital mais 1.582.584,00€ e uma diminuição verificada na despesas corrente de 485.156,00€. Em termos de óptica orçamental e no PPI – Investimento, verifica-se que: O PPI regista uma taxa de execução

de 43,6%, totalizando 3.211.289,00€, uma diminuição global anula de 23% face a 2011. No entanto, na análise desta componente, teremos de ter em conta pelo menos três fatores relevantes no ano: Por um lado, temos de ter em conta os testes e os limites que estão afixados no Plano de Saneamento Financeiro e portanto condicionam. Por outro lado, a quebra que já se verificou nas receitas e temos que, durante o ano de 2012 entrou em vigor a nova Lei dos Compromissos, a chamada LCPA, ou Lei dos Compromissos Pagamentos em Atraso, que, influenciou e trouxe uma revolução nas metodologias e nas fases da execução da despesa na medida em que é preciso compatibiliza três regimes: O POCAL; o Código da Contratação Pública e a Lei dos Compromissos, sendo que esta, trabalha em termos de compromissos, portanto os fundos disponíveis são calculados a três meses e por outro lado a variação ou o ciclo da arrecadação da receita ocorre de uma forma não linear ao longo do ano e portanto, trás aqui custos associadas, quer por outro lado também à questão de que a contratualização, ou seja, o encargo tem de ser assumido no momento em que contratualiza, ou seja, a assinatura de um contrato ou da nota de encomenda, não estão o pagamento a ocorrer ao longo do ano, portanto isto aqui trás sérias dificuldades no cumprimento e provocou um arrefecimento nas realização da despesa e até na paragem de algumas atividades municipais que tiveram de ser redefinidas. Passando agora para uma óptica económica de custos: Verifica-se que os custos do ano totalizaram 28.328.661,00€, sendo os mais representativos: os Custos com Pessoal, 31,4%; os Fornecimentos e Serviços Externos, 24,6%; as Amortizações de Exercício, 18,5%. A globalidade de Subsídios atribuídos no ano de 2012, quer Correntes, quer de Capital totalizou 3.755.720,00€ representado 13,3% do total dos custos do Município. Tendo em conta as variações do ano 2012 versus 2011, verifica-se que: os Custos de Mercadorias e Matérias Consumidas no ano 2012 atingiram 1.287.924,00€. E que os principais custos com maior peso foram: os Custos com Água para distribuição 837.886,00€; os Combustíveis com 207.417,00€; os Materiais de Armazém com 173.629,00€. Portanto, globalmente, os Custos de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas apresentam uma redução anual, de menos 13,4%, face a 2012, portanto, correspondendo a menos 199.647,00€. Tendo contribuído para estas variações: por um lado, uma diminuição dos Materiais de Armazém menos 218.592,00€; Materiais de Mecânica menos 22.424,00€; Materiais de Economato menos 20.328,00€, sendo que: os Custos com Água para Distribuição aumentaram mais 62.449,00€ e os Combustíveis mais 2.140,00€. Em termos da variável – Fornecimento e Serviços Externos: Regista-se um aumento de mais 1,9% face aos custos de 2011. Sendo que, os principais aumentos verificaram-se com: os Encargos das Finanças de Avaliação do Geral de Prédios mais 259 110,00€; Eletricidade e Iluminação Pública um aumento comparado de 213.013,00€; Refeições para Escolas e Jardins-de-infância 41.159,00€; Trabalhos especializados mais 35.521,00€. Sendo que as principais diminuições anuais e comparativamente teve a ver com: Passes e Transportes Escolares; Publicidade e propaganda; Rendas e alugueres; Limpeza, higiene e conforto; Comunicação; Artigos para oferta; Contratos de manutenção e assistência técnica; Transferência de tratamento e lixo. Portanto, o aumento excepcional ocorrido na rúbrica de Encargos das Finanças e Avaliação

Geral prédios, portanto, os 259.110,00€ e os custos com Iluminação pública 213.000,00€, contribuíram significativamente para a variação do valor dos Fornecimento e Serviços Externos. Em termos de transferências de subsídios correntes e concedidos, apresenta uma redução anual de 31,7%, retomando um nível aproximado a anos anteriores após o aumento ocorrido em 2011. Verificando-se os principais aumentos, por exemplo: Grupo Recreativo e Cultural de Cidacos; Freguesia de Oliveira de Azeméis; FAMOA; Associação Municípios de Terras de Santa Maria e aos Apoios Económicos. E as principais diminuições com valor significativo: Atividade Enriquecimento Curricular – Área da Educação; as transferências para a Empresa Municipal - GEDAZ; Academia de Musica; União Desportiva Oliveirense; Centro de Línguas; Fundação La-Salette; UAC; Refeições Escolares e Associação de Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. Em termos de Custos com Pessoal: Os custos com o pessoal no ano fixaram-se em 8.888.218,00€, verificando-se portanto uma diminuição de menos 921.823,00€, menos 9,4%, face a 2011. A redução verificada nos Custos com Pessoal foi conseguida através da redução das rubricas, nomeadamente: Remunerações do pessoal menos 10,1%; Encargos sobre remunerações menos 5,9% e Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais menos 26,5%. Temos de ter em conta aqui também um fator que teve a ver com os cortes parciais do subsídio de férias e de natal, dado que não é aplicado a todos os trabalhadores, portanto é de acordo com a progressividade, de acordo com a fórmula que está prevista no Orçamento de Estado para 2012 e também teve aqui o seu reflexo. Em termos de Custos e Perdas Financeiras: Registaram uma diminuição anual de 18%, totalizando 744.822,00€. Esta diminuição anual resulta de uma diminuição dos Juros de mora 21,4%, bem como, da redução de Juros de empréstimos a médio e longo prazo 22,1% em consequência quer da descida das taxas de juro do ano de 2012 e do volume da dívida municipal. A nível dos Custos e Perdas Extraordinárias: Registrar uma diminuição de 30,7%, portanto, menos 802.644,00€, face a 2011. As variações mais significativas ocorreram nas transferências de Capital Concedidas. Na óptica económica e na componente de proveitos. Os proveitos do ano totalizaram 32.443.065,00€, com a variação de menos 587.124,00€, face a 2011. A variação anual de Proveitos Operacionais registou uma variação de menos 4,3%, menos 1.364.274,00€. Sendo que os proveitos mais representativos: Impostos e Taxas menos 8,8%; Vendas e Prestações de Serviços menos 5% e as Transferências e Subsídios Obtidos menos 3,3%. A nível das principais variações verifica-se, por exemplo em termos de Proveitos Operacionais: Uma variação de Impostos e Taxas que se conseguiu em termos de proveitos menos 889.338,00€, menos 8,8%. Tendo contribuído, como já se disse aqui, tendo em conta e comparativamente, e numa óptica de proveitos no ano: - Derrama menos 560.237,00€, menos 40,3%; - IMT menos 393.443,00€, menos 29,4%; - Taxas de Loteamento e Obras menos 304.082,00€, menos 58,5%; e apenas o IMI que subiu 152.420,00€, mais 2,9%; o Imposto Único de Circulação mais 150.183,00€, mais 13,3%. A nível das Transferências e Subsídios Obtidos: Verifica-se que os proveitos, neste caso, houve uma variação negativa de menos 489.459,00€, portanto menos 3,3%. Tendo contribuído para esta diminuição: as Transferências Correntes e de capital do

Orçamento de Estado menos 638.098,00€, menos 5%; as Transferências da DREN menos 228.594,00€, menos 13,3%; o Processo Eleitoral com menos 53.527,00€, menos 98% e a nível das participações do FEDER e de Operações Norte/QREN é que subiu 417.884,00€, mais 771,7%. A nível de Vendas e Prestações de Serviços: Verifica-se uma variação também anual desfavorável de menos 227.990,00€, menos 5%. Sendo que: os proveitos ao nível de Vendas de Água baixaram, menos 169.784,00€, menos 7,6%; Parques de Estacionamento menos 50.929,00€, menos 47,6%; Prestação de Serviços- Resíduos Sólidos, menos 12.798,00€, menos 1%; Prestações de Serviços – Saneamento, menos 8.208,00€, menos 1,4% e Outros um aumento de mais 19.771,00, mais 19,8%. A nível de Trabalhos para a Própria Entidade: Os proveitos situaram-se em 2012 em 645.837,00€, correspondendo a 30,4%. Ou seja, aqui, não obstante as medidas de contenção dos custos que afetam a aquisição de matérias, verificou-se um aumento da administração direta o que contribuiu para uma variação incremental dos níveis de trabalho para a própria entidade em mais 30,4%, face a 2011, portanto mais 150.569,00€. Ao nível dos Proveitos e Ganhos Extraordinários: Houve uma variação também positiva de 766.308,00€, mais 55,9%. Os aumentos que se verificaram nas rubricas de Correções relativas a exercícios anteriores mais 781,6%, Multas mais 50,9% e Ganhos em Imobilizações mais 8.961,7% influenciaram significativamente a variação anual ocorrida nos proveitos e Ganhos Extraordinários. O reconhecimento do proveito relativo aos subsídios ao investimento proporcionalmente às reintegrações do exercício continua a ser a rubrica com maior peso no total dos proveitos extraordinários. Na óptica económica ainda e na componente Investimento, o volume do investimento executado no ano totalizou 2.556.723,00€, correspondente ao investimento do PPI mais trabalhos para a própria entidade, portanto a administração direta, registando um decréscimo de mais 38,6% face ao ano anterior, mas já com alguns fatores que já anteriormente foram focados como o Plano de Saneamento Financeiro, a quebra de proveitos e também a aplicação da Lei dos Compromissos que trouxe implicações no arrefecimento da realização da despesa. Na óptica económica, passando para a componente de Resultados, verifica-se que os Resultados Operacionais positivos de 4.486.481,00€, registando uma evolução anual positiva num aumento de 1.150.646,00€. Os Resultados Financeiros registaram um valor negativo de 693.378,00€, resultando numa variação anual de menos 20,1%, menos 174.655,00€. Os Resultados Extraordinários registaram um valor positivo de mais 321.300,00€, evidenciando uma melhoria significativa, face ao ano anterior, de mais 125,8%, mais 1.568.952,00€. Resultando assim num Resultado Líquido do Exercício de mais 4.114.404,00€ um aumento de 2.824.253,00€, mais 237% face a 2011. Passando para a óptica financeira e patrimonial e na componente do Balanço, verifica-se que o Ativo Líquido totaliza 187.970.295,00€, registando uma diminuição anual de 345.973,00€. A nível de Fundo Próprios atingiram 130.260.150,00€, registando um aumento de mais 6.973.627,00€. Passando agora na óptica da Evolução do Endividamento e da Dívida, verifica-se que a dívida total no final de 2012, cifra-se em 39.570.503,00€, mantendo uma tendência de diminuição consolidada nos últimos anos, registando uma variação face a 2011 uma variação de 8.115.130,00€, menos 17%

face a 2011 e uma diminuição acumulada nos últimos sete exercícios de 17.231.862,00€. A nível do Endividamento Líquido Municipal em 2012 cifra-se nos 27.217.397,00€, registando uma variação negativa, portanto menos 7.343.703,00€, superando o montante mínimo de redução imposto pela Lei das Finanças Locais que seria apenas 10%. No período de 2006 a 2012 registou uma acumulação acumulada de 22.917.761,00€. No final de 2012, a dívida de Empréstimos de Médio e Longo Prazo considerados no endividamento totaliza 31.962.097,00€, evidenciando uma redução anual de 4.641.781,00€, superando a redução anual mínima legal. Agradeço a vossa atenção e era isto que tinha para apresentar. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Miguel Portela, Marco Azevedo, Bruno Aragão, Ilídio Lopes, Dr. Fernando Pais Ferreira e Dr. António Rosa. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Mais uma vez, boa noite. Depois desta apresentação, extensa, os números em relação à última discussão que tivemos há pouco tempo não vou repetir-me em muitas coisas, vou apontar alguns aspetos que penso que podem ser realçados, mas vem um bocado na tendência do que já tinha falado na última Assembleia. Em muitos aspetos a análise repete-se, como em intervenções anteriores, pelo que não me irei repetir nalgumas conclusões de sessões anteriores desta Assembleia. Nesse sentido, começando pelo Relatório do Auditor Externo sobre a situação económico e financeira do Município, observamos com agrado que não excedemos o limite de endividamento líquido previsto, tendo este sido reduzido em 7.343.000 mais ou menos e ao mesmo tempo constatou-se a redução de 4.641.000 do Empréstimo a médio e longo prazo. Sobre a Certificação Legal de Contas, apenas repetimos duas constatações e que penso já termos feito em sessões anteriores mas que seria importante relembrar: Primeiro refere-se à alusão do Auditor às mais-valias decorrentes da alienação de terrenos, no valor perto de 2 milhões de euros, onde se aponta a inexistência da respetiva escritura; Também realçar a análise das apólices de seguros que se vislumbra uma inadequada cobertura dos riscos associados aos edifícios e construções. Já será uma repetição em relatórios dos Auditores, questiono a Autarquia da pertinência ou não destas questões. Relativamente ao ponto cinco, da prestação de Contas do Município, iremos votar favoravelmente e aqui penso que uma reflexão será bastante importante. É percebido o nível de investimento baixo, o próprio Presidente da Câmara assumiu que baixou o investimento, pensamos que se poderá situar perto dos 10%, corrijam-me se estiver engano do valor arrecadado. Ora, percebemos, como iremos falar no ponto seguinte, que esta perda de investimento tão importante numa altura como esta será para compensar as metas do Plano de Saneamento Financeiro e aproximação da dívida aos valores estipulados pelo Plano. Meus amigos, é isso que nós faríamos se estivéssemos no lugar da

Câmara Municipal, precisamos de pagar a quem devemos mesmo que em detrimento do investimento. Ainda que tentando não estagnar esta rubrica pois é sempre vital para o desenvolvimento local. Contudo, alertamos para o facto de estarmos a pagar com os erros do passado e para que isso nos ensine no futuro os exemplos que vem do país e da dívida da Autarquia devem-nos servir como exemplo. Como disse, votaremos favoravelmente pois seria assim que agiríamos se estivéssemos no lugar do Executivo, com este legado financeiro negativo não teríamos outra alternativa. Relativamente ao Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro, mantemos a análise anterior onde se consegue perceber a recuperação relativa aos desvios verificados nos anos anteriores para os valores previstos no plano. Conseguimos então uma redução da dívida na ordem dos oito mil milhões de euros, superior à média anual prevista e que veio compensar anos em que essa tendência foi inferior ao previsto. Foi o que pedimos insistentemente nos últimos anos e que agora observamos com satisfação. Como referi há momentos, é importante arrumarmos a casa e pagarmos as nossas dívidas o quanto antes, saudamos esta tendência nas contas da autarquia. No que toca ao prazo de pagamento a fornecedores, situa-se nos 76 dias, valerá a pena mais um esforço para chegarmos pelo menos aos 50 dias previstos no Plano. Sei que a evolução tem sido no sentido que temos pedido nas inúmeras Assembleias. Visto o recurso ao PAEL este objetivo pareceu-nos razoável e acreditamos mesmo ser exequível a curto prazo, o que representara um alívio para os fornecedores da autarquia e para a economia local. Pelo que observamos na listagem disponibilizada com a documentação, já está estipulada a forma de pagamento a muitos fornecedores, tendo alguns pagamentos já sido efetuados estando outros já agendados ao longo do corrente ano. Resumindo: Aquilo que observamos existe uma recuperação dos principais indicadores da dívida e esperamos que esta tendência se mantenha, pois tem sido essa a tônica das nossas intervenções e uma das principais preocupações do CDS/PP nesta Assembleia Municipal. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Marco Azevedo, do PSD. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia muito obrigado pela palavra cedida. Na pessoa do Senhor Presidente de Freguesia de Nogueira do Cravo, que tão bem nos recebe, felicito a todos mais uma vez uma boa tarde, ou melhor, boa noite. Felicito igualmente o Senhor Presidente da Assembleia pela junção dos pontos três a dez, em perfeita sintonia da eficiência e de gestão do tempo, eficiência essa certamente imbuído da eficiência desta gestão autárquica, deste nosso Município, que o faz diariamente, dia após dia e que se reflete aqui na nossas contas que hoje estamos a apresentar. Eficiência, por definição quer dizer que: menos tempo, não quer dizer que seja menos trabalho, ou menos investimento, ou menos montante de investimento não representa menor investimento feito. No ponto de Prestação de Contas 2012, apraz-me dizer que, acho que até a Chanceler Ângela Merkel teria inveja ou tem inveja destas contas deste

Município. De facto, todos nós somos honrados e todos nós gostamos de pagar as dívidas. E que contas maravilhanas temos aqui hoje perante nós. Por muitos motivos, mas também pela evolução financeira deste município que, todos os oliveirenses, todos nós devemos ter orgulho. E se hoje o nosso Município é tantas vezes falado em Portugal, escrito e apontado como exemplo de sucesso, isso se deve aos oliveirenses e ao município que tanto tem feito para esse mesmo objetivo. Senão vejamos, os números são irrefutáveis: Resultado Líquido, 4 milhões; Redução da Dívida, 8 milhões, reduzimos 17%, reduzindo tanto no curto como no longo prazo; Redução de Custos Financeiros; Redução de Custos com Pessoal, quase 1 milhão de euros; Redução do Prazo Médio de Pagamentos de 123 para 76 dias, muito abaixo do limite legal. Tudo isto como é óbvio, não poderemos esconder a realidade dos factos, num cenário de grandes dificuldades nacionais. Redução da Receita de quase 2 milhões, através da redução de transferências estatais, redução do IMT, da Derrama e Outros. Com um parecer tão claro dos Revisores, em que diz e cito: “o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução da atividade da situação Municipal” e com as contas que aqui nós hoje estamos a apresentar e a votar, tem esta Bancada do PSD que lhe prestar a si Senhor Presidente e ao Executivo um enorme reconhecimento pela gestão de excelência, que executa todos os dias, refletidas nestas contas anuais. É óbvio e é claro que irão aqui alguns dizer que: 76 dias é muito tempo de pagamento, se pagássemos, digo eu, adiantado seria melhor; Se deve reduzir mais a despesa e que se deveriam reduzir também as receitas e os impostos, isso é impossível; Também virão dizer que se deve cortar com a GEDAZ, mas também que se deve disponibilizar os equipamentos às Associações; Virão também dizer que as dívidas bloqueiam o Município e os seus cidadãos, mas não vêem ou não querem ver que o Município está cada vez mais dinâmico e mais ativo. Senhor Presidente permita-me que lhe dê os maiores parabéns, pois infelizmente que diz isto, estas últimas frases que citei, apenas, permita-me, não sabe, ou melhor sabe mas não quer fazer as suas contas simples de somar e subtrair. Pois todas essas vontades são, antagónicas, impossíveis e apenas fruto de retórica simplista. Pois além destes números aqui hoje apresentados, temos também orgulho em ser oliveirenses. O Mercado à Moda Antiga; o Concurso de Sopros Terras de La-Salette que o Senhor Grifo aqui hoje referiu; a FUNZONE; Volta a Portugal; Fim-de-semana Gastronómico; Feira das PME’s; Mundial de Futsal Feminino; Transferências para as Juntas de Freguesia e que o Senhor Presidente de Nogueira do Cravo, Manuel Rebelo, referiu apenas de Nogueira do Cravo na sua apresentação inicial, multipliquem essas atividades por 19; Apoio às IPSS’s; Participação dos projetos da ADRITEM; Parque de La-Salette; Campus Universitário Aveiro-Norte; Parque de Acolhimento Empresarial UL/Loureiro e tantas outras que, assim como o desporto, estaria aqui duas horas a referi-las. Senhor Presidente, todos vivemos tempos de grande austeridade nacional e esse tempo em nada é culpa do PSD, mas tantas vezes é nas dificuldades que se deslumbram as grandes competências e é nas grandes dificuldades que se criam os novos horizontes. Muito obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS.* =====

===== *Muito boa a noite a todos. Sintam-se cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente e de uma forma naturalmente mais calorosa a Nogueira do Cravo. Só um apontamento prévio, eu não sou professor, agradeço o epíteto mas não é o caso. Três notas prévias, de facto Senhor Presidente não será surpreendida, nem o vou surpreender com a minha argumentação. Eu é que fiquei absolutamente surpreendido pelas palavras que disse, quando disse: - estamos a aproximar-nos do Plano de Saneamento Financeiro. Ora aí está, como sempre tínhamos dito, estávamos longe de cumprir o Plano de Saneamento Financeiro, agora, estamos a aproximar, agradeço o reconhecimento. O segundo ponto, até pelas várias questões que foram sendo ditas, efetivamente é o tecido empresarial do concelho de Oliveira de Azeméis e são as suas associações que têm mantido este concelho nos níveis em que estamos. Agora imagine, se tivéssemos uma gestão autárquica e uma gestão pública do mesmo nível, onde é que nós já poderíamos estar? É sempre essa a questão. Onde é que nós já poderíamos estar? E um terceiro ponto, de facto, prometer é fácil. É muito fácil. Recordo apenas, passando a redundância, que recorde as suas promessas de há quatro anos. Como dissemos, a verdade dos números vertida para a realidade seria sempre dramática, As consequências de uma má gestão, de opções absolutamente erradas, de anos de negligência e até de negação da evidência, significam agora, para cada um de nós, um ónus pesadíssimo. Apesar de haver rostos, de podermos imputar responsabilidades, as consequências não deixaram de ser partilhadas de forma bem visível por todos os oliveirenses. Não, não estamos a ser demagógicos, nem dizemos por ser da oposição ou do Partido Socialista, essas são sempre as tiradas fáceis de quem, na ausência de uma explicação plausível, de um argumento que valha de facto apenas discutir, prefere atacar o mensageiro do que destruir a mensagem. Exatamente por não haver demagogia, por termos sido sempre factuais é que dizemos, em coerência e sem margens para dúvidas: - Senhor Presidente, estamos a cumprir o Plano de Saneamento Financeiro, estamos a amortizar dívida bem acima do mínimo exigido pela Lei das Finanças Locais; Senhor Presidente, num ano a muitos níveis exigente amortizou oitos milhões de euros (8.000.000,00€) da dívida do nosso Município. Exatamente por não haver demagogia e por termos sido sempre factuais, é que dizemos em coerência e sem margens para duvidas: Senhor Presidente, sempre defendemos que não havia outro caminho, que uma vez atingidos os níveis de endividamento gigantes que nos confrontados em 2007, que uma vez resgatados com o Plano de Saneamento Financeiro, teríamos que cumprir com o que nos comprometemos. Mas dissemos também e em consciência ninguém o pode negar, que isso teria consequências reais que se verteriam numa dificuldade terrível de investimento num horizonte com perspectivas diminuídas e em anos, muitos anos, de muita exigência orçamental e financeira. Exatamente, por não haver demagogia, por termos sido sempre factuais, é que dizemos em coerência e sem margem para dúvida, Senhor Presidente todos sabemos o que é que aconteceu, não cumprimos durante vários*

anos o Plano de Saneamento Financeiro e ainda recentemente nos vimos obrigados a outro empréstimo para aliviar a dívida dos fornecedores e tentar, novamente, fazer um encontro de contas. Chegados aqui, oito milhões depois são apenas obrigação e o dever de honrar compromissos. Sobre isso, nem grande alarido se deveria fazer, nada tem de excelência, não é digno de um concelho de excelência, não foram opções de excelência, nem é sequer um cumprimento de excelência. Apenas a exorbitância de pensarmos, que todos os meses, só em termos de plano de saneamento financeiro, pagámos, pasmem-se, quarenta mil euros (40.000,00€) de juros. E se na aprovação dos orçamentos são tudo maravilhas, na prestação de contas é tudo rigor, exigência e boa gestão. Talvez valha a pena analisar os números de facto: Educação - dos cerca de dois milhões e setecentos mil euros previstos para investir nos edifícios escolares, investimos cerca de trezentos mil, 11%; Ordenamento do Território - dos cerca de seis milhões e cem mil euros previstos, investimos cerca de um milhão e setecentos mil, 28%; Parques e Jardins - dos cerca de oitocentos mil euros previstos, investimos trezentos e dezoito mil, 40%; Saneamento Básico – do pouco já inscrito em sede de orçamento, tendo em conta a concessão prevista, tínhamos previsto setenta e um mil euros, investimos vinte e três mil, 32%. Azeméis é Vida tem sido isto e tem sido pouco: pouco mais de quarenta e sete mil euros em Cultura; pouco mais de treze mil euros em Comércio e Turismo; pouco mais de cento e trinta e sete euros em Proteção do meio ambiente e conservação da natureza. Tudo questões centrais nos parâmetros de qualidade de vida, na proteção de conforto e bem-estar, na atratividade dos espaços urbanos e depois acham que estudos como os da Universidade da Beira Interior se baseiam em nada. A realidade tem sido palpável, muito palpável. E palpável significa muito pouco infelizmente, senão vejamos, se atendermos às funções sociais do Município, o que vemos é um cumprimento quase sempre pela metade. Mais, as rubricas onde o cumprimento é mais do que a metade tem dotações orçamentais constrangedoras. Mas nem tudo tem sido a menos, reconheçamos isso também. Tem havido mais. Mais cortes. Cortes nas transferências para as juntas de freguesia, menos 500.000,00€ no último ano, menos 28%. Mas também cortes para as instituições de solidariedade e outras instituições, menos 700.000,00€, menos 17%. E a este propósito vale a pena relembrar os mais de 47% que foram retirados às juntas ainda no anterior mandato e que sempre reclamamos. Mas não ficamos por aqui. Nos últimos anos, as juntas de freguesia viram substancialmente reduzidas as transferências, se defendemos que o seu papel é fundamental no apoio às pessoas, se achamos que proximidade é muito mais que um edifício sede, então sejamos coerentes: Se analisarmos as transferências para as juntas de freguesia já depois daquele corte brutal, que sempre denunciámos, o que vemos é que ao longo dos anos estas transferências têm diminuído significativamente e o decréscimo é naturalmente muito marcado no último ano, isto é desinvestimento puro. Esta é a marca dos novos horizontes, sem grandes rodeios na engenharia financeira de qualquer tipo. Mas infelizmente, é muito mais do que isto, é um desinvestimento concreto e real nas pessoas em cada um de nós, não é demagogia são efetivamente 10 %. O que estamos capazes de investir, são 10%, do total da receita que arrecadamos investimos 10%. É isto que significa pagar esta brutalidade de juros e de dívida. Em termos reais, é como se o

Município tivesse gasto 46,00€ por pessoa no último ano. Por cada 10,00€ de receita, o Município absorve 9,00€, dos quais 2,50€ são para pagar dívida e fica apenas 1,00€ para investirmos nas pessoas. É isto que tem sido a opção deste executivo, desinvestir. Senão e também factualmente, vejamos: Se atendermos à evolução anual, na execução do investimento, o que vemos é sempre uma diminuição, nos últimos anos desinvestimos gradualmente e isto é também uma evidência. Nada de novo. Esta tem sido a realidade dos últimos anos, dívidas, juros e desinvestimento. Um concelho que continua a ser adiado, que vai perdendo força face a outros, que vai ficando lá para trás em muitos indicadores de qualidade de vida e capacidade económica e de cultura. Esta gestão tem, como vão mostrando os números e vários estudos independentes, constrangido efetivamente o desenvolvimento deste concelho. Esta é a mensagem. O mensageiro pode ser qualquer um que friamente analise os números, mas enfim, há dificuldades em refutar a mensagem ataquem lá o mensageiro. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ilídio Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara. =

===== Boa noite a todos. Um cumprimento especial aos Nogueirenses na pessoa do meu colega, Presidente, Manuel Rebelo e restante Executivo, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros colegas Presidentes de Junta, Senhores Deputados, restantes Membros aqui presentes, comunicação social. Eu passaria a falar das Contas, mas ligado à certificação. E de uma forma global vou fazer a apreciação Legal das Contas Individuais e Consolidadas e respetivo Parecer emitido pelo Revisor Oficial de Contas, sobre as demonstrações financeiras do Município de Oliveira de Azeméis, reportadas a 31 de Dezembro de 2012. Como é do conhecimento geral, cabe ao Órgão Executivo a responsabilidade de preparar e apresentar as demonstrações financeiras de forma verdadeira e apropriada sobre a posição do Município, o resultado das suas operações e o relato de execução orçamental. Aos Revisores de Contas cabe a responsabilidade de expressar, com base no exame que efetuam às demonstrações financeiras preparadas pelo Município e substanciadas nos documentos de execução orçamental, Balanço e Demonstração de Resultados uma opinião profissional e independente sobre as mesmas. Da leitura que efetuei ao Relatório e Certificação Legal das Contas, gostaria apenas de me congratular pelo caráter inequívoco com que os Senhores Revisores se referem a estas contas do Município de Oliveira de Azeméis. E de facto, estranho seria se não houvessem reservas, porque elas sempre existem em qualquer prestação de contas, embora estas, na minha opinião, são reservas de caráter absolutamente marginal no que diz respeito à substancia destas contas e não vejo muito sinceramente que sejam de grande preocupação. Quanto à validação dos Bens do Domínio Público e Imobilizações corpóreas: Os Senhores Revisores tiveram na sua posse e à sua disposição toda a documentação que lhes permitia aferir os valores em causa e só não conseguiram desenvolver estes procedimentos na auditoria como relatam deve-se à dimensão e multiplicidade e em certos

casos de antiguidade dos bens que integram os aglomerados patrimoniais. No que diz respeito à validação da Conta de Terceiros - Fornecedores e Outros Credores: A análise que fiz do relatório é naturalmente uma reserva, mas os Senhores Auditores não dizem que é da responsabilidade da Câmara ou dos seus serviços validarem cerca de 80% das dívidas, o que dizem é que foi por falta de resposta por falta dos fornecedores e outros credores que não lhes permitiu confirmar o valor dos saldos expressos no balanço. Portanto, o trabalho de auditoria externa que foi desenvolvido concluiu e informou-nos que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira do Município de Oliveira de Azeméis em 31 de Dezembro de 2012, o Resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa e à receita cobrada no exercício findo naquela data estão de conformidade com os princípios geralmente aceites previstos no POCAL. Face ao exposto, vemos uma vez mais afirmada e reforçada a credibilidade das contas do Município de Oliveira de Azeméis os quais espelham de forma inequívoca uma tendência progressiva sustentada para o equilíbrio desejado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== Eu ia começar a minha intervenção exatamente pela parte final da intervenção do Senhor Ilídio, que era exatamente essa sustentabilidade que o Senhor referiu, nomeadamente, ao equilíbrio das contas. Mas antes disso, todos nós percebemos, aqui um pouco, que, é inequívoco os números falam por si, que, houve uma diminuição da dívida total do Município, do endividamento líquido municipal e das dívidas de empréstimos a longo prazo. O que nós estamos preocupados aqui Senhor Presidente da Câmara, é que, de facto, depois de tantos anos de governação Social-democrata, porque quer se queira quer não, todo o executivo camarário, foi no sentido, foi Social-democrata, nós ainda hoje temos uma dívida total do Município não nos podemos esquecer disto, não obstante todo o esforço que foi feito, que houve uma redução da dívida, nós temos que estar preocupados que hoje em dia a dívida total do Município ascende a quase quarenta milhões de euros. Isto, numa empresa privada, significaria a insolvência. Mais, tudo bem, nós diminuámos em oito milhões essa dívida. Essa dívida de oito milhões já aqui foi expressamente claro que foi uma dívida feita à custa da falta de investimento, ou seja, pelas piores razões. Eu não sou tão otimista como o Miguel Portela, o Miguel Portela – bom, nós temos de pagar a nossa dívida. Pronto, um bocado ao arrepio daquilo que Paulo Portas diz, que nós não temos que pagar a dívida, temos que gerir a dívida. Ai, não é o Paulo Portas que diz? Ah, é o Sócrates? Pronto está bem. Temos que gerir a dívida. Por acaso não é o Sócrates, é o Paulo Portas. É o Paulo Portas. É o Paulo Portas. De qualquer maneira, aquilo que resulta das contas é que, de facto, nós temos uma situação municipal perfeitamente endividada com um grau de endividamento que a nós nos causa uma enorme preocupação e mais preocupação nos causa quando essa diminuição é feita à custa do investimento público, não podemos deixar de

ressaltar isso. As intervenções do PSD, feitas até agora, fazem ressaltar a diminuição da dívida. Mas de facto a situação do Município continua a nós a ser preocupante e temos que fazer Senhor Presidente, todos, um esforço no sentido de aumentar o investimento e diminuir a dívida, isso é que era uma situação excepcional. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== Senhor Presidente, relativamente a este conjunto de pontos e concretamente aquilo que é aqui o essencial que a Prestação de Contas do ano 2012, áquilo que já foi dito eu tenho muito pouco a acrescentar senão apenas a destacar e a realçar alguns sentimentos que me ocorrem. Por um lado, há aqui uma imagem de três grandes características, do Presidente – Herminio Loureiro, subjacentes a estas Contas. Em primeiro lugar, uma característica que é o compromisso. É uma pessoa que é capaz de assumir compromissos e portanto fê-lo com os oliveirenses e com o mandato que lhe foi conferido, que está agora a terminar para surpresa de alguns, compromisso também com um Plano de Saneamento Financeiro que tem em curso na Câmara Municipal e que evidencia com estas Contas que foi sem dúvida a sua primeira preocupação, ou a preocupação que esteve na base de todas as outras preocupações. E aqui de facto congratulo-me com palavras que aqui já ouvi, de que estamos a cumprir o Plano de Saneamento Financeiro, e hoje podemos dizê-lo em uníssimo e congratulo-me por isso. Uma outra característica é a resistência. A resistência essencialmente às limitações impostas por um contexto de grande dificuldade e resistência às dificuldades impostas por um discurso derrotista e destrutivo da sua capacidade de gestão e da capacidade de elevação do concelho de Oliveira de Azeméis. Uma outra característica, que está presente nestas Contas também, é a ambição. E aqui, perdoem-me os que discordam de mim, mas, eu creio que os números de investimento não são exatamente aquilo que se pinta, é porque o investimento é muito mais do que aquilo que é resumido do ponto de vista dos números, senão vejamos: E por coincidência, as grandes áreas de investimento que aqui foram referidas eu terei todo gosto em referi-las de novo: Na Educação- temos em curso seguramente a maior obra de sempre no ensino em Oliveira de Azeméis que o Campus-Universitário do Cercal; No Ordenamento do Território- para quem já não se recorda, foi aprovado, há poucos dias, poucos meses, o novo Plano Diretor Municipal reivindicado por alguns, por muitos, por todos seguramente, há muito tempo e que está neste momento em condições de seguir e conduzir a atividade do planeamento e do ordenamento no Município. Mas dentro desta área temos também, tive o grato prazer de alguns dias atrás ver numa grande entrevista dada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro que seria seguramente uma obra de mandato e uma obra de décadas, a Área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro; No setor dos Parque e Jardins – Creio que também já o referi há bocadinho na minha outra intervenção e tenho que o referir de novo, eu creio que se há uma imagem que este Executivo tem é dado um carinho e uma atenção muito grande a esta área. Hoje está ao serviço

dos oliveirenses e dos nossos visitantes um espaço de beleza enorme e muito bem tratado que são as Margens do Caima, mas temos as Margens do Antuã também com o Parque Temático Molinológico e a zona que está a ser ampliada e melhorada nas suas imediações, e logicamente mais uma vez tenho que o dizer, esta permitam-me a mim, é a minha opinião, será também seguramente uma obra de mandato e uma obra de décadas, para não dizer mais, que é aquilo que está a acontecer no Parque da La-Salette e que vai continuar a acontecer no Parque de La-Salette, que o irá qualificar com grande dignidade e com grande qualidade para os oliveirenses e para os forasteiros. E obviamente que na área de Saneamento, estamos falados, não iremos seguramente ver grandes investimentos no nosso PPI, no nosso Orçamento no futuro porque a opção foi essa e já foi mais do que discutida é a Concessão e se é a Concessão, seguramente que não tem que aparecer aqui, mas essa sem dúvida, já há pouco fiz a pergunta, é uma ambição de todos para que se concretize o mais rapidamente possível. Portanto, resumidamente aquilo que tenho a dizer é reforçar o que já há pouco foi referido pelo Marco Azevedo, sem dúvida que este é um desempenho exemplar, é um desempenho notável perante o contexto e perante aquilo que foi o compromisso assumido pelo Senhor Presidente e pelo seu Executivo de cumprir com o Plano de Saneamento Financeiro sem descurar o engrandecimento de Oliveira de Azeméis e da vida dos Oliveirenses. Obrigado.=====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Agradecer todas as intervenções, as achegas, os comentários, as críticas, as sugestões. Naturalmente que há, já se percebeu, há uma visão diferente naquilo que é a análise factual às Contas que aqui hoje são apresentadas. Mas julgo que, posso resumir dizendo que, há um consenso relativamente ao esforço que o Município tem feito para reduzir a sua dívida total, reduzir o endividamento e reduzir o endividamento bancário de médio e longo prazo, para além também de reconhecido esforço feito no pagamento a fornecedores através da redução do prazo médio de pagamentos e portanto, julgo que isso é bom percebermos que os números são números, e portanto, há aqui uma preocupação na permanente redução da dívida. Só uma pequena achega relativamente à intervenção que o Dr. Fernando Pais Ferreira fez sobre a citação, nós às vezes somos traídos por estas coisas das citações, mas, eu recordo que o novo comentador da RTP, agora ao domingo à noite, foi ele que disse que –“ pagar a dívida é coisa de criança” e depois tentou corrigir dizendo, que era uma maledicência que lhe estavam a fazer, que ele tinha dito aquilo na brincadeira, e depois mais a sério disse, -“que as dívidas são para se ir pagando”, isto foi o Engº. Sócrates que disse e portanto, nós hoje também estamos a passar por algumas dificuldades e tem a ver com esta gestão que foi feita mas que por um lado é apreciada por quem tem dois pesos e duas medidas. Ou seja, olha para esta gestão de forma sempre positiva e saudosa, mas para a outra que reduz

efetivamente, isso já não importa. Só também uma última nota Senhor Presidente, relativamente ao investimento, porque se falou muito em investimento, eu queria dar nota e reforçar aquilo que foi dito pelo Senhor deputado António Rosa, porque parece-me que nessa matéria, deixem-me até contar-vos aqui uma coisa: Na Associação de Municípios, nós somos cinco Municípios que estamos aqui próximos uns dos outros e trabalhamos muito em cooperação e temos uma excelente relação entre todos os Presidentes de Câmara e não deixa de ser curioso, que, aqui, pronto é uma coisa que passa com normalidade, mas, nos outros Municípios, aqui à volta, nesta altura das contas, dos investimentos e destas coisas, os Presidentes de Câmaras, os meus colegas, nas reuniões que temos da Associação de Municípios, vêm me dizer: - Epá, vê lá se acabas com isso do Parque do Cercal e da Universidade, - As minhas oposições, é sempre a dar "porrada" a dizer: - Veja lá, - Veja o que se está a fazer em Oliveira de Azeméis, - Vá lá ver, - Presidente, veja o que se está lá a fazer, aquilo é que é, aquilo é que você devia fazer e não isto. Isto é a vida, não é? Aqui, é uma coisa normal, pronto está lá. E nós não investimos. Mas ao menos reduzimos a dívida, isso já é interessante. Nós às vezes temos um problema de autoestima, isto é terrível, mas é um defeito dos Portugueses, nós às vezes gostamos muito daquilo que se faz na terra do vizinho e não valorizamos aquilo que se faz na nossa terra, mas isso tem a ver se calhar com o ADN dos Portugueses não é só aqui no Município de Oliveira de Azeméis. Relativamente à questão das Juntas de Freguesia, eu queria aqui dizer que nós, nunca cortamos naquilo que é as transferências de capital um euro para as Juntas de Freguesia. Nunca cortamos. Acho que não cortamos, pois não? É que eu às vezes ouço dizer: - as Juntas de Freguesia cortaram, cortaram, cortaram. Não cortamos. Desde o primeiro ano que pagamos a mesma coisa. Também não aumentamos. Mas pagamos a mesma coisa e fazemos um esforço para isso ser feito. Depois, fazemos protocolos de cooperação com as freguesias, delegação de competências, este ano fizemos menos do que o tínhamos feito no ano anterior, naturalmente que há uma redução desses mesmos protocolos, mas por outro lado, ninguém falou e estamos a falar de Cesar, Nogueira do Cravo, S. Roque, Ul e Ossela projetos da ADRITEM - participação da Câmara Municipal em 20% do valor elegível, isto também é apoios às freguesias, isto também é transferências para as freguesias. Não é só chegar ali aquela conta, é que nós estamos muito fixados no excel, vamos ali ao excel e o excel, como até vimos na europa já percebemos que o excel, também deu asneira, não é e nós hoje se calhar estamos a pagar por algumas asneiras do excel. E é preciso perceber que há várias vertentes de apoios às freguesias, e elas estão espelhadas, não é a todas porque nem todas pertencem por exemplo à associação da ADRITEM porque não foram classificadas na altura como freguesias rurais e portanto, estes são apoios também que têm de ser somados e acrescentados aqueles que são ditos. E portanto, se fizermos bem as contas, vamos perceber que, se calhar não faz sentido falar nesse corte de há não sei quantos anos que foi feito de 40% para as freguesias. Até porque só diz isso quem muitas vezes não se apercebe das dificuldades que os Presidentes de Junta têm, muitas vezes em apresentar justificativos para receberem os dinheiros a que têm direito e não é um, nem dois nem três, são vários e não é só de um partido, são vários os Presidentes de Junta que têm muitas

vezes dificuldade na entrega dos justificativos. Mas isto também tem a ver com a questão conjuntural, naturalmente. Agora se me perguntarem, mas deve aumentar a participação para as Juntas de Freguesia? Com certeza, sempre que se justifique, isso, deve naturalmente ser feito. Senhor Presidente, permita-me também, não podia deixar de o fazer e não é de circunstância, um agradecimento especial à intervenção do Dr. Miguel Portela porque ela regista uma questão de coerência relativamente aquilo que fizemos na última Assembleia Municipal quando estivemos a apreciar as contas e a forma como hoje o Dr. Miguel Portela aqui, também, registo uma vez mais a coerência manifestada, dando nota e portanto entendo essa votação e as suas palavras como um incentivo para se continuar este trabalho que é difícil tendo em conta a conjuntura económico-financeira. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Senhor Presidente, obrigado pela oportunidade. Em primeiro agradecer ao Dr. António Rosa, as respostas que prontamente me deu. Em segundo dizer que, seria intelectualmente desonesto comigo próprio se permitisse que em algum momento ficasse esta ideia que sempre se quer fazer passar, de que este é o único caminho possível, de que não havia forma de fazer diferente e que pronto esta situação é o que há, isso não é verdade (ponto). E podemos apresentar um conjunto de argumentos que mostro: Primeiro, não é verdade que a Lei dos Compromissos limite o investimento, o que a Lei dos Compromissos diz, obriga, é que sempre que há despesa se diga onde é que se vai buscar dinheiro, tão simples quanto isso, em última análise pode dilatar as coisas no tempo e não permite endividamento; Em segundo lugar, Não é verdade, como sempre se gosta de citar, que houve redução com as despesas de pessoal. Essa redução é, como se sabe, imposta pelos cortes que vêm de cima, não se volta a repetir não tem nada de gestão; Três, não se diga as coisas pela metade, se queremos falar verdade, então falamos sempre. Digamos assim: - esta é a nossa opção. Tudo bem. Esta obra e aquela obra e as Piscinas e a Biblioteca e o Parque do Cercal resultam em grande medida de investimento e de dinheiro que vem de fundos europeus. Não. Desculpem. Isto quer dizer o quê? Isto quer dizer que à Câmara Municipal nós podemos e devemos exigir muito mais. Essa é que é a questão. ==

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito: “Eu dou a oportunidade também, a qualquer um deputado depois, de poder, como dei ao Bruno Aragão, de vir ali explicitar ou contrariar aquilo que ele diz, ou justificar a sua opção sobre determinados pontos. Não vale a pena estar com este ruído de fundo que estão a prejudicar toda a gente e estão a dar uma má imagem, que eu não pretendo nesta Assembleia Municipal. Faz favor de continuar.” =====

===== Obrigado Senhor Presidente, não me alongo muito mais. A Câmara Municipal tem um orçamento de cerca de trinta e dois milhões. E se nós achamos que com trinta e dois

milhões, conseguimos investir dez, pagamos oito milhões de euros de dívida e dizemos às pessoas, - bom, não é possível diferente. Pode ser essa opção. Mas digam-no claramente. Porque não é. E quando nós criticamos coisas como a Volta a Portugal, o Futsal Feminino o que nós estamos a dizer não é que isso não são eventos importantes. O que nós estamos a dizer é que, infelizmente, dados os constrangimentos, nós temos outras prioridades, prioridades seríssimas que nos preocupam, é isso que nós estamos a querer dizer. O que nós estamos a querer dizer é que quando reduzimos dinheiro para as juntas de freguesia diminuimos necessariamente a sua capacidade de execução, é isso que nós estamos a querer dizer. O que nós estamos a querer dizer é quando nós diminuimos seriamente as transferências para as instituições, estamos a limitar todos os dias essa política de proximidade e essa política com as pessoas que nós sempre defendemos, é isso que nós estamos a dizer. E há um conjunto de números, que se atenderem bem, sempre dirão isso. Agora não digam: - Nós reduzimos oito milhões, - Não havia nada a fazer, não conseguimos investir mais, isto é aquilo que nós podíamos fazer. Isso, eu não tenho dúvidas. Mas não digam que isso é o único caminho possível. Porque não é verdade. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== Senhor Presidente, antes de mais, as minhas desculpas pelo ruído de fundo, de facto, mas às vezes, enfim, já o era paciente, nós procuramos também ser, mas às vezes esgota-se a paciência. Eu queria apenas fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, telegraficamente, a si, se não se importa, relativamente apenas a uma das muitas afirmações que o Bruno Aragão referiu aqui há bocadinho com toda a firmeza e com toda a segurança, que é qual foi o Decreto-Lei, ou qual foi a Lei, qual foi a Portaria, ou se foi o Orçamento, que obrigou o Senhor Presidente a dispensar vinte e seis colaboradores em 2012 e qual foi a que o mandou contratar uma pessoa em 2012, reduzindo assim 25 pessoas durante esse ano? Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Muito obrigado. Eu aliás tinha tomado nota. Porque todas as intervenções que eu ouvi falar da redução das despesas com pessoal, quer do Dr. José Figueiredo Faria aquando da apresentação técnica, já percebi que gerou aí um incómodo tremendo mas acho que é perfeitamente aceitável ouvirmos os técnicos explicarem estas matérias, já percebi isso, pronto mas isso é da vida temos de saber lidar com essas coisas. Mas, o Dr. Figueiredo Faria teve o cuidado e eu tive atenção relativamente a essa matéria, está escrito no relatório de gestão, o Dr. Figueiredo Faria teve o cuidado de dizer que as despesas com o pessoal estavam influenciadas pela obrigatoriedade de redução da questão dos subsídios por via do Orçamento de Estado e

disse mais, isso não afetou todos os funcionários, porque como sabem também era por escalões os funcionários que recebiam menos não eram cortados, portanto isto foi dito de forma clara. Depois ouvimos que um dos caminhos era reduzir as despesas com pessoal. Ora bem, eu só consigo fazer uma leitura e eu até tenho medo de a fazer, porque eu acho que houve aí um lapso de linguagem ou algum excesso verbal, porque a única leitura que eu vejo para isso quando qualquer funcionário da Câmara Municipal esteja ele em que serviço esteja a contrato que termine no prazo de vigência do contrato não foi admitido e infelizmente com muita pena nossa tiveram que sair funcionários extraordinários, excelentes. Em termos de admissão de funcionários a Câmara Municipal, conforme está no relatório de 2012, admitiu um funcionário e saíram 26. Eu só posso fazer uma leitura: O Partido Socialista, se quer reduzir a despesa com pessoal vai ter que me dizer, quer despedir pessoas? As horas extras diminuem, tudo diminui, como é que quer fazer? Desculpe, falou na redução das despesas com pessoal. Falou nisso. Pelo menos eu percebi isso. Mas também já foi o Dr. António Rosa a perceber mal, também já somos dois. Mas o defeito pode ser nosso. Porque repare, reduzir as despesas com pessoal, ainda por cima nós não podemos despedir as pessoas como é evidente. Agora, se nós tivéssemos admitido vinte ou trinta, o Senhor podia dizer: - mas para que é que admitiram as pessoas? Mas não admitimos. Eu sei que há aquelas frases feitas – diminua com as despesas com pessoal. Está a diminuir e já lhe expliquei que está a diminuir, portanto não diga que a gente não disse, já toda a gente disse, que foi por fruto da imposição do Orçamento de Estado mas que hoje não há admissões, portanto diminuir mais essas despesas é só mandando as pessoas embora e eu acho que o Senhor não defende isso, acho eu, portanto não estou a vê-lo defender isso. Era só este esclarecimento, Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Quanto a isso dizer apenas que, aproveitam para ler a ata que será aprovada na próxima reunião, em nenhum momento, em algum momento da minha intervenção ou de alguém do Partido Socialista se falou, ou se propôs, que uma forma de resolver os problemas das finanças do Município fosse reduzir pessoal (ponto final). Mas quanto a isso e voltei a frisar a questão, porque de facto houve aqui algumas intervenções que voltaram a tocar nesta questão como sendo uma medida de gestão. Eu penso que o Senhor Presidente respondeu e agradeço ao Dr. António Rosa qual é a Lei que diz que saindo 26 pessoas porque é que o Senhor Presidente não colocou mais? Porque é que não pode haver admissões? Acho que quanto a isso também já estamos esclarecidos. E de facto aquilo que eu tentei dizer quando falei nas despesas com pessoal, foi muito simples, é que isto foi uma medida que aconteceu em 2012 e não vai voltar a acontecer e não dependeu rigorosamente nada do Município. Não, é verdade. Desculpem, é verdade. Mas mais, aquilo que vocês não conseguiram responder sistematicamente, é, para além disso, porque é que nós só conseguimos investir 10%, porque é que estes oito milhões que vêm e

o Senhor deve-se recordar muito bem de onde, têm esta consequência, não conseguem responder porque já na altura diziam que nós é que fazíamos barulho a mais, quando dizíamos isto são níveis de investimento, de dívida gritantes e nós vamos ter de pagar isso em algum momento e isso vai-nos custar investimento. Os Senhores na altura disseram: - Lá estão vocês com a demagogia do costume. E agora que chegamos a esse momento dizem: - Lá estão vocês outra vez com a demagogia do costume. Não sei a quem é que falta coerência. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Senhor Presidente é só para dar nota que, os municípios, ao contrário do que o Senhor Deputado Bruno Aragão está a dizer, os municípios não estão impedidos de admitir pessoal. Ainda agora a Câmara de Santa Maria da Feira lançou um concurso para admissão de trinta pessoas. Eu só estou a dar exemplos aqui ao lado. Portanto nós não estamos impedidos, não é a Lei que nos impede de admitir pessoal. Temos é regras para admitir pessoal, temos de pedir autorização ao Ministério das Finanças e o Ministério das Finanças tem que aprovar, certo? Mas não estamos. Portanto, se nós quisermos admitir pessoal e vamos ver o nosso Mapa de Pessoal, temos que pedir autorização e admitimos o pessoal. Agora, o que é que nós estamos a fazer? Estamos a otimizar os recursos que temos, estamos a valorizar os recursos que temos e por isso estamos a reduzir as despesas com o pessoal. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito: “ Drº Pais, eu compreendo que se eterniza, mas o Senhor é um dos responsáveis por se ter eternizado muitas discussões nesta Assembleia, por amor de deus. Eu quero dar hipótese a todos e se deu a um, tenho de dar a outro. E o Senhor se quiser lá ir a seguir, estendo-lhe a passadeira vermelha. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Marco Azevedo. =====

===== É muito rápido. Eu só peço como oliveirense, peço no sentido, ficarei muito preocupado se o Deputado Bruno Aragão tiver algum dia funções executivas. A sua sede despesista é de tal ordem, que só pensa e só avalia em gastar mais. Penso que, é uma desonestidade intelectual primeiro vir comparar orçamentos com planos de execução, mas por outro lado e termino só com a palavra que eu comecei a minha intervenção, eficiência. Eficiência é fazer o mesmo ou fazer mais e com menos dinheiro. E acho que a análise, mas, pronto, todo o PS desde sempre é uma vontade de despesa não local mas nacional. O meu sentimento pessoal, temos que analisar a eficiência, gastar menos tanto quanto possível e assumir sempre as responsabilidades mas fazer sempre mais. Eu dou os parabéns a este

Município, por manter sempre essa linha de coerência de austeridade e de investimento. Muito obrigado. =====

===== A Assembleia apreciou o referido documento. =====

*===== **Ponto quatro:** Certificação legal das contas individuais do Município – Parecer do Revisor/ Auditor externo – Conhecimento e apreciação; =====*

===== Presente o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do município, para conhecimento e apreciação, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. A Assembleia apreciou e tomou conhecimento do referido parecer. =====

*===== **Ponto cinco:** Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas Individuais do Município/ 2012; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Presentes, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei 169/ 99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas, nomeadamente: 1- Balanço, 2- Demonstração de resultados, 3- Mapas de execução orçamental: a) Mapa do controlo orçamental da despesa; b) Mapa do controlo orçamental da receita; c) Mapa da execução anual do Plano Plurianual de Investimentos; d) Mapa de execução do Plano de Atividades Municipal; e) Mapa de fluxos de caixa; f) Mapa de contas de Ordem; g) Mapa de Operações de tesouraria; 4- Anexos às demonstrações financeiras: a) Caracterização da entidade; b) Notas ao balanço e Demonstração de resultados; c) Mapa do ativo bruto; d) Mapa das Amortizações e reintegrações; e) Mapa síntese de Imobilizações e amortizações; f) Mapa das participações da entidade; g) Mapa síntese das reconciliações bancárias; h) mapa dos resultados financeiros; i) Mapa dos resultados extraordinários; j) Mapa das modificações do Orçamento da Receita; k) Mapa das modificações do Orçamento da Despesa; l) Mapa das modificações do PPI e mapa das modificações do Plano de Atividades; m) Mapa das transferências correntes da despesa; n) Mapa das transferências de capital da despesa; o) Mapa das transferências correntes da receita; p) Mapa das transferências de capital da receita, q) Mapa dos ativos de rendimento variável; r) mapa dos empréstimos; s) relação nominal dos responsáveis; t) Mapa da contratação administrativa; u) Mapa de outras dívidas a terceiros; 5- Relatório de Gestão; 6- Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação; 7- Proposta de Aplicação do Resultado, os quais se encontram integralmente elaborados e vão ficar arquivados em pasta anexa a este livro de atas.”=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: Votos a favor - vinte e sete do PSD, dois do CDS/PP e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; Votos contra - dez do PS; Abstenções – Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro; Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro da Bemposta e Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque.* =====

===== **Ponto seis:** *Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2012 – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo Órgão Deliberativo, mediante proposta fundamentada do Órgão Executivo, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL; - Já se atingiu o limite mínimo estabelecido no ponto 2.7.3.4 do POCAL, ou seja, o valor contabilístico da conta 51 – Património, corresponda a 20% do Ativo Líquido; - O resultado líquido do exercício é de 4.114.403,94 Euros. Proponho a seguinte aplicação: 1. A constituição da Reserva Legal, correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício, no valor de 205.720,20 Euros, em conformidade com o ponto 2.7.3.5 do POCAL; 2. O valor de 3.908.683,74 Euros que seja transferido para Resultado Transitados, em conformidade com o ponto 2.7.3.2 do POCAL.”* ==

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto sete:** *Certificação legal das Contas consolidadas do Município – Parecer do Revisor /Auditor externo – Conhecimento e apreciação;* =====

===== *Presente o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do município, para conhecimento e apreciação, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. A Assembleia tomou conhecimento e apreciou o parecer do Revisor/Auditor externo.* =====

===== **Ponto oito:** *Apreciação de Contas Consolidadas do Município do Exercício de 2012;* =====

===== *Presentes, nos termos da al. e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2001 de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas, nomeadamente: Balanço consolidado; Demonstração de resultados consolidado; Mapa de fluxos de caixa consolidado; Anexo ao balanço e Demonstração de resultados consolidado; Mapa do ativo bruto consolidado; Mapa de Amortizações e reintegrações consolidado; mapa dos resultados financeiros consolidado; Mapa dos resultados extraordinários consolidado e*

Relatório de Gestão consolidado os quais se encontram integralmente elaborados e vão ficar arquivados em pasta anexa a este livro de atas. A Assembleia apreciou o referido documento. =

*===== **Ponto nove:** 2.ª Revisão ao Orçamento e PPI/ 2013 – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Esta revisão orçamental deve-se à utilização do saldo da conta de gerência do ano anterior. De acordo com o definido no POCAL e referido na Ficha de Apoio Técnico n.º 1/2004 – SATAPOCAL – CCDRN: “Após o apuramento do saldo de gerência e a apreciação e votação da prestação de contas pelo Órgão Deliberativo, o saldo da gerência pode ser utilizado para ocorrer ao aumento global da despesa orçada no ano seguinte, resultando daí uma revisão orçamental (pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL)”. Ainda na mesma Ficha de Apoio Técnico refere-se: “O “saldo da gerência anterior”, enquanto componente orçamental da receita, é apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, em “outras receitas” (classificação económica 16.01 saldo orçamental desagregado em 16.01.01 Na posse do serviço e 16.01.02 Na posse do serviço – consignado). A utilização do saldo de gerência resulta numa revisão orçamental, decorre do artigo 53º ponto 2, alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do plano e a proposta do orçamento, bem como as respetivas revisões. Pelo exposto, propõe-se: A apreciação da Câmara da revisão, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, e a apresentação à Assembleia Municipal para apreciação e votação.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a 2ª revisão ao orçamento e PPI/2013 com a seguinte votação: Votos a favor – vinte e sete do PSD, dois do CDS/PP e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; Abstenções – treze do PS. =====

*===== **Ponto dez:** Relatório final de acompanhamento e execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31/12/2012 – Após encerramento das contas municipais – Apreciação; =====*

===== Para cumprimento do artigo 6º do D.L. nº 38/2008 e alínea c) do nº 4 do artigo 40º da Lei nº 2/2007 (Lei das Finanças Locais), foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficar arquivados em pasta anexa ao livro de atas.” =====

===== A Assembleia apreciou o referido documento. =====

===== **Ponto onze:** *Fornecimento de refeições para alunos do 1.º Ciclo e Jardins de Infância do concelho para o ano letivo 2013/2014 – Autorização de repartição de encargos em mais do que um ano económico;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que nos termos do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012 (LOE 2013), de 31 de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que se torna necessário proceder à contratação de serviços para “fornecimento de refeições para alunos do 1º Ciclo e Jardins de Infância do concelho, para o ano letivo de 2013/2014” (setembro 2013 a julho 2014), nos termos da solicitação apresentada na RQI n.º 1014 (I/33101/2013); - Que, conforme do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 4º, do Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, compete às câmaras municipais “deliberar sobre a criação, manutenção e administração de refeitórios escolares (...)” destinados às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do então denominado ensino primário e do ciclo preparatório. Mais recentemente, o Ministério da Educação tem promovido a generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do primeiro ciclo do ensino básico, iniciativa a que o Município tem vindo a aderir em prol da população escolar que se encontra a frequentar aquele grau de ensino. Finalmente, há que ter em atenção o disposto no Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, o qual tem por objeto a transferência de atribuições e competências para os municípios em matéria de educação, de acordo com o regime previsto na Lei n.º 2 159/99, de 18 de setembro. São nomeadamente transferidas para os municípios atribuições ao nível do fornecimento de refeições escolares. Assim, com este procedimento, pretende-se contratar serviços de fornecimento de refeições, convenientemente confeccionadas e distribuídas, em concordância com o Regulamento da Higiene dos Géneros Alimentícios, nos termos do Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 223/2008, de 18 de novembro e o Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004 com as respetivas alterações e demais legislação em vigor, a entregar nos refeitórios escolares, de modo a assegurar uma alimentação completa, equilibrada e adequada às necessidades da população escolar do pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico, segundo princípios preconizados nas normas de alimentação definidas pelo Ministério da Educação e na observância das normas gerais de higiene alimentar a que estão sujeitos os géneros alimentícios. - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação n.º I/3649/2013, referente ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos cumulativos na sua totalidade, designadamente no que respeita ao valor do contrato (que ultrapassa os 5.000,00€ S/ IVA) e ainda à duração do mesmo (superior a 20 dias, uma vez que o período de vigência da prestação de serviços ocorre durante o ano letivo 2013/2014), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a*

qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - Que a natureza e o objeto da aquisição de serviços não se revela aplicável à verificação da existência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; não se mostrando, ainda, também exigível a verificação desta situação dado que ainda não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33-A da Lei nº 53/2008 e respetivas alterações; - Que o valor estimado (Preço Base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para celebração do referido contrato é de 338.733,90€ (trezentos e trinta e oito euros, setecentos e trinta e três euros e noventa cêntimos), para um período de vigência de onze meses (setembro de 2013 a julho de 2014), sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2013 (setembro a dezembro) prevê-se uma verba de 122.453,10€ (cento e vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três euros e dez cêntimos) e para o ano de 2014 (janeiro a julho) prevê-se uma verba de 216.280,80€ (duzentos e dezasseis mil, duzentos e oitenta euros e oitenta cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor; Que, nos termos do n.º 8, do artigo 75º, da LOE 2013, o presente procedimento não está sujeito à aplicação da redução remuneratória. - O valor referente ao ano 2013 encontra-se cabimentado na rubrica 020105, pela Proposta de Cabimento n.º 617 (I/33145/2013), possuindo o Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1019; - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação. - Que a autorização prévia para este compromisso plurianual foi assegurada e conferida em Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2012, nos termos e para os efeitos estatuídos no artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais – Orçamento e GOP 2013 (I/106357/2012), encontrando-se previsto no Plano de Atividades mais Relevantes 2013, na rubrica 020105 – Alimentação - Refeições Confeccionadas, cujo valor máximo para 2013 é de 508.240,00€ e para 2014 é de 520.000,00€. - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Submete-se ao Órgão Executivo o presente pedido de parecer prévio para que o mesmo obtenha deliberação favorável para abertura de procedimento de aquisição de serviços para “fornecimento de refeições para alunos do 1º Ciclo e Jardins de Infância do concelho, para o ano letivo de 2013/2014”. Propõe-se ainda que o órgão executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. O ponto onze é, conforme disse, o pedido de parecer prévio e autorização para a repartição de encargos para a questão das refeições, portanto para lançarmos o concurso de refeições, para o próximo ano letivo e portanto tem que haver a repartição de encargos entre 2013 e 2014 e, por essa razão, tem que vir à Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos em mais do que um ano económico, para o fornecimento de refeições para alunos do 1º Ciclo e Jardins de Infância do concelho para o ano letivo 2013/2014. =====

===== **Ponto doze:** Prestação de serviços – Atividades Complementares à Ação Educativa – Autorização de repartição de encargos em mais do que um ano económico; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que nos termos do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012 (LOE 2013), de 31 de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que a educação é um direito de todos, cabendo ao Estado promover a sua democratização, bem como as condições para que esta se efetive, quer através da Escola, quer de outros meios formativos, de modo a contribuir para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade, do espírito de tolerância, da compreensão mútua, de solidariedade, de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva (art.º 73º n.º 1 e n.º 2 da Constituição da República Portuguesa); - Que decorre dos art.º 74º e 75º da Constituição da República Portuguesa, o direito ao “Ensino”, como garantia da igualdade de acesso e êxito escolar, competindo ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos que cubra as necessidades de toda a população, reconhecendo e fiscalizando o ensino particular e cooperativo; - Que as atribuições dos Municípios no domínio da Educação (art.º 13º n.º 1 alínea d e art.º 19º n.º 1 alínea a), n.º 3º alíneas b), d) e e) da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro), sendo da competência dos seus órgãos, participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos e realizar investimentos na construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos do ensino básico e de educação pré-escolar, bem como assegurar, no que concerne à rede pública, a gestão dos refeitórios,

comparticipar no apoio às crianças no domínio da ação social escolar e apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa; - Que a Lei Quadro da Educação Pré-Escolar, no ponto 1, do artigo 12º, dispõe que "Os estabelecimentos de Educação Pré-escolar devem adotar um horário adequado para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, no qual se prevejam períodos específicos para atividades educativas, de animação e de apoio às famílias, tendo em conta as necessidades destas"; - Que a mesma Lei é válida para o sucesso educativo das crianças devida ao alargamento da banda de aprendizagens que resulta da implementação da "Escola a tempo inteiro" que visa responder também às necessidades de conciliação dos tempos escolares e das famílias, de acordo com o que está previsto no Despacho do Ministério da Educação com o número 8683/11, de 28 de Junho; - Que a "Componente de apoio à família" é uma tarefa de extrema importância, que ultrapassa o horizonte meramente educativo e social, constituindo um fator de desenvolvimento, equilíbrio individual e comunitário com impactos futuros para a realização pessoal e social dos indivíduos, desde que orientada por princípios de qualidade, adequação pedagógica e de igualdade de oportunidades; - Que é objetivo primordial deste Município proporcionar atividades para além das cinco horas diárias, designadas por "Componente de Apoio à família" - distribuição de refeições e prolongamento de horário, bem como atividades durante as interrupções letivas, para o primeiro ciclo do ensino básico e educação pré-escolar, as quais visam adequar a resposta educativa à organização e necessidades das famílias; - Que se torna necessário proceder à aquisição de serviços complementares às atividades educativas, do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, consistindo estes serviços no apoio à implementação da Componente de apoio à família, englobando a distribuição e acompanhamento das refeições, prolongamento de horário (inclui a receção no período da manhã e o tempo para além das 25h letivas no pré-escolar, ou além das AEC no 1.º CEB), atividades nas interrupções letivas e desenvolvimento de atividades lúdico expressivas (expressão musical, práticas de raciocínio e experimentação, educação expressiva, entre outras), pelo período de 11 meses (Setembro de 2013 a Julho 2014), nos termos da solicitação apresentada na RQI nº 977/2013 (I/32206/2013); - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação de 15/01/2013 (I/3649/2013), relativa ao Pedido de Parecer Prévio Favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos cumulativos na sua totalidade, designadamente no que respeita ao valor do contrato (estima-se um custo de € 349.102,49 (trezentos e quarenta e nove mil, cento e dois euros e quarenta e nove cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor), ao objeto (uma vez que não se encontra aí previsto) e ainda à duração do mesmo (período de vigência da prestação de serviços será de 11 meses), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para o qual se revela inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público, dado o carácter precário e volátil da necessidade, uma vez que a natureza da prestação de serviços irá depender da aferição anual do número de serviços sob responsabilidade direta do Município; - Que a natureza e o objeto da aquisição de serviços não se revela aplicável à

verificação da existência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; não se mostrando, ainda, também exigível a verificação desta situação dado que ainda não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33-A da Lei n.º 53/2008 e respetivas alterações; - Que o valor estimado (Preço Base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para celebração do referido contrato é de € 349.102,49 (trezentos e quarenta e nove mil, cento e dois euros e quarenta e nove cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor (I/33134/2013). Este valor encontra-se cabimentado na rubrica 020220, pela proposta de cabimento n.º 619/13, e Enquadramento do Plano Económico Financeiro n.º 1077/2013; - Que o presente procedimento está sujeito à aplicação de redução remuneratória no valor de 10%, nos termos do estatuído no n.º 1 e 2, do artigo 75.º, da LOE 2013, passando, nesse caso, o preço base do procedimento a ser de € 314.192,12 (trezentos e catorze mil, cento e noventa e dois euros e doze cêntimos); - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1.º, do artigo 22.º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação; - Que a autorização prévia para este compromisso plurianual foi assegurada e conferida em Assembleia Municipal de 28/12/2012, nos termos e para os efeitos estatuídos no artigo 12.º do D. L. n.º 127/2012, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais – Orçamento e GOP 2013, encontrando-se previsto no Plano de Atividades mais Relevantes 2013, na rubrica 020220 – Outros Trabalhos Especializados, cujo valor máximo para 2013 é de € 774.510,00 e para 2014, 2015 e 2016 é de € 500.000,00, respetivamente; - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b) do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público. Face aos considerandos enunciados, e ao abrigo das disposições legais e enquadramento supra citados, submete-se ao Órgão Executivo:

1. O presente Pedido de Parecer Prévio para que o mesmo obtenha deliberação favorável para a adjudicação da prestação de serviços de “Atividades Complementares à Ação Educativa”, pelo período de 11 meses (Setembro de 2013 a Julho 2014) e que o mesmo submeta ao Órgão deliberativo a autorização da repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho. 2. E que se submeta à autorização prévia do Órgão Deliberativo os montantes abaixo estimados, relativos à assunção de encargos orçamentais para mais de um ano económico, para efeitos do art.º 22º DL 197/99: **Ano 2013 = € 61.689,76 (isentos de IVA) + € 52.561,92 (acrescidos de IVA à taxa legal em vigor), de acordo com a seguinte repartição previsional:**

	Set-13	Out-13	Nov-13	Dez-13
Valor s/ IVA	€28.562,92	€28.562,92	€28.562,92	€28.562,92
Valor do IVA	€3.022,31	€3.022,31	€3.022,31	€3.022,31
V. Total c/ IVA	€31.585,24	€31.585,24	€31.585,24	€31.585,24

Ano 2014 = € 107.957,08 (isentos de IVA) + € 91.983,36 (acrescidos de IVA à taxa legal em vigor), de acordo com a seguinte repartição previsional:

	Jan-14	Fev-14	Mar-14	Abr-14	Mai-14	Jun-14	Jul-14
Valor s/ IVA	€28.562,92	€28.562,92	€28.562,93	€28.562,93	€28.562,93	€28.562,93	€28.562,93
Valor do IVA	€3.022,31	€3.022,31	€3.022,31	€3.022,31	€3.022,31	€3.022,31	€3.022,31
V. Total c/ IVA	€31.585,24						

*O somatório dos valores parciais acima referidos apresenta uma diferença de € 0,12 face ao valor global do procedimento em virtude dos arredondamentos efetuados. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente é mesma coisa, relativamente às atividades complementares à ação educativa, portanto nós queremos manter e fazemos um esforço para manter essas mesmas atividades, mas também temos que dividir os encargos em dois anos 2013 e 2014 e por isso também há a necessidade de ser aprovado em sede de Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos em mais do que um ano económico, para a prestação de serviços com as atividades complementares à Ação Educativa. =====

===== **Ponto treze:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, para a realização do evento “Queima das Fitas 2013” – Autorização/ Ratificação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A importância que a “Queima das Fitas”, assume na camada jovem, e a possibilidade de envolver a comunidade, nesta festa académica; - Que se deve manter o espírito e tradição académica, no Município de Oliveira de Azeméis, propõe-se: - A aprovação da minuta do Protocolo de

Colaboração a celebrar com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, que define os termos e as condições da colaboração institucional, com vista à realização do evento “Queima das Fitas 2013”, ao abrigo designadamente, da alínea b) do n.º4, do art.º 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; - Que se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do referido diploma legal, conjugado com a Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado. Estávamos quase a aprovar esta minuta de protocolo com a “Queima das Fitas” a decorrer, julgo que já terminou a Queima das Fitas e portanto, mas Assembleia Municipal estava marcada para o dia 30. E portanto estamos a falar da ratificação deste protocolo, estamos a falar da comparticipação de três mil euros deste Município para a organização deste momento interessante que dá vida e é um momento sempre de grande alegria e boa disposição da Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa. Houve muitos dos presentes que tiveram oportunidade de assistir ao cortejo e a muitas outras iniciativas e portanto, aqui está, também o vir à Assembleia Municipal esta aprovação.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por maioria autorizar/ ratificar a celebração do protocolo de colaboração com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, para a realização do evento “Queima das Fitas 2013”, com a seguinte votação: - Votos a favor do PSD, PS, CDS e Independente; - Uma abstenção do Presidente da Junta de freguesia de S. Roque.* =====

===== **Ponto catorze:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação de Pais da Escola de Macieira de Sarnes, para a requalificação do parque infantil – Autorização;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Educação e Tempos livres, consignadas designadamente, nas alíneas d) e f) do n.º1 do art.º 13º, art.19º e art.º 21º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - As competências em matéria de planeamento e gestão de equipamentos educativos, designadamente, no domínio da construção, apetrechamento e manutenção dos*

Estabelecimentos Escolares do Ensino Básico, e do apoio ao desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa – previstas na alínea b) do n.º1, e n.º3, alínea e) do art.º 19.º do citado diploma; - Que as associações de pais são parceiros do Município no esforço de criação de condições e contextos mais adequados ao sucesso educativo das crianças, concretizando plataformas de colaboração, articulação e apoio à educação, no sentido da potencialização de recursos e da mobilização da sociedade civil; - O disposto na alínea l) do n.º 1 e f) n.º 2 do art.º 64.º e art.º 67.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se: - A aprovação da minuta de Protocolo a celebrar com a Associação de Pais da Escola de Macieira de Sarnes, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - Que os encargos e despesa resultantes do mesmo sejam imputados como custo ao exercício de 2013, possuindo compromisso de fundo disponível número 1670/2013, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Estamos a falar de uma intervenção, que foi feita, dentro da escola de Macieira de Sarnes e que foi fruto de um pedido e de uma dinâmica que a Associação de Pais daquela escola tem mantido ao longo dos últimos tempos. Ou seja, aquela escola, quem conhece e sabe onde ela está, ela está ali numa zona limite da freguesia, portanto a escola tem procurado criar pontos de atratividade para que os alunos do primeiro ciclo possam estar e ter ali o seu processo de aprendizagem. Permita-me, já agora neste ponto Senhor Presidente, que eu faça uma referência positiva ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas Associações de Pais das Escolas do nosso concelho. E isto é uma análise extensiva a todas, umas mais ativas do que outras, mas têm tido um papel importante, porque são parceiros construtivos na busca das boas soluções educativas e neste caso concreto, a Associação de Pais da Escola de Macieira de Sarnes tem feito um trabalho extraordinário, paralelamente, a Junta de Freguesia também o tem feito. Ou seja, se passarem hoje na estrada podem ver uma faixa afixada de posta a poste, em alguns sítios de Macieira de Sarnes, a dizer que: “as crianças que se maticularem no próximo ano letivo 2013/2014 na Escola de Macieira de Sarnes a Junta de Freguesia oferece os livros” e portanto, é uma boa iniciativa, uma iniciativa interessante porque conforme já todos perceberam é uma escola que tem uma localização geográfica que obriga a este trabalho. Neste caso concreto, a Associação de Pais solicitou à Câmara um subsídio de dez mil euros, para fazer esta requalificação do Parque Infantil, a Câmara Municipal decidiu, em reunião de câmara, atribuir cinco mil euros para que a requalificação fosse feita. E também dizer-vos que, estes cinco mil euros, julgam que terão resolvido a questão na totalidade, porque os pais juntaram-se e fizera eles o trabalho. Ou seja,*

foi os equipamentos e depois a localização dos mesmos, as pinturas, a fixação, as alterações foi tudo feito pelos pais e portanto acho que está ali um trabalho notável. Mas tem que ser também aprovado aqui em sede de Assembleia Municipal. Mas, não podia deixar, Senhor Presidente desculpe ter aproveitado para fazer este agradecimento às Associações de Pais.=====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Ricardo Bastos. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

===== Só, quinze segundos. Para dizer que, na Assembleia Municipal em Macinhata da Seixa, esta Assembleia aprovou um voto de louvor às Associações de Pais, precisamente por trabalhos destes que as Associações de Pais fazem no concelho todo. E sempre que as Associações de Pais se empenham e os pais integram e se sentem parte nas escolas e são bem acolhidos pelas escolas normalmente sai disto. E queria enaltecer o trabalho das Associações de Pais, é um trabalho que me é grato, uma vez que eu já fui Presidente da FAPCOA. E, o voto de louvor, só vem reforçar aquele voto de louvor que nós, aqui, aprovamos por unanimidade em Macinhata da Seixa. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Associação de Pais da Escola de Macieira de Sarnes, com vista à requalificação do parque infantil. =====

*===== **Ponto quinze:** Protocolo de colaboração a celebrar com o Grupo Recreativo, Associativo e Cultural de Cidacos, para a realização do evento “Era uma vez... XVII Mercado à Moda Antiga” – Autorização; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando:- Que no âmbito da programação e gestão dos eventos municipais e da agenda de atividades culturais, o evento “Era uma vez... Mercado à Moda Antiga” sustenta uma componente relevante dos valores histórico-culturais do município de Oliveira de Azeméis; - A responsabilidade da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis nas competências de preservação dos usos e costumes e da aposta contínua na vertente histórica e pedagógica que pretende atingir junto da população, tornando possível a vivência dos valores culturais endógenos, através da recriação de danças e cantares, mostra de artesanato e outras manifestações etnográficas, num recordar de tradições e elementos históricos que se pretendem afirmar e fomentar; - Que o evento tem vindo a assumir grande adesão e interesse de visitantes e

turistas aos níveis regional e nacional, assumindo um papel de singularidade numa matriz de recriação histórica; - Que congrega em si uma oportunidade assumida para a participação ativa da massa associativa do município de Oliveira de Azeméis, permitindo a exteriorização das suas atividades bem como a possibilidade de gerar receitas económicas para o desenvolvimento dos seus planos de atividades anuais; - A experiência dos anos anteriores, que é de manter, propõe-se: - Ao abrigo, designadamente, da alínea l) do n.º2 e alínea a) do n.º4 do art.º 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja aprovada minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com o Grupo Recreativo, Associativo e Cultural de Cidacos, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, com o compromisso de fundo disponível número 1648/2013, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) do n.º 2 do art.º 53º do mesmo diploma.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Portanto, estamos a falar do Mercado à Moda Antiga, que já se aproxima e portanto, estão todos convidados para no dia 25 e 26 andarmos uns anos para trás e convivermos com um evento cultural de grande dimensão que já nos foram habituando quem organiza e com a participação do tecido associativo do Município de Oliveira de Azeméis. A comparticipação da Câmara Municipal é de vinte e cinco mil euros (25.000,00€), á GRAC, portanto, à secção cultural da GRAC para a organização do Mercado à Moda Antiga. Portanto, mantemos o valor do ano anterior, Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com o Grupo Recreativo, Associativo e Cultural de Cidacos, para a realização do evento “Era uma vez ...XVII Mercado à Moda Antiga”. =====

*===== **Ponto dezasseis:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Comissão de Festas de La Salette 2013, para a realização das Festas de La Salette 2013 – Autorização; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando: - O deliberado na reunião de Câmara Municipal de 15 de março de 2013, no que concerne à organização das Festas La Salette de 2013 (I/22084/2013); - A Comissão a constituir para a realização e organização das festas de La Salette 2013, ao abrigo do art.º 199 do Código Civil;

- O interesse público municipal da realização das Festas em honra da N.ª Senhora da La Salette, com a dignidade, respeito pela história e cultura da comunidade oliveirense; - Que as Festas de La Salette são de grande tradição na cidade e consideradas as festas do Município, reconhecidas a nível nacional e mesmo internacional, com grande impacto ao nível da atração de visitantes, sendo um importante veículo de promoção e dinamização da economia local, propõe-se: - Ao abrigo da alínea b) nº 4 do art.º 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja aprovada minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a Comissão de Festas de La Salette 2013, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) do n.º 2 do art.º 53º do mesmo diploma.” =

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Nós estamos a falar de uma nova realidade, relativamente a esta questão. Ou seja, com a extinção da Fundação La-Salette, a organização das festas passou, o modelo encontrado passou pela criação de uma comissão de festas que é felizmente liderado pela mesma pessoa que o tem feito nos últimos anos e que constitui uma equipa interessante de gente laboriosa que tem uma relação muito interessante com a Nossa Senhora de La Salette e com a organização das festas. Mas, este protocolo, é um protocolo conforme podem verificar que diz até cinquenta mil euros (50.000,00€). Não diz cinquenta mil euros (50.000,00€), diz até cinquenta mil euros (50.000,00€). Ou seja, portanto isto é a alavanca e alguma segurança e conforto para quem organiza as festas em honra de Nossa Senhora de La-Salette e portanto só serão disponibilizadas as verbas que forem necessárias. Aliás, a própria comissão de festas, anunciou ainda recentemente que vai para a rua fazer o peditório habitual e vai naturalmente procurar arranjar receitas no decurso das mesmas festas e portanto aquilo que ficar por pagar se ficar alguma coisa é que este protocolo entra em ação caso contrário não é utilizado. Muito obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por maioria com uma abstenção do Senhor Pedro Paiva, autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Comissão de Festas de La-Salette 2013, para a realização das Festas de La-Salette 2013. =====

===== **Ponto dezassete:** Alteração ao regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais de venda ao público e de prestação de serviços – Aprovação; =====

=====
Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
1) Compete à câmara municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos, apresentar à assembleia municipal propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.ºs 2 a 4 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações (art.º 64.º n.º 6 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações); 2) Compete à Assembleia municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da câmara, aprovar as posturas e regulamentos do município com eficácia externa (art.º 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações); 3) O DL n.º 48/2011, de 1 de abril, diploma legal que regula o denominado “Licenciamento Zero”, comporta no seu clausulado uma profunda alteração ao modelo de controlo prévio em diversas áreas de intervenção por parte das autarquias locais; 4) O diploma pretende reduzir os encargos administrativos sobre os cidadãos e empresas, por via da eliminação de licenças, autorizações, vistorias e condicionamentos prévios para atividades específicas; 5) Tal regime procede, ainda, à criação e disponibilização de um balcão único eletrónico, onde é possível ao munícipe cumprir todos os atos e formalidades necessários para aceder e exercer uma atividade de serviços, com o objetivo de desmaterializar procedimentos e modernizar a relação da administração pública com os particulares; 6) O referido diploma legal substitui o regime de licenciamento prévio constante no DL n.º 48/96, de 15 de Maio em matéria de horários de funcionamento, passando o titular da exploração do estabelecimento, ou quem o represente a estar obrigado a proceder à mera comunicação prévia no balcão do empreendedor, do horário de funcionamento, bem como das suas alterações; 7) O horário de funcionamento de cada estabelecimento, as suas alterações e o respetivo mapa deixam de estar sujeitos a licenciamento, a autorização, a autenticação, a validação, a certificação, a atos emitidos na sequência de comunicações prévias com prazo, a registo ou a qualquer ato permissivo; 8) Nestes termos torna-se necessário adequar o regulamento dos Horários de Funcionamento dos estabelecimentos comerciais de prestações de serviço e venda ao público, atualmente em vigor, às disposições legais constantes do DL n.º 48/2011, de 1 de abril, por forma a garantir que o regime do Licenciamento Zero tenha uma plena e eficaz aplicação no plano municipal, propõe-se: 1) Aprovação da proposta de alteração ao regulamento dos Horários de Funcionamento dos estabelecimentos comerciais de prestações de serviço e venda ao público (art.º 64.º n.º 6 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; 2) A remessa da presente proposta para aprovação definitiva na próxima sessão da Assembleia (art.º 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações.” =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== *Senhor Presidente, se o Senhor Presidente autorizar, eu dava a palavra ao Senhor Vice-presidente para apresentar o ponto.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-presidente Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos à Assembleia.* =====

===== *Muito obrigado. Muito boa noite a todos. Senhor Presidente, Senhores Deputados. A alteração ao Regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais decorre de uma imposição do novo regime de licenciamento Zero, que vai entrar em vigor na próxima quinta – feira, muitos dos Regulamentos que nós vamos hoje aqui falar decorrem da imposição desse novo regime. Esse novo regime traduz-se numa série de ações que visa que os comerciantes e quem pretende exercer uma determinada atividade de serviços, possam obter licenciamentos ou autorizações recorrendo a uma plataforma eletrónica que se chama - o Balcão do Empreendedor e todo o procedimento tendente à obtenção do respetivo alvará ou da respetiva autorização pode ser feito via esse balcão e ser obtido na hora. E portanto, também aqui relativamente aos horários de funcionamento, basicamente e em traços genéricos dizer que, o horário de funcionamento e o mapa de horário vão estar isentos agora com o novo regime e portanto basta uma mera comunicação nesse balcão do empreendedor para estar autorizado com os horários que estão previstos. No fundo define os horários, mas a obtenção da documentação basta com a mera comunicação sem necessidade depois junto da Câmara Municipal obter os respetivos documentos.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar as alterações apresentadas.* =====

===== **Ponto dezoito:** *Regulamento Municipal de Publicidade – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:*
- No período de Discussão Pública obrigatória que se seguiu à aprovação da proposta em Reunião do Executivo de 04 de Dezembro de 2012 apenas foi apresentado sugestão de clarificação pelas Estradas de Portugal relativamente à necessidade de prévia autorização por este Instituto para a publicidade junto e visível das estradas nacionais e que não se encontra abrangida pela exceção prevista no n.º 3 do art.º 1 da Lei n.º 97/88 na sua atual redação; - Foram consultadas as seguintes entidades: - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I.P.; - As Estradas de Portugal; - O Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P.; - O Instituto da Conservação da Natureza e da biodiversidade, I.P.; - A Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. - Das entidades consultadas a única

sugestão de alteração/clarificação foi apresentada pelo Instituto de Estradas de Portugal. Alteração que foi introduzida no Regulamento conforme já mencionado; - Houve necessidade de proceder a um ligeiro ajustamento quer ao conceito de área contígua ao edifício/estabelecimento quer às condições de instalação de toldos, palas e alpendres por forma a uniformizar regras de instalação com o previsto no projeto de regulamento de ocupação do espaço público; - A análise realizada internamente apontou para a necessidade de inclusão de norma, nas disposições genéricas, que as distâncias ao passeio serão medidas à berma no caso de ausência deste; - Que compete à Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros Órgãos Autárquicos, apresentar, à Assembleia Municipal, propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.º 2 a 4 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações, e que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as posturas e regulamentos do Município com eficácia externa (art.º 53º, n.º 2, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações), propõe-se: 1- Que se submeta o presente Regulamento, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao Órgão Executivo, elaborado com fundamento legal nos art.º 112º, n.º 8 e 241º da Constituição da República Portuguesa, art.º 64º, n.º 4, alínea c) e art.º 53º, estes da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para aprovação definitiva, por forma a remetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação; 2- Após aprovação, a remessa do mesmo para publicação no Boletim Municipal.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O novo Regulamento Municipal da Publicidade também decorre do regime de licenciamento Zero, no fundo alarga a isenção das taxas de publicidade praticamente a toda a publicidade nos suportes publicitários que a gente conhece. No fundo só é devido o pagamento de taxas de publicidade no Município de Oliveira de Azeméis nos outdoors ou na sinalética comercial, de resto toda a publicidade inerente à atividade comercial dos estabelecimentos comerciais está isenta. Este Regulamento Municipal da Publicidade, o que regula no fundo são as condições de instalação dos suportes publicitários, isenta da publicidade que é também decorrente da taxa, mas, define as condições da instalação dos suportes publicitários isso é que é no fundo o objeto do Regulamento Municipal da Publicidade.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento de municipal de Publicidade.* ==

===== **Ponto dezanove:** *Alteração ao Regulamento Municipal de Instrução de Operações Urbanísticas e Atividades Conexas em Formato Digital – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando que: - No período de Discussão Pública obrigatória que se seguiu à aprovação da proposta de alteração em Reunião do Executivo de 15 de Janeiro de 2013 não foram apresentadas quaisquer sugestões de correção/alteração; - Que compete à Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros Órgãos Autárquicos, apresentar, à Assembleia Municipal, propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.º 2 a 4 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações, e que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as posturas e regulamentos do Município com eficácia externa (art.º 53º, n.º 2, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações), propõe-se: 1- Que se submeta o presente Regulamento, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao Órgão Executivo, elaborado com fundamento legal nos art.º 112º, n.º 8 e 241º da Constituição da República Portuguesa, art.º 64º, n.º 4, alínea c) e art.º 53º, estes da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para aprovação definitiva, por forma a remetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação. 2- Após aprovação, a remessa do mesmo para publicação imediata em Diário da República.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É uma pequena alteração ao Regulamento Municipal de Instrução de processos em Formato Digital, são pequenas alterações, conforme decorre da proposta, que resultam de alguns constrangimentos que nos têm sido colocados na Divisão de Obras Particulares e que nós aqui pretendemos corrigir e clarificar.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar as alterações apresentadas.* =====

===== **Ponto vinte:** *Alteração ao regulamento de taxas relacionadas com a atividade urbanística e operações conexas – Aprovação;* =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando que: - No período de Discussão Pública obrigatória que se seguiu à aprovação da proposta de alteração em Reunião do Executivo de 12 de Fevereiro de 2013 não foi apresentada qualquer sugestão de alteração externa. - Que compete à Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros Órgãos Autárquicos, apresentar, à Assembleia Municipal, propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.º 2 a 4 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações, e que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as posturas e regulamentos do Município com eficácia externa (art.º 53º, n.º 2, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações), propõe-se: 1- Que se submeta a presente alteração ao Regulamento n.º 297/2010 publicado na 2º série do Diário da República de 25 de Março de 2010, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao Órgão Executivo, elaborado com fundamento legal no disposto nos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, nas alíneas a), e) e h) do n.º 2 do artigo 53.º e na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 5 -A/2002, de 11 de Janeiro, nos artigos 3.º, 116.º e 117.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na atual redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, nos artigos 3.º, 6.º, 10.º, 11.º, 12.º e 15.º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, no artigo 3.º, nos n.º 1 e 2 do artigo 6.º, no n.º 2 do artigo 7.º, no artigo 8.º e no n.º 1 do artigo 10.º, todos do regime geral das taxas das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 53 -E/2006, de 29 de Dezembro (RGTA), e nos artigos 114.º a 118.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redação conferida pelo Decreto--Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, para aprovação definitiva, por forma a remetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação. 2- Após aprovação, a remessa do mesmo para publicação no Diário da República.” =====

=====
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== Esta alteração do Regulamento de Taxas relacionadas com a atividade urbanística, prende-se sobretudo, ou decorre, das novas atribuições cometidas às Câmaras Municipais no âmbito do licenciamento industrial. As indústrias do tipo III para além do licenciamento da edificação da indústria, propriamente dito, o licenciamento industrial neste tipo de indústrias agora passa a competir às Câmaras Municipais e portanto foi necessário alterar o regulamento de taxas para prever no regulamento de taxas o licenciamento correspondente ao licenciamento industrial. Nós aqui numa primeira fase, estas taxas são taxas que nós acolhemos, foram taxas determinadas pela Direção Regional de Economia, no fundo, a Direção Regional de Economia elaborou um estudo que apresentou a todos os municípios para

apresentar taxas homogéneas que todos os municípios impusessem nos respetivos municípios, essas taxas algumas vêm de encontro ao valor que resultou do nosso estudo de viabilidade económico-financeiro interno e outras ainda são de valores inferiores, essas foram as principais alterações que motivaram esta alteração do regulamento de taxas. Para além dessas, nós aproveitamos esse momento em que estávamos a alterar o regulamento para de alguma forma corrigirmos e clarificarmos também aqui algumas taxas e que se prendem sobretudo com uma densificação das taxas relativamente a determinados usos aos quais antes era aplicada uma taxa genérica superior ao uso propriamente dito que nós estávamos a licenciar. Só para vos dar dois tipos exemplos, que nós fizemos, mas que quem ler o regulamento vai-se aperceber, nós antes, na construção das piscinas leva-se um valor correspondente ao metro quadro de construção da habitação unifamiliar que era mais caro que o licenciamento específico das respetivas piscinas. Nós agora, para o licenciamento de um anexo ou de um muro, levamos, porque o custo de apreciação é menor, levamos uma taxa muito inferior, antes era cobrada uma taxa pela construção e portanto, agora foi densificado o montante das taxas em função da apreciação e do tempo despendido com a análise do próprio procedimento do licenciamento. No fundo, houve uma redução genérica das taxas e a introdução destas novas taxas decorrentes do licenciamento industrial. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a alteração ao referido regulamento. =====

*===== **Ponto vinte e um:** Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – Aprovação; =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
- No período de Discussão Pública obrigatória que se seguiu à aprovação da proposta em Reunião do Executivo de 12 de Fevereiro de 2013 não foi apresentada qualquer sugestão de alteração externa. - Foram apresentadas sugestões de alteração pelos serviços do Município – sugestões internas – as quais foram acolhidas na versão final agora apresentada. As alterações foram: a) Eliminação do artigo que identificada os elementos instrutórios para as operações de destaque uma vez que a matéria encontra-se prevista nas normas de instrução de processos relativos a operações urbanísticas; b) Eliminação da obrigação de publicitação das alterações de loteamento no local quando a notificação é realizada por meio de edital porque a publicitação da operação urbanística já é realizada no âmbito do RJUE; c) O artigo referente à legalização de construções no âmbito do art.º 53º do PDM foi corrigido nos seguintes aspetos: Eliminação da obrigatoriedade de vistoria para efeito de autorização de utilização garantindo-se assim a coerência com o princípio regra do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação de*

não realização de vistorias e, eliminação dos prazos para efeitos de execução de obra e taxas porque efetivamente não será realizada qualquer obra uma vez que se tratam de legalizações. d) Eliminação da condição prevista para a admissão de comunicações prévias à existência de obras de urbanização – em adiantado estado de execução – porque efetivamente se traduzia na imposição de um ónus a terceiros – adquirentes de lotes; e) Clarificação e definição do âmbito e procedimento de consulta/participação das Juntas de Freguesia; f) Clarificação de que para efeito de cálculo e consideração da existência de espaço de utilização do condomínio apenas será de aplicação aos edifícios de habitação coletiva, contabilizando-se somente para esse efeito os fogos (habitações) do edifício. - Que compete à Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros Órgãos Autárquicos, apresentar, à Assembleia Municipal, propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.º 2 a 4 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações, e que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as posturas e regulamentos do Município com eficácia externa (art.º 53º, n.º 2, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações), propõe-se: 1- Que se submeta o presente Regulamento, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao Órgão Executivo, elaborado com fundamento legal no disposto nos artigos 112.º, n.º 8, e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado no artigo 3.º Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelas Leis n.º 13/2000, de 20 de Julho, e 30-A/2000, de 20 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, pelas Leis n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro, e 4-A/2003, de 19 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de Agosto, pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, e pelos Decretos-Leis n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e 116/2008, de 4 de Julho e Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, e do estabelecido no artigo 53.º, n.º 2, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para aprovação definitiva, por forma a remetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação. 2- Após aprovação, a remessa do mesmo para publicação no Diário da República.”

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação decorre da entrada em vigor do novo PDM e do Regulamento do PDM. O Regulamento do PDM é um regulamento mais genérico e abstrato que, no fundo, está concretizado através deste Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. Basicamente houve uma clarificação do conceito de construções anexas, houve, um aumento, uma ampliação do que nós entendemos do que são obras de escassa relevância urbanística e portanto obras isentas de controlo por parte da Câmara Municipal, há um grande conjunto de obras que nós agora dispensamos do respetivo licenciamento e portanto basicamente são estas alterações. Há novas regras, mais claras, para os anexos e os muros de

vedação, são regras que resultam da entrada em vigor do novo PDM e que nós aproveitamos também para corrigir algumas situações que importava clarificar ao abrigo do anterior Regulamento Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o referido regulamento. =====

===== **Ponto vinte e dois:** Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que no período de discussão pública obrigatória, que se seguiu à aprovação em reunião do executivo de 12/02/2013, da proposta de regulamento, não foi apresentada por escrito qualquer sugestão de alteração; - que no mesmo período de discussão pública existiram, contudo, manifestações verbais de empresários (comércio e diversos serviços), lembrando o executivo das dificuldades que o setor económico atravessa, com aumento de impostos e de outras sobrecargas financeiras, solicitando medidas de incentivo e de estímulo às atividades económicas; - que da dinamização do setor resultará a promoção e animação dos centros urbanos, não só da cidade como dos centros das freguesias; - que apesar da fundamentação económico financeira, apresentada em anexo, determinar a subida acentuada do valor das taxas relativamente às aplicadas atualmente, dada a conjuntura económica que o país atravessa, se entende ser de manter a aplicação dos valores das taxas praticadas a esta data, no que respeita ao valor unitário de ocupação por metro quadrado ou por metro linear, sendo contudo introduzidas/atualizadas as taxas relativas à tramitação do procedimento a que se encontra sujeita a ocupação do espaço público (taxa de apreciação, aditamentos, emissão de alvará); - que se entende proporcional, equilibrado e de estímulo à atividade económica, que a deliberação tomada por unanimidade, em Assembleia Municipal de 30/09/2010, da isenção de taxas da ocupação do espaço público com esplanadas e outros equipamentos de suporte a atividades de animação e promoção de atividades culturais, comerciais ou outras, nas ruas e praças pedonais da cidade, se estenda a todo o concelho, independentemente de se tratar ou não de ruas e espaços pedonais; - que também no mesmo princípio, se entende dever isentar de taxas a instalação dos toldos nas fachadas dos estabelecimentos, uma vez que estes proporcionam conforto aos utentes, abrigando-os das condições climatéricas e também porque estes permitem a publicidade do estabelecimento, estando a sua mensagem publicitária (salvo raras exceções, isentas de licenciamento e de taxas); - que, na sequência das considerações registadas nos parágrafos anteriores, foi introduzido um novo artigo no regulamento que determina a isenção de taxas relativas ao valor unitário de ocupação por metro quadrado ou por metro linear, pela

ocupação do espaço público com instalação de esplanadas e estrados de apoio às mesmas, durante os períodos de tempo correspondentes à primavera e verão, de cada ano, bem como pela ocupação do espaço público com toldos; - que houve necessidade de proceder a ligeiras alterações de redação quer no conceito de área contígua ao edifício/ estabelecimento, quer nas condições de instalação de toldos, palas e alpendres, por forma a uniformizar tais disposições com o regulamento da publicidade; - que houve necessidade de corrigir o Anexo constante do regulamento, com alteração do Quadro I, incluindo neste a taxa relativa ao procedimento de comunicação prévia com prazo, que não carece de emissão de alvará, eliminando-o do Quadro II; - que compete à Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros Órgãos Autárquicos, apresentar à Assembleia Municipal, propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.ºs. 2 a 4 do art.º 53º da Lei nº 169/99 de 18/09 e posteriores alterações, e que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização de funcionamento, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as posturas e regulamentos do Município com eficácia externa, propõe-se: - que o presente regulamento, documento elaborado com fundamento legal nos art.º 112º, nº 8 e 241º da Constituição da República Portuguesa, art.º 64º, nº 4, alínea c) e art.º 53º da Lei nº 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/01, e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, seja submetido ao Órgão Executivo e posteriormente remetido à Assembleia Municipal, para aprovação definitiva. - Após aprovação, a remessa da versão final do regulamento, anexa à presente proposta, para publicação no Boletim Municipal.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos. =====

===== Relativamente ao Regulamento de Ocupação do Espaço Público, também vem em cumprimento da necessidade de adaptação deste Regulamento à entrada em vigor do novo Regime do Licenciamento Zero. Basicamente, há aqui três tipos de procedimentos que resultam dessa entrada em vigor, nós tivemos que adaptar, agora em vez de existir um procedimento que era só licenciamento de ocupação do espaço público, passam a existir mais dois procedimentos que estão aqui definidos no artigo 4º e nós aqui só queríamos referir duas situações: Uma é que, apesar do estudo de viabilidade económico-financeiro apontar para valores de taxas superiores aos existentes, nós atendendo à conjuntura económico-financeira e social dos dias de hoje e por forma a não prejudicar, ou onerar o comércio e a atividade dos serviços no nosso concelho, entendemos manter o valor das taxas que atualmente existem e desde 2009 que estão em vigor. Para além disso, decidimos, no seguimento de deliberações já tomadas anteriormente, manter a isenção das taxas para os períodos de primavera e verão para a ocupação de espaço público com esplanadas e os estrados anexos a essas esplanadas. E decidimos manter, até numa lógica de coerência, a isenção das taxas devidas pela publicidade e, face à solicitação de diversos comerciantes, a isenção das taxas pela instalação dos toldos nas fachadas dos estabelecimentos.

Basicamente foram estas as alterações. Portanto, em conclusão, existem agora três procedimentos decorrentes do licenciamento zero. E decidimos, também como estímulo à atividade económica, a isenção de taxas de ocupação de espaço público com esplanada e dos toldos nas fachadas dos estabelecimentos. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o referido regulamento. =====

*===== **Ponto vinte e três:** Regulamento de Gestão da Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - tendo terminado o prazo da discussão pública relativa à proposta do Regulamento de Gestão da Área de Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro, só foi rececionada uma sugestão de alteração da sua redação, registada através do documento I/7625/2013; - a análise do exposto e proposto suscita duas possíveis interpretações as quais nos merecem a seguinte ponderação: 1ª interpretação - a proposta visa um novo enquadramento legal para os contratos já celebrados com as empresas YGE - YSER GREEN ENERGY, S.A., GOODRYSER - FOREST MANAGEMENT, S.A. e WUHAN INDUSTRIES, LDA, o que consideramos ser desnecessário, face à ratificação das normas e respetivos contratos em Assembleia Municipal de 21/12/2012; 2ª interpretação - a proposta visa, invocando o princípio da igualdade, proporcionar às 3 primeiras novas candidaturas apresentadas após a entrada em vigor do regulamento, benefícios/bonificações sobre o preço base de aquisição superiores ao previsto na proposta de regulamento, intenção que nos suscita dúvidas sobre o cumprimento de tal princípio, uma vez que o facto de serem validadas as 3 primeiras candidaturas, tal não significa que reúnam todos os requisitos para usufruírem do desconto/bonificação sobre o preço base de aquisição do lote, resultando esta ação numa perfeita contradição do que são os princípios do regulamento; - a esta interpretação, acresce o facto de que os descontos/bonificações proporcionados às empresas que celebraram os primeiros contratos, tiveram como objetivo fundamental a imediata aquisição de lotes, como forma de captação do investimento e sobretudo como forma de demonstração da implementação e do sucesso da operação urbanística junto do gestor da candidatura, acautelando deste modo a não aplicação das disposições constantes na Resolução do Conselho de Ministros de 15 de março de 2012; - já foram apresentados na Câmara Municipal vários pedidos e projetos para instalação de indústrias de empresários oliveirenses, em lotes desta área de acolhimento, ao abrigo das Normas Disciplinadoras atualmente em vigor e que, por terem já implicado custos inerentes à elaboração dos projetos, à submissão destes a outras entidades com vista aos respetivos financiamentos para a sua instalação, devem merecer

da parte da Câmara Municipal a tutela da confiança e das expectativas geradas e consubstanciadas nessas normas. Propõe-se: - a aprovação, ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 7 do art.º 64º da Lei 169/99 de 18/09 na redação dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11/01, do Regulamento de Gestão da Área de Acolhimento Empresarial de Ul Loureiro sem introdução das alterações sugeridas no requerimento apresentado pelos vereadores do Partido Socialista, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, face aos argumentos já aduzidos e, no seguimento do último considerando, com o acrescento de norma transitória, prevista no nº 2 do artigo 25º, para os projetos já apresentados ao abrigo das normas disciplinadoras em vigor.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos. =====

===== Portanto, este é um novo Regulamento, agora, que visa sobretudo definir as regras para a adjudicação dos lotes da Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro e depois mais tarde uma forma de definir como é que será feita a gestão depois da respetiva Área de Acolhimento Empresarial. No fundo, foi feita uma proposta inicial de Regulamento, como vocês sabem, até à elaboração deste regulamento todas as candidaturas apresentadas dos diversos investidores que se queiram instalar na Área de Acolhimento Empresarial tem sido baseadas num conjunto de Normas Disciplinadoras que foram definidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e que foram ratificadas posteriormente. E nós, com este instrumento, com este Regulamento estamos, no fundo, a dar uma maior abrangência a uma série de situações que nos foram colocadas de uma forma genérica e de uma forma geral a todos os interessados que pretendam saber a melhor forma de se instalarem nesta Área Empresarial. Nós, no fundo, aqui definimos: Como é que são transmitidos; Quais é que são as obrigações gerais dos interessados em investir na Área de Acolhimento Empresarial; Qual é o preço do metro quadrado a praticar pela aquisição do respetivo lote; Quais são as bonificações que os investidores podem obter e até quanto podem obter, pela aquisição do respetivo lote; Quais são os critérios que vão nortear a Câmara Municipal na apreciação das respetivas candidaturas e de modo é que elas poderão ser apreciadas e valorizadas; A quem é que compete a aprovação das respetivas candidaturas e que é ao órgão Câmara Municipal; Como é que será feita a atribuição dos respetivos lotes; A formalização da alienação, no fundo define aqui as regras todas. Durante o período de discussão pública foi apenas sugerida uma alteração, mediante proposta dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, que não foi aceite devido aos fundamentos que constam da respetiva proposta. E para além disso, foi incluído uma norma transitória, devido ao facto de já existirem três candidaturas de empresários oliveirenses que ao abrigo das Normas Disciplinadoras apresentaram a respetiva candidatura, iniciaram e elaboraram os seus projetos, dirigiram-se a entidades financiadoras para verem a possibilidade de financiamento das respetivas candidaturas e nós introduzimos uma norma transitória que está no artigo 25.º,

nº 2 do Regulamento, que diz: “Aos projetos já apresentados, aplicam-se as Normas Disciplinadoras em vigor, (portanto, as anteriores) desde que os mesmos sejam aprovados em reunião de câmara e assinado o subsequente contrato de promessa de compra e venda do lote com o município, no prazo de 90 dias a contar da entrada em vigor deste regulamento.” Ou seja, no fundo, para salvaguardar três situações existentes que foram ajustadas e acertadas com os investidores ao abrigo das Normas Disciplinadoras anteriores. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição dos Senhores Dr. Fernando Pais Ferreira, Dr. Miguel Portela e Rui Luzes Cabral. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== Senhor Vice-presidente da Câmara, eu ouvi com atenção e esperava que desse uma resposta cabal ao “chumbo” (entre aspas) da proposta dos Vereadores do Partido Socialista, mas, eu não me vou alongar e tecer aqui as considerações que já anteriormente teci relativamente a este processo. Aquilo que o Senhor Vice-presidente da Câmara disse, com aquela Norma Transitória, foi o seguinte: - Nós temos aqui a Área de Acolhimento Empresarial, a Área de Acolhimento Empresarial tem um Regulamento, esse Regulamento vai disciplinar todo o processo formal tendente à aquisição dos lotes, a sua atribuição, ao respetivo preço e aos eventuais descontos que pode haver. Só que, essa Norma Transitória diz o seguinte: - Diz, atenção que três empresários oliveirenses, é assim que o Senhor os classifica, que de empresários oliveirenses só têm a sede em Oliveira de Azeméis, todos nós já percebemos até o Senhor Presidente da Câmara os apelidou de chineses, não sei se são chineses, mas são alguém, que negociaram diretamente sobre umas Normas Disciplinadoras em que compraram quase metade da Área de Acolhimento Empresarial sem qualquer vinculação a um regulamento que nós vamos aprovar, agora, que é para os outros e sujeito a umas Normas Disciplinadoras que entretanto foram feitas, elaboradas, sem qualquer ratificação em reunião de Câmara. Esta é a situação. Preocupa-nos isto claramente, preocupa-nos que no “silêncio” dos gabinetes (entre aspas, silêncio) se negocie metade da Área de Acolhimento Empresarial e se obtenha um desconto, para os tais três empresários oliveirenses, de centenas de milhares de euros. E “branqueando” toda esta situação (e branqueando entre aspas e com todo o devido respeito), nós agora estamos a construir um regulamento que é aplicado aos empresários oliveirenses a quem se quer dirigir. Obviamente este tipo de procedimento, quanto ao Partido Socialista, é francamente criticável. Não obstante e nós compreendemos as alusões e eu vou dispensar o Senhor Presidente da Câmara de fazer uma replica à minha intervenção, que disse: - Epá, vocês; - Nós temos aqui uma solução maravilhosa; - Nós temos aqui investidores que querem investir; - As outras áreas de acolhimento empresarial adjacentes aqui ao concelho estão sem ninguém, sem investidores e nós tínhamos que fazer aquilo porque o chinês diz, epá calma lá

chinês que nós agora vamos aprovar o Regulamento, - Não, não, é agora ou nunca mais. De qualquer maneira, nós, não obstante entendermos isto, não percebemos muito bem como é que isto é numa linguagem de gestão pública transparente. E portanto isto era uma introdução que eu queria fazer relativamente ao tema, porque nós relativamente ao regulamento, de facto, além dessas duas situações aquela tal Norma transitória que foi agora introduzida para branquear a situação passada. As Normas Regulamentares não nos oferecem nenhuma crítica, são Normas absolutamente técnicas e de índole técnico. Só que, pelo menos, Senhor Vice-presidente e Executivo Camarário, nós a exemplo do que fizeram os Vereadores e agora com maior equidade, nós queremos que aqueles empresários que agora se candidatam a adquirir os lotes tenham pelo menos uma igualdade de tratamentos, ou tratamento igual, aqueles que por negociação direta e através das tais Normas disciplinadoras compraram os lotes. Nós sufragamos, a exemplo do que a Vereação Socialista fez, nós sufragamos uma alteração ao regulamento cujo a proposta de deliberação nós temos aqui e que vou passar a ler para ser primeiro, votada para apreciação e em segundo lugar cremos a vossa anuência para o seguinte: Eu vou passar a ler, a proposta é do seguinte: “ Considerando que: - Por despacho de 02.05.2011, foram criadas as Normas Disciplinadoras para a Gestão do Investimento Privado na Área do Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro. Considerando que: - O referido despacho nunca foi devidamente ratificado em reunião do executivo camarário, conforme previsto na lei, o que pode determinar a sua anulabilidade. Considerando que: - As Normas Disciplinadoras, que nunca foram tornadas públicas, previam que os três primeiros contratos de alienação de parcelas de terreno beneficiassem de descontos de 50% e 40% relativamente ao preço base definido, o que se traduziu num benefício para os privados superior a 1 milhão de euros. Considerando que: - Na reunião de executivo camarário em 04.12.2012, o Regulamento de Gestão da Área de Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro aprovado, não prevê igualdade de tratamento para todos os empresários que se pretendam instalar na Área de Acolhimento, pelo que importa assegurar igualdade de oportunidades para todos sob pena de se privilegiar, de forma ilegítima, alguns investidores privados com base em regras definidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal em clara (entendemos nós) usurpação de competências; - Assim, os Membros da Assembleia Municipal concordando com todos as Normas constantes do Regulamento propõe apenas que: - Seja aditado ao Art.º 6º, do Regulamento - Preços e Bonificações, do Regulamento de Gestão da Área de Acolhimento Empresarial Ul-Loureiro, o seguinte ponto: 5 a) As primeiras duas candidaturas validadas ao abrigo do Regulamento usufruem de 50% de desconto sobre o preço base de aquisição; 5 b) A terceira candidatura validada ao abrigo do Regulamento usufrui de 40% de desconto sobre o preço base de aquisição;” Assim, entendemos nós, entende o Partido Socialista que ficariam criadas condições de igualdade relativamente às três outras empresas oliveirenses, que de oliveirense têm apenas o facto de serem registadas aqui em Oliveira de Azeméis, criariam uma situação de igualdade relativamente aquelas pessoas que agora tomaram conhecimento do Regulamento. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.* =====

===== *Muito obrigado. Senhor Presidente, deixe-me só dar aqui duas ou três explicações até porque o Senhor Deputado Pais Ferreira está a fazer uma grande confusão, quando se fala nas Normas Transitórias e nas empresas oliveirenses estamos a falar de grandes empresas oliveirenses, concretamente, Azemoldes; Novarroz; Caçarola e JDD Moldes. Sim, nós temos que fazer o contexto e ver as atas e ver o que se andava para aí a dizer sobre esta matéria, que não havia espaço para as empresas oliveirenses, que os oliveirenses não tinham espaço, que isto tinha sido tudo feito não sei quê? O que é certo, e o Dr. Rui Luzes Cabral está aqui presente é o Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, pode confirmar, passa lá com mais frequência do que os Senhores e convidado desde já o Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira também a visitar a zona, já não suja os sapatos agora que já deixou de chover, estas empresas estão lá, estão lá, estão feitas e algumas até já estão a laborar, criaram emprego. Pessoas que hoje já vivem em Loureiro, não viviam em Loureiro, compraram casa em Loureiro e vivem em Loureiro. É que às vezes e Senhor Deputado é uma pessoa atenta deve ter visto na SIC, não foi na TVcabo foi na SIC generalista, portanto no canal 3, que deu um conjunto significativo de parques empresariais de áreas de acolhimento empresariais espalhadas pelo país todo, cheias de infraestruturas, todas bonitas sem uma empresa e a dizerem: - onze milhões; - dez milhões; - nove milhões; - cinco milhões investidos, zero empresas. O Senhor, em Oliveira de Azeméis, tem o contrário. Tem uma Área de Acolhimento Empresarial que ainda não está construído e já tem empresas, ainda não tem as infraestruturas prontas e já criou riqueza, já criou emprego e vai continuar a criar. E quando se dizia, demagógicamente, que as empresas de Oliveira de Azeméis não iam ter espaço, não é verdade como se prova. E posso-lhe dizer estas estão formalizadas, estas estão formalizadas, porque há muitas outras que também querem ir para este espaço e nós queremos atrair o maior número de empresas de qualidade. E portanto, repare, nós temos que perceber aqui o que é que queremos? Se queremos uma Área de Acolhimento Empresarial com empresas, que crie emprego? Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira é a segunda vez que lhe vou dizer isto e o Senhor seguramente se vai recordar e o Senhor, para além da sua atividade política, aqui em Oliveira de Azeméis como membro da Assembleia Municipal, tem uma outra atividade profissional muito ligada a negócios e o Senhor já deve ter ouvido falar em duas coisas: O que é oportunidade de negócio e que se perde naquele instante; E o que é outra coisa, que é a alavancar grandes projetos. Eu sei que o Senhor sabe o que é isto e que o Senhor domina isto como ninguém, eu sei que o Senhor sabe isto. Agora, é o que se passa aqui. Pois, pois com certeza, não, não, eu ouvi o que o Senhor disse. E portanto, estamos a falar de alavancar uma área de acolhimento empresarial que hoje já se lá passa e já se lá vê as empresas, já se lá vê os empresários. Eu participei ainda há pouco tempo num especial do Correio de Azeméis, sobre as empresas, fui à rádio convidado pela Azeméis FM e ouvi atentamente as palavras do representante da Associação Empresarial do Concelho de Oliveira*

de Azeméis que explicou tintim por tintim como é que estas coisas acontecem. Ele é que é empresário, você não é empresário. Ele explicou esta coisa muito bem dos custos de oportunidade, ou se agarra, ou não se agarra. Senhor Deputado Pais Ferreira, o Senhor daqui a uns tempos vinha qui dizer-me assim. – Olhe que rico investimento que fez em Loureiro, gastou lá onze milhões de euros, não tem lá uma empresa. Ouça, não duvide. E o Senhor agora tem ao contrário, o Senhor tem lá as empresas. E olhe, eu quero é que aquilo esteja rapidamente preenchido de empresas, quero que aquilo crie riqueza, quero que aquilo crie emprego para podermos pensar nos próximos trinta ou quarenta hectares na segunda fase da Área da Acolhimento Empresarial e acho que nisso o Senhor também está de acordo comigo. O Senhor quer retomar a discussão que já fizemos numa outra Assembleia Municipal? Estamos aqui, vamos retomar outra vez essa discussão. Agora, perceba, o que ali foi feito. O Senhor diz, - mas isto devia ter sido assim, devia ter sido assado. Eu não estou a contrariar a metodologia que o Senhor aqui falou. Agora, aquilo está feito. Está feito e na minha opinião, está bem feito. E portanto, acho que devíamos todos era estarmos tranquilos, serenos e desejarmos que rapidamente aquela área de acolhimento empresaria esteja toda tomada. Sabe que o principal problema do país e o Senhor, não sei se esteve no passado fim-de-semana, em Santa Maria da Feira, no congresso do PS e também lá foi dito, o principal problema do país é o crescimento da nossa economia e o desemprego. A Área de Acolhimento Empresarial encaixa perfeitamente nisto, crescimento da economia com empresas. E as empresas a criar emprego, para combater o quê? O desemprego. Temos que ser coerentes, Senhor Deputado. Temos que ser coerentes, peço que tenha paciência, mas a discussão estarmos aqui outra vez das Normas e das Normas eu acho que já passou, sinceramente. Muito obrigado.=====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Em relação a este Regulamento, não me pareceu que o regulamente tivesse qualquer problema em si. Na altura a adjudicação às empresas que se falou, nós votamos contra porque achamos que não tinham sido cumpridos os requisitos, neste momento não é isso que está em questão. Muito sinceramente, também acho que se previrmos no Regulamento que as três primeiras vão ter um desconto vai ser injusto para a quarta, quinta e sexta, acho que também não será por aí que poderemos resolver, penso eu. Eu vejo a preocupação em resolvermos o que achamos que foi feito errado. Também não sei se será essa alteração? Mas não é isso que está nesse momento em votação, daí a nossa votação neste sentido ser favorável. Votamos contra quando tínhamos que votar contra. E acho que o mal que está feito já não dá para remediar e não seria talvez com essa alteração que o conseguíamos. Percebo a preocupação. É mau ter acontecido, já votamos contra. Neste momento penso que já não valerá na minha opinião e não será por aí que vamos desfazer o que está mal feito. =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Rui Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro.* =====

===== *Boa noite a todos. Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Executivo, caros colegas Presidentes de Junta, público, Deputados, Senhor Presidente da Junta de Nogueira do Cravo muito obrigado pela receção. Eu no início da discussão deste ponto, nunca pensei poder vir aqui intervir. Imaginem como as coisas em política são tão rápidas quando numa discussão muitas vezes podemos mudar o nosso sentido e o nosso pensamento. Mas, já que se está a falar da Zona da Área de Acolhimento UI/Loureiro e geralmente quando falam nestes pontos sinto muita gente na sala a olhar para mim com alguma curiosidade para saber a forma como é que me podem (entre aspas) “entalar”, eu já sei como é que são as coisas em política, mas sou novo e ando nisto há pouco tempo e sei como é que se processam estas coisas. E para alavancar a zona ou ajudar a alavancar ainda mais a Área de Acolhimento Empresarial UI/ Loureiro nós temos tido uma preocupação muito grande nas acessibilidades e na forma como demonstramos aos investidores como se chega aquela Área de Acolhimento Empresarial. Aliás, tem sido nota pública a minha preocupação em relação a isso e até para com o executivo também em relação a essa matéria. E portanto, nesse sentido, ainda esta semana, encomendamos e estendemos na rua da Vidigueira quase 20 toneladas de alcatrão a frio para resolver uns graves problemas que lá existem, não só na rua da Vidigueira mas também nos acessos à zona industrial. Por isso, o Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro está preocupado e sempre tem acarinhado essa zona industrial e tem trabalhado nesse sentido. E já agora que se discute este ponto, aqui na Assembleia Municipal, pedia mais uma vez ajuda à Câmara Municipal para que tenham um especial atenção para essa rua, já há muito tempo que tenho vindo a referir isso e noutras ruas a Junta de Freguesia tem intervido e vai continuar não há problema nenhum quanto a isso, mas aquela rua está muito complicada e portanto queria fazer ressalva a esse ponto já que falamos aqui em relação a isso. Quanto ao resto, o sentido de voto é o mesmo que sempre tive em relação a estas questões e portanto vou mantê-lo da mesma forma e nos mesmos propósitos e julgo que nesse ponto sabem que o Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro pensa pela sua cabeça, pode pensar mal umas vezes e pode pensar bem nas outras, mas é assim é da vida. Obrigado.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a admissão da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partidos Socialista, a qual foi admitida por unanimidade.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS.* =====

===== *Senhor Presidente, há aqui alguma confusão. Nós criticamos todo este processo e neste momento o que nós estamos a discutir é que há uma relação que não é igual, é absolutamente desigual, entre a aplicação das Normas Disciplinadoras e Normas Transitórias. Ou seja, há uma desigualdade de tratamento que nós com esta proposta queremos evitar que surja. Não está em causa o facto das vendas, não estamos obviamente contra isso, estamos contra a metodologia que foi feita e queremos apenas com esta proposta salvaguardar uma questão que para nós é uma questão de igualdade de tratamento.* =====

===== *Colocada à votação a proposta apresentada pelo Partido Socialista, foi a mesma rejeitada por maioria, com a seguinte votação: Votos a favor do PS; Votos contra do PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; Abstenções – duas do CDS/PP.* =====

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e três à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar o Regulamento de Gestão da Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro, com a seguinte votação: Votos a favor - vinte e sete do PSD, dois do CDS/PP e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; Votos contra – dez do PS; Abstenções – Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro e Presidente da Junta de Freguesia S. Roque.* =====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== *No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia disse:* =====

===== *Portanto, chegamos ao final do Período da Ordem do Dia. Queria desde já anunciar aos Senhores Deputados que a próxima Assembleia Municipal, se irá realizar em Macieira de Sarnes, em Junho. Se tinha dito em S. Roque? Não. O que nós tínhamos combinado era o seguinte: Havia uma promessa com o Dr. Figueiredo e com o Presidente da Junta de S. Roque de se entenderem e ficarem de me dizer alguma coisa. Até hoje não me disseram. Como não me disseram. Ainda temos mais uma ou duas. Não tem qualquer problema, faltam duas, portanto escolhe a que quiser. Portanto a próxima será em Macieira de Sarnes e penso que é a primeira vez, pelo menos que eu me recorde e penso que nunca houve depois do 25 de Abril nenhuma Assembleia Municipal em Macieira de Sarnes e queria agradecer a disponibilidade do Senhor Presidente da Junta, o André, de realmente nos ir receber na próxima Assembleia. Muito obrigado por isso também.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Fernando Neves e Amílcar Braga.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor ao Senhor Dr. Fernando Neves, residente na freguesia de Nogueira do Cravo.* =====

===== *Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Deputados, Presidentes de Junta, Senhores dos Órgãos de Comunicação Social, Senhoras e Senhores, muito boa noite. Antes mais quero agradecer o reconhecimento público nesta Assembleia pelo Senhor Presidente Da Câmara pelo papel cívico que eu e as minhas duas colegas arqueólogas tivemos ao denunciar os cinco casos de destruição de património de Oliveira de Azeméis. Então agora passando ao assunto que nos trouxe cá. Como jovens oliveirenses, licenciados em arqueologia, vimos alertar para um conjunto de situações de destruição de património arqueológico do concelho. Ao longo dos últimos anos, têm sido realizadas várias obras lesivas para o nosso património arqueológico, que condicionam o conhecimento da nossa história e identidade local, reduzindo consequentemente a nossa importância no panorama nacional. Infelizmente, neste último ano, o número destas situações tem vindo a aumentar, levando-nos a alertar, informal e formalmente, os organismos locais e nacionais com responsabilidades de proteção e salvaguarda do património cultural. As empreitadas em causa estão maioritariamente ligadas a reflorestações e limpezas de mato; abertura e pavimentação de caminhos; restauro de capelas e igrejas, bem como obras de melhoramento das áreas envolventes. São obras promovidas por privados e, por vezes, até por entidades públicas em espaços que estão bem identificados no nosso PDM como sítios ou zonas de sensibilidade arqueológica, o que faria supor a existência de um rigoroso licenciamento e uma avaliação dos riscos patrimoniais que as obras teriam para os sítios. Ao longo do último ano identificamos alguns destes casos, nomeadamente: Outeiro do Castro/ Parque da La-salette, em Oliveira de Azeméis; Monte de São Marcos, em Fajões; Castro de Recarei, em S. Martinho da Gândara; Castro de Ossela, em Ossela; Igreja de Ul, em Ul, sendo que apenas esta última não está incluída em PDM, apesar de desconhecermos se está ou não salvaguardada através do “regulamento municipal sobre o património”. Infelizmente: A frequência destas ações lesivas para o nosso património, que se perde irremediavelmente e que certamente ocorrem em maior número do que aquele que temos conhecimento; O aumento exponencial do número de edifícios históricos abandonados e devolutos a degradarem-se, colocando em risco a segurança pública, em certos casos; O tratamento demorado e passivo a que têm sido sujeitas as comunicações formais e denúncias oficiais junto da Câmara Municipal; A ausência de informação oficial que aponte para relatórios técnicos da câmara ou estudos prévios às obras, que comprovem a legalidade destas obras e estabeleçam as respetivas condicionantes e medidas minimizadoras e compensatórias para o património leva-nos a concluir que estamos perante um grave problema. Este problema, parece existir no processo de licenciamento de obras, no que toca à proteção, salvaguarda e valorização destes espaços patrimoniais, importantes para todos os oliveirenses e futuras gerações, mas também, com o potencial turístico inegável, se fossem tomadas medidas*

no sentido de os tornar acessíveis ao público. Sabemos ainda, pela experiência das nossas intervenções, que a fiscalização e os embargos dessas obras não se têm revelado tão produtivas na busca de soluções, após os incidentes, como seria desejável. Observa-se também um grande distanciamento entre proprietários de terrenos com condicionantes arqueológicas e a Câmara Municipal e uma total falta de comunicação entre as partes, que certamente evitaria muitas destas situações. O nosso objetivo, ao apresentar hoje aqui estas situações, não passa por apontar o dedo ou encontrar culpados. Queremos proteger o património cultural oliveirense, preservar as infraestruturas que fazem parte da nossa história e do passado do nosso concelho. Queremos tentar valorizar o pouco que ainda resta e que pode ser útil para explicar como viviam os nossos antepassados neste território, que atualmente se chama Oliveira de Azeméis. Queremos alertar que, para além da importância histórica destes locais, estes, estes sítios podem ser um verdadeiro motor económico e turístico do nosso concelho, à semelhança do que se passa noutros municípios. Estamos aqui porque não podemos pactuar deontologicamente, moralmente e eticamente, com ataques que, a nossa geração, tem sucessivamente feito ao nosso passado, sem que sejam tomadas medidas mínimas de prevenção e de conservação desses sítios históricos, que sobreviveram séculos e séculos sem sofrerem tantos danos como neste curto espaço de tempo atual. Desta forma, propomos e colocamos à consideração desta Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis que promovam uma série de ações que, acreditamos, podem ajudar em muito à preservação da nossa memória coletiva e perpetuar o nome deste concelho nos Annaes da História. Em primeiro lugar, parece-nos necessário que, em local próprio, talvez uma Comissão, se apurem as responsabilidades dos falhanços de licenciamento destes e outros processos semelhantes e se estabeleça um código de práticas que permita colocar um ponto final a esta série de más práticas, tendo como missão verificar rapidamente se existem falhas de comunicação que possam ser supridas entre os técnicos e divisões da Câmara Municipal. Em segundo, é da maior importância que a Câmara Municipal identifique e entre em contacto com todos os proprietários dos terrenos localizados em zonas de sensibilidade patrimonial e arqueológica identificados em PDM com a intenção de sensibilizar os mesmos do valor patrimonial e da importância histórica do respetivo local e explicar todos os direitos e deveres legais a que estão sujeitos, impedindo assim que o desconhecimento seja usado como atenuante de ações danosas sobre o nosso património. Em terceiro, que sejam tomadas medidas, pela Câmara Municipal, a curto prazo que minimizem, estudem e compensem, as zonas já afetadas. (entrego um documento que não vou ler cá mas que mostram à Câmara Municipal a nossa opinião sobre essas medidas). Por último, propomos ainda que seja efetuado um estudo sobre o estado de conservação/degradação das zonas assinaladas em PDM, que possa ser tornado público e debatido, tendo o objetivo de criar e apresentar medidas concretas a aplicar nesses mesmos sítios, face ao seu estado de degradação, de risco e de pressão destrutiva. Em conclusão, queremos ainda dizer frontalmente a Vossas Excelências que comentários como: “Lá, não existe nada”, ou “Aquilo é uma lixeira”, ou ainda “ Aquilo está tudo partido e por isso não presta e não é importante”, (isto são comentários que eu ouço quase

diariamente aqui neste concelho, neste e nos outros) não correspondem à verdade, Como Vossas Excelências certamente sabem, cabendo a todos os responsáveis dentro desta sala dizer isso mesmo e explicar que as regras dos licenciamentos foram feitas para serem cumpridas, e que se os sítios foram colocados sob proteção em PDM, ou até, como o Castro de Ossela, estão classificados como Imóvel de Interesse Público, houve uma razão legítima para tal acontecer. Compete a todas as pessoas dentro desta sala explicar a importância histórica do nosso concelho e implementar todas as medidas de salvaguarda, proteção e valorização dos sítios que possam ser relevantes para o desenvolvimento e prestígio de Oliveira de Azeméis. Cabe a todos os oliveirenses, com ou sem responsabilidades políticas, com ou sem responsabilidades técnicas ou executivos, dizer: “Basta, de destruir. Vamos preservar e recuperar o nosso património.” Porque conhecer o nosso passado é tão importante como construir o nosso futuro e porque as atuais e novas gerações de oliveirenses merecem conhecer melhor a história deste território, compete a esta Assembleia Municipal e a este Executivo Camarário ser a primeira linha de defesa da história do concelho de Oliveira de Azeméis, porque tudo o que é destruído hoje não é recuperado amanhã. Se, no caso da construção da barragem em Foz Côa, na década de noventa, se utilizou o slogan “As gravuras não sabem nadar”, para defender um inestimável Património da Humanidade, o que aqui fizemos hoje não foi mais do que dizer que “Os sítios arqueológicos não sabem falar” e, única e exclusivamente por isso, falamos nós aqui por eles. Queria ainda apresentar e convidar Vossas Excelências para o seminário de proto-história e romanização com o tema “Divulgar o Conhecimento pode ajudar à mudança social”, que vai decorrer no dia 18 de Maio de 2013, no Museu-Regional, organizado pela Sara e pelo Museu Regional de Oliveira de Azeméis. Muito obrigado e boa noite. =====

===== Pelo Dr. Fernando Neves foi entregue à Mesa da Assembleia o seguinte documento, o qual se transcreve: “Qual a nossa postura/soluções imediatas e a médio longo prazo para o problema? Apesar da nossa estreita ligação á arqueologia, somos jovens oliveirenses que não se conformam com a consecutiva destruição do património e, por essa razão, optamos pela denúncia e divulgação destas situações. O nosso interesse é puramente o da proteção e salvaguarda do património do concelho. Nenhuma das nossas ações foi desencadeada por motivos de interesse pessoal ou político. É importante vincar que a obra de construção (com terraplanagens, escavações e movimentação de terras) destruiu parte do Castro de Ossela, sendo mais um duro golpe no conhecimento histórico do sítio. Estes danos poderiam ter sido evitados se tivesse existido um projeto arquitetónico que contemplasse um parecer técnico de arqueologia e o respetivo acompanhamento das obras. No entanto, não tendo sido contempladas as medidas preventivas face ao impacto destas obras, urge tomar medidas de minimização, pois o risco da continuação de destruição parcial do Castro de Ossela é iminente. Desta forma, acreditamos que se deve elaborar um plano de trabalhos arqueológicos, que consagre uma série de ações importantes na salvaguarda dos bens e sítio arqueológico. A primeira ação deve passar pela caracterização do local, tendo em vista a realização de uma

escavação arqueológica de emergência, que deve ser antecedida por um levantamento e registo exhaustivo das ações danosas que decorreram no local até à data. Deve registar-se (fotografia e desenho) e caracterizar-se, as estruturas visíveis, bem como a estratigrafia onde se reconheçam indícios da ocupação arqueológica do sítio, em particular nas zonas afetadas, nas zonas a afetar com a continuidade do projeto (caso se verifique) e no restante esporão. Simultaneamente, deve ser recolhida a totalidade de material existente à superfície nas zonas de obra, mas também no local onde se depositaram as terras, se necessário, com recurso ao crivo das mesmas. Para tornar possível uma correlação estratigráfica dos materiais, e uma correta leitura da ocupação, deveria promover-se uma sondagem em zona não afetada pelas obras. Após a conclusão dos trabalhos de campo e análise sumária dos seus resultados, devem ser decretadas medidas de compensação para o sítio arqueológico, que podem passar pela conservação e restauro de estruturas e materiais arqueológicos até à criação de um pequeno centro interpretativo no local, onde se depositem os materiais recuperados, e que torne possível uma visita de âmbito mais turístico ao sítio. O relatório final dos trabalhos arqueológicos deve ser tornado público e acessível aos munícipes, bem como devem ser publicados os resultados em revista da especialidade ou de carácter local.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor ao Senhor Amílcar Braga, residente na freguesia de Nogueira do Cravo.* =====

===== *Muito obrigado, pela oportunidade que me deram. Eu vinha aqui para abordar três questões. Uma delas não em minha representação pessoal, mas em representação da associação de que faço parte aqui em Nogueira que é a NOZ. E, outras duas questões que tem a ver com a minha postura enquanto cidadão e portanto, aproveitar a oportunidade de se ter realizado aqui esta Assembleia para as expor. A primeira questão que eu queria a abordar é a que tem a ver com o pavilhão, que já foi aqui abordado por um deputado e que teve já alguma resposta por parte do Senhor Presidente da Câmara, mas, quer na questão que foi colocada, quer na resposta do Senhor Presidente da Câmara, penso que há mais alguma coisa a dizer. Portanto o pavilhão foi uma obra que foi iniciado numa parceria que já foi aqui referida, em que teve um papel importantíssimo da Câmara Municipal, também a Junta de Freguesia, a NOZ e a CCDR-N, dessa parceria levou a que a obra se iniciasse onde foram gastos já cerca de quatrocentos mil euros, à volta disso, mais coisa menos coisa e que está a meio e é uma obra que custou aos contribuintes e penso que foi o Senhor Presidente da Câmara que disse na altura é para beneficiar as populações que pretende servir. E de facto o pavilhão pretende servir as populações do norte do município e até outras populações que pode servir e deve servir porque quando se gastam dinheiros públicos esses dinheiros devem ser rentabilizados até ao tostão. Eu sempre defendi que tudo deve ser rentabilizado até ao tostão, de forma a que custe o menos possível para os munícipes e que se tenha o máximo de benefício. Portanto a minha intervenção, aqui, é nesse sentido, é no sentido de, nos deixarmos, todos os que estão envolvidos neste*

processo, de desculpas disto, de fazer aquilo porque aquela pessoa disse, aquele disse, a mim, confesso que não me interessa absolutamente nada esse tipo de discussão. A mim, interessa-me que é uma obra que custou já quatrocentos e tal mil euros aos munícipes, aos munícipes isto é aos contribuintes, não foi só aos munícipes porque uma grande parte da obra as verbas vieram do Orçamento do Estado portanto de todos os contribuintes portugueses e portanto urgia, para resolver o problema, urgia fazer o ponto da situação em que o pavilhão está atualmente. E procurar quais são as melhores soluções. Ou então, reconhecer que não há solução e pronto, acabarmos com este desgaste sistemático que toda a gente que se envolveu nesta obra. Eu devo dizer que sou um cidadão Nogueirense de há muitos poucos anos e portanto não estive no início da obra, não conheço os inícios, como é que ela surgiu, quem é que foi responsável por ela, etc..., nem muitos dos incidentes que no percurso aconteceram. A mim o que me interessa é que aquele dinheiro que foi gasto não seja um custo mas seja um investimento e se traduza num retorno para os munícipes no mais curto espaço de tempo. E para isso é preciso que, os diferentes intervenientes, se sentem de forma aberta, frontal, digam aquilo que têm a dizer sem outro tipo de intervenções e que, essa intervenção seja feita no sentido de encontrar as melhores soluções e aqui cabe também, é importante também dizer-lo, cabe também um certo papel ao consórcio que foi referido, que, penso, por aquilo que eu conheço, fez uma proposta e que ainda não teve resposta, penso que, pelo menos oficialmente a essa proposta que fez. E portanto é procurar no meio disto tudo as soluções que podem resolver o problema e não andarmos com: “ - foi aquele que disse, - aquele pertence ao partido A, ou ao partido B”, isso confesso que não me interessa para nada até porque sou um cidadão cada vez mais divorciado dessas querelas e aquilo que me interessa é o bem-estar, é a qualidade de vida, é o fazer o melhor para que todos vivam melhor. E portanto eu terminava relativamente a este ponto e em representação da NOZ, propondo aos vários intervenientes, sobretudo à Câmara Municipal, a realização de uma reunião a curto prazo que permita fazer uma análise do processo, que permita fazer o ponto da situação e ver possibilidades é que em conjunto temos de resolver este grave problema. Porque, se não fizermos isso, o que acontece é que vamos ficar aqui com um “elefante branco” como muitos outros que aconteceram neste país e que tem contribuído de forma decisiva para que nós vivamos hoje com a crise em que estamos. Porque a crise não caiu do céu, a crise caiu porque houve intervenientes que fizeram com que ela acontecesse. Não interessa agora saber quem foi o culpado, se calhar todos nós fomos culpados em muitas situações, isso agora interessa pouco. Interessa é aprendermos com os erros e corrigirmos aquilo que merece ser corrigido para bem de todos nós. Portanto isto era um apelo que eu fazia e um pedido à Excelentíssima Câmara, na pessoa do Senhor Presidente, para com a maior brevidade possível se agendar uma reunião em que possamos estar todos à mesma mesa debatermos esta questão sem preconceitos, sem nada do que está para trás e procurarmos como dizia um interveniente numa telenovela “deixarmos os entretantos e irmos para os finais” que é isso que serve a toda a gente. Isto era a primeira questão que eu queria abordar e que era em representação da NOZ e, depois, tinha aqui mais duas questões. Uma delas, eu moro aqui na urbanização da Mina do Pintor. Sou uma

peessoa que tenho uma preocupação muito grande com os resíduos. Eu, até janeiro deste ano fui professor, agora estou aposentado, já tenho uma idadezinha apesar de não parecer e nos últimos anos da minha escola fui um ambientalista e continuo a ser, convicto. E uma das grandes preocupações, tive um projeto e até teve um financiamento de dois mil euros do Grupo Sorgal que reconheceu importância a esse projeto que nós desenvolvemos e era um projeto que estava ligado aos resíduos e até vos digo mais, os meus alunos estavam proibidos dentro das minhas aulas, cá fora podiam fazer o que quisessem, dentro das minhas aulas de falar na palavra “lixo”. Porque lixo é aquilo que se deita fora e não tem nenhuma importância em termos económica, eu substitui a palavra “lixo” por resíduos. E os resíduos podem ter uma importância económica decisiva, podem ter uma importância muito grande em termos ambientais, em termos de poupança de dinheiro e podem dar um contributo decisivo para ajudar a ultrapassar a crise. Aquilo que eu queria dizer é que, eu tenho ali, eu faço separação de tudo em minha casa, até faço compostagem, pratico agricultura biológica e fi-lo na escola e quem quiser pode lá ir ver, tem lá uma grande horta onde os alunos trabalharam em agricultura biológica que dava muito rendimento à própria escola até em termos monetários. Eu faço isso tudo e tenho levado os resíduos sobretudo os plásticos e os metais para Vale de Cambra, que é terra dos meus pais onde eu vou todos os dias porque a minha mãe está bastante idosa e eu vou-lhe dar apoio todo o dia, porque aqui no ecoponto na Mina do Pintor, no plasticão, há pelo menos cinco semanas que a ERSUC não cumpre as suas obrigações não recolhendo plásticos. Portanto, eu levo para Codal de onde eu sou oriundo e portanto levo os sacos para lá. Já tentei, vir a outro ecoponto que se encontra na outra urbanização contígua, naquela estrada que vem dar ali à farmácia, quem é daqui conhece e, também se encontra, até a cerca de dez dias encontrava-se na mesma situação. E isto revela que, a ERSUC, a política de resíduos da ERSUC é negativa, é uma política burocrática e cabe aos representantes das autarquias que são servidos por essa empresa insistir nas reuniões da administração no sentido de alterar no sentido de alterar esta política. Eu apontava aqui um exemplo, que a ERSUC devia seguir, que é o exemplo da LIPOR, no Grande Porto, que tem uma ação extraordinária a todos os níveis que contrasta com a postura burocrática e funcionalista da ERSUC. Os resíduos, eu não sei se aqui acontece assim, quando nós deitamos o lixo para o contentor geral a Câmara Municipal paga uma importância não sei se por cada tonelada, se por cada camião, à ERSUC. Quando nós fazemos a separação e metemos os resíduos nos ecopontos os contribuintes não pagam nada por isso, porque esses resíduos são separados depois são escolhidos e vendidos às empresas que fazem a transformação a reciclagem ou a reutilização e os municípios não pagam absolutamente nada por isso. Portanto é uma despesa que pode ser minimizada se fizermos esta ação pedagógica e penso que o departamento da Câmara responsável também pelo ambiente devia ter uma ação pedagógica incisiva junto dos seus municípios, porque isto podia ser uma receita importante para a empresa. E podem dizer assim: - mas são valores residuais. Mas os valores residuais também contam para o bolo global e depois tem uma ação muito importante junto daqueles que são sensibilizados por essas ações que vão modificar mais tarde o seu

comportamento e que, vai ter impacto essa ação decisiva depois futuramente não só em termos económicos, financeiros e benefícios para os próprios. Portanto, eu pedia ao Senhor Presidente da Câmara que, ou ao representante da Câmara, na ERSUC que fizesse esse alerta para esta situação que me parece que a ser corrigida beneficiaria toda a gente. Depois tem aqui também uma questão, é uma pergunta que eu tinha, que tem a ver com a questão da concessão da água. Eu sou uma pessoa muito sensível a esta questão, eu defendo que, a água é um bem que é de todos nós e desde os tempos imemoriais pode ser usada por todos os cidadãos porque é um bem essencial. Colocar a água na dependência de uma entidade privada pode fazer correr sérios riscos a esta nossa possibilidade de usar esse bem, depois tenho aqui alguns exemplos: nomeadamente, o exemplo de Paços de Ferreira, onde após a concessão a uma empresa privada que não é a Indagua, é outra empresa, a taxa, portanto o pagamento que os munícipes faziam, subiu cerca de 400% e portanto passaram a pagar muito mais de tal ordem que têm feito manifestações em Paços de Ferreira com as faturas na mão a insurgirem-se contra esta situação. E eu tenho o exemplo do município de onde sou oriundo, Vale Cambra, com o Parque Subterrâneo que foi feito também numa parceria público-privada que foi publicitado a custo zero para os munícipes, não se pagava nada, e agora sabem quanto é que os munícipes de Vale de Cambra estão a pagar por ano? Setecentos mil euros. Porque no contrato de concessão havia uma cláusula em que a Câmara Municipal atribuiu o estacionamento todo de superfície e o estacionamento subterrâneo e uma clausulazinha que garantia à empresa, aquilo foi feito à concessão, que lhe garantiam uma determinada remuneração. Como as pessoas estavam habituadas a utilizar aquele espaço de forma gratuita, o que é fazem? Abandonaram. Desse ponto de vista, do ponto de vista ambiental, foi bom essa medida, mas do ponto de vista financeiro para os munícipes foi muito gravosa, começaram a deixar o carro em casa ou noutra sítio. Portanto o estacionamento está com uma taxa de ocupação muito baixa, que tem há dois anos cerca de setecentos mil euros e este ano que passou também próximo ou até um pouco superior essa verba. Eu gostaria de saber, se na concessão foi salvaguardada não só o máximo para a taxa de rentabilidade à empresa, se há algumas cláusulas que eventualmente possam penalizar os munícipes com cláusulas do género daquela que a Câmara Municipal de Vale de Cambra assinou com a empresa? E gostaria também de saber, qual vai ser o impacto desta concessão nos bolsos dos munícipes, se vamos ter este tipo de penalizações ou não? A mim, interessa-me esse tipo de coisas, como foi dito eu não sabia pensava que ainda não estava em fase tão adiantada a concessão e portanto fiquei preocupado em saber se eventualmente e gostaria de ter uma resposta em relação a essas questões. Portanto quais são os impactos previstos na conta a pagar pelo munícipe? Se eventualmente há alguma cláusula que garanta às empresas a rentabilidade, que não haja limites à rentabilidade da empresa? E, também, vejo com alguma preocupação esta receita resultante, porque penso que os serviços municipalizados as verbas que o abastecimento de água dava para o Orçamento da Câmara eram algo elevadas e como é que essas receitas vão ser cobertas se for concessionado, isto funciona como uma privatização e portanto a Câmara deixa de poder de usufruir para as suas despesas dessa verba

que os serviços municipalizados eventualmente davam para cobriam as despesas. E por último, tinha também uma questão que me foi suscitada pela intervenção daqueles jovens sobre o património. Queria dizer que eu também sou uma pessoa que ainda no sábado passado estive no encerramento do curso paleografia, no Arquivo Municipal e recebi o diploma assinado pelo Senhor Presidente de presença. Sou uma pessoa que também sou licenciada em história e tenho uma grande preocupação e faço investigação em história e tenho uma grande preocupação com o património do concelho. Património que pode ser diversificado. Uma política cultural e patrimonial do município é uma coisa que deve envolver toda a gente e deve envolver tudo. O património pode ser construído, património documental e quando dizemos património documental não é só o arquivo histórico e documental da Câmara, mas também são os arquivos das empresas que fizeram história do próprio concelho e urge salvaguardar. =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Meus amigos, eu queria agradecer a todos e agradecer a vossa paciência e a vossa contribuição e desejar-vos a todos um bom feriado. Muito obrigado. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram vinte e três horas, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====